



30 de junho de 2015

Demonstrações Contábeis Completas
em IFRS

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e aos Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A e suas controladas ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o trimestre findo em 30 de junho de 2015, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e trimestre findos nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração consolidada do valor adicionado (“DVA”), referente ao semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas Internacionais Financial Reporting Standards (“IFRS”) que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 3 de agosto de 2015

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balço Patrimonial Consolidado

(Em milhões de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2015	31/12/2014
Disponibilidades	4	18.005	17.527
Depósitos Compulsórios no Banco Central	5	60.157	63.106
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6	30.975	23.081
Aplicações no Mercado Aberto	6	164.084	208.918
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7a	166.638	132.944
Dados em Garantia		54.206	37.366
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		112.432	95.578
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	7b	720	733
Derivativos	8 e 9	19.446	14.156
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10	81.274	78.360
Dados em Garantia		10.195	22.250
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		71.079	56.110
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	11	39.078	34.434
Dados em Garantia		5.397	6.102
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		33.681	28.332
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	12	433.906	430.039
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		458.003	452.431
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(24.097)	(22.392)
Outros Ativos Financeiros	20a	47.469	53.649
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	4.207	4.090
Ágio	3a e d	1.987	1.961
Imobilizado, Líquido	15	8.535	8.711
Ativos Intangíveis, Líquido	16	6.219	6.134
Ativos Fiscais		38.231	35.243
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		1.854	3.329
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	27b	34.624	31.129
Outros		1.753	785
Bens Destinados à Venda	36	371	196
Outros Ativos	20a	12.596	13.921
Total do Ativo		1.133.898	1.127.203

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balço Patrimonial Consolidado
(Em milhões de Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2015	31/12/2014
Depósitos	17	280.443	294.773
Captações no Mercado Aberto	19a	280.659	288.683
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	18	369	520
Derivativos	8 e 9	23.872	17.350
Recursos de Mercados Interbancários	19a	125.553	122.586
Recursos de Mercados Institucionais	19b	83.275	73.242
Outros Passivos Financeiros	20b	60.441	71.492
Provisão de Seguros e Previdência Privada	30c II	118.743	109.778
Passivos de Planos de Capitalização		3.073	3.010
Provisões	32	17.826	17.027
Obrigações Fiscais		3.654	4.465
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		1.647	2.835
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	27b II	305	201
Outras		1.702	1.429
Outros Passivos	20b	30.255	23.660
Total do Passivo		1.028.163	1.026.586
Capital Social	21a	85.148	75.000
Ações em Tesouraria	21a	(2.342)	(1.328)
Capital Adicional Integralizado	21c	1.527	1.508
Reservas Integralizadas	21d	2.564	8.210
Reservas a Integralizar	21e	17.163	16.301
Resultado Abrangente Acumulado		(101)	(431)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		103.959	99.260
Participações de Acionistas não Controladores		1.776	1.357
Total do Patrimônio Líquido		105.735	100.617
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.133.898	1.127.203

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado
Períodos Fintos em

(Em milhões de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/04 a 30/06/2015	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Produto Bancário		26.902	23.278	46.980	45.857
Receita de Juros e Rendimentos	23a	33.994	29.233	68.961	56.703
Despesa de Juros e Rendimentos	23b	(19.199)	(15.310)	(34.992)	(29.495)
Receita de Dividendos		13	100	15	112
Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos	23c	(336)	289	1.329	394
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		3.466	660	(6.373)	1.761
Receita de Prestação de Serviços	24	7.124	6.474	14.234	12.675
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização		1.625	1.732	3.251	3.392
Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	30b III	5.346	6.223	10.689	11.264
Resseguros de Prêmios	30b III	(18)	(367)	(37)	(679)
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(3.842)	(4.261)	(7.675)	(7.461)
Receita de Operações de Capitalização		139	137	274	268
Outras Receitas	25	215	100	555	315
Perdas com Créditos e Sinistros		(4.999)	(4.356)	(10.049)	(8.361)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	(5.749)	(5.111)	(11.495)	(9.717)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		1.135	1.234	2.199	2.322
Despesas com Sinistros		(392)	(102)	(763)	(748)
Recuperação de Sinistros com Resseguros		7	(377)	10	(218)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros		21.903	18.922	36.931	37.496
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(12.753)	(11.552)	(24.908)	(22.932)
Despesas Gerais e Administrativas	26	(11.226)	(10.334)	(22.226)	(20.421)
Despesas Tributárias		(1.686)	(1.366)	(2.972)	(2.734)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	159	148	290	223
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	27	9.150	7.370	12.023	14.564
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(734)	(2.319)	(4.941)	(5.368)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(2.482)	(208)	4.635	248
Lucro Líquido		5.934	4.843	11.717	9.444
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	28	5.845	4.766	11.518	9.317
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas não Controladores		89	77	199	127
Lucro por Ação - Básico	28				
Ordinárias		0,97	0,79	1,92	1,55
Preferenciais		0,97	0,79	1,92	1,55
Lucro por Ação - Diluído	28				
Ordinárias		0,97	0,79	1,91	1,54
Preferenciais		0,97	0,79	1,91	1,54
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica	28				
Ordinárias		3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403
Preferenciais		2.961.643.775	2.967.136.873	2.965.086.674	2.963.823.613
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída	28				
Ordinárias		3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403
Preferenciais		2.991.177.682	2.986.782.628	2.993.474.256	2.985.132.285

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Períodos Findos em
(Em milhões de Reais)

	Nota	01/04 a 30/06/2015	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Lucro Líquido		5.934	4.843	11.717	9.444
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		260	458	2	675
Variação de Valor Justo		280	719	(672)	1.002
Efeito Fiscal		(89)	(285)	224	(392)
(Ganhos) / Perdas Transferidos ao Resultado por Alienação	23c	113	40	750	109
Efeito Fiscal		(44)	(16)	(300)	(44)
Hedge		313	(29)	(795)	352
Hedge de Fluxo de Caixa	9	19	(212)	129	(176)
Variação de Valor Justo		35	(396)	254	(328)
Efeito Fiscal		(16)	184	(125)	152
Hedge de Investimentos Líquidos no Exterior	9	294	183	(924)	528
Variação de Valor Justo		655	306	(1.738)	880
Efeito Fiscal		(361)	(123)	814	(352)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego ^(*)		8	11	17	28
Remensurações	29	10	17	32	48
Efeito Fiscal		(2)	(6)	(15)	(20)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		(679)	(221)	1.106	(730)
Total do Resultado Abrangente		5.836	5.062	12.047	9.769
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores		89	77	199	127
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		5.747	4.985	11.848	9.642

(*) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
 Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (Notas 21 e 22)
 Períodos findos em 30 de Junho de 2015 e de 2014
 (Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores						Outros Resultados Abrangentes				Total Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Total Patrimônio Líquido - Acionistas não Controladores	Total
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Disponíveis para Venda (1)	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge (2)			
Saldos em 01/01/2014	60.000	(1.854)	984	13.468	12.138	-	(1.183)	(379)	1.283	(1.234)	83.223	969	84.192
Transações com os Acionistas	15.000	309	29	(14.800)	-	(2.227)	-	-	-	-	(1.689)	(15)	(1.704)
Aumento de Capital - Reserva Estatutária	15.000	-	-	(15.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações Exercidas	-	309	29	-	-	-	-	-	-	-	338	-	338
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	309	(74)	-	-	-	-	-	-	-	235	-	235
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	103	-	-	-	-	-	-	-	103	-	103
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12)	(12)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	200	-	(2.227)	-	-	-	-	(2.027)	(3)	(2.030)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2014 - Exercício 2013 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(2.597)	-	-	-	-	-	-	(2.597)	-	(2.597)
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	-	-	-	(321)	-	-	-	-	-	-	(321)	-	(321)
Outros	-	-	-	(8)	-	-	-	-	-	-	(8)	-	(8)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	9.317	675	28	(730)	352	9.642	127	9.769
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	9.317	-	-	-	-	9.317	127	9.444
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	675	28	(730)	352	325	-	325
Destinações:													
Reserva Legal	-	-	-	377	-	(377)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	4.933	1.780	(6.713)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30/06/2014	75.000	(1.545)	1.013	1.052	13.918	-	(508)	(351)	553	(882)	88.250	1.081	89.331
Mutação do Período	15.000	309	29	(12.416)	1.780	-	675	28	(730)	352	5.027	112	5.139
Saldos em 01/01/2015	75.000	(1.328)	1.508	8.210	16.301	-	(600)	(177)	1.723	(1.377)	99.260	1.357	100.617
Transações com os Acionistas	10.148	(1.014)	19	(10.148)	-	(2.883)	-	-	-	-	(3.878)	220	(3.658)
Aumento de Capital - Reserva Estatutária	10.148	-	-	(10.148)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações	-	(1.014)	64	-	-	-	-	-	-	-	(950)	-	(950)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	233	43	-	-	-	-	-	-	-	276	-	276
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(1.247)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.247)	-	(1.247)
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	21	-	-	-	-	-	-	-	21	-	21
Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	-	-	(45)	-	-	-	-	-	-	-	(45)	-	(45)
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	276	276
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	-	-	(2.883)	-	-	-	-	(2.883)	(56)	(2.939)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2015 - Exercício 2014 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(2.936)	-	-	-	-	-	-	(2.936)	-	(2.936)
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	-	-	-	(317)	-	-	-	-	-	-	(317)	-	(317)
Outros	-	-	-	8	(26)	-	-	-	-	-	(18)	-	(18)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	11.518	2	17	1.106	(795)	11.848	199	12.047
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	11.518	-	-	-	-	11.518	199	11.717
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	2	17	1.106	(795)	330	-	330
Destinações:													
Reserva Legal	-	-	-	532	-	(532)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	7.215	888	(8.103)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30/06/2015	85.148	(2.342)	1.527	2.564	17.163	-	(598)	(160)	2.829	(2.172)	103.959	1.776	105.735
Mutação do Período	10.148	(1.014)	19	(5.646)	862	-	2	17	1.106	(795)	4.699	419	5.118

(1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

(2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
(Em Milhões de Reais)

	Nota	01/04 a 30/06/2015	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Lucro Líquido Ajustado		18.386	18.757	26.054	41.328
Lucro Líquido		5.934	4.843	11.717	9.444
Ajustes ao Lucro Líquido:		12.452	13.914	14.337	31.884
Opções de Outorgas Reconhecidas e Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável		114	51	(24)	103
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		1.158	2.202	(3.229)	3.489
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	5.749	5.111	11.495	9.717
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		579	597	5.435	8.992
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		3.842	4.261	7.675	7.461
Resultado de Operações de Capitalização		(139)	(137)	(274)	(268)
Depreciações e Amortizações	15 e 16	714	606	1.381	1.221
Despesa de Atualização/Encargos de Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		413	248	755	505
Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		749	895	1.582	1.845
Receita de Atualização/Encargos de Depósitos em Garantia		-	(101)	(82)	(202)
Tributos Diferidos	27a	680	208	258	(248)
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		(159)	(148)	(290)	(223)
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	23c	113	40	750	109
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(847)	285	(7.477)	(382)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(590)	(268)	(3.575)	(374)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	25 e 26	9	7	23	13
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	25 e 26	(2)	11	2	13
(Ganho) Perda na Alienação do Imobilizado	25 e 26	11	19	14	27
Outros		58	25	(82)	86
Variação de Ativos e Obrigações (*)		(30.850)	(25.184)	(76.870)	(8.574)
(Aumento) Redução em Ativos		5.647	(34.801)	(42.922)	(16.122)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		(1.473)	(317)	(468)	(1.084)
Aplicações no Mercado Aberto		24.663	5.971	(10.197)	11.577
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		2.684	(887)	3.157	(3.569)
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		(28.476)	(24.726)	(33.517)	489
Derivativos (Ativos / Passivos)		(2.121)	(717)	1.941	285
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado		(323)	(170)	136	(145)
Operações de Crédito		1.522	(13.140)	(9.797)	(18.643)
Outros Ativos Financeiros		6.615	198	7.091	(2.367)
Outros Ativos Fiscais		2.257	141	(3.246)	932
Outros Ativos		299	(1.154)	1.978	(3.597)
(Redução) Aumento em Passivos		(36.497)	9.617	(33.948)	7.548
Depósitos		(15.547)	397	(19.984)	7.446
Captações no Mercado Aberto		(13.157)	7.515	(8.086)	(285)
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		37	77	(268)	161
Recursos de Mercados Interbancários		(5.291)	1.100	2.518	(140)
Outros Passivos Financeiros		(5.685)	(738)	(11.974)	(6.181)
Provisão de Seguros e Previdência		1.111	(347)	1.290	(1.147)
Passivos de Planos de Capitalização		135	78	337	243
Provisões		(655)	(427)	(1.015)	(591)
Obrigações Fiscais		1.206	2.149	3.184	4.895
Outros Passivos		2.273	1.330	4.112	7.968
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(924)	(1.518)	(4.062)	(4.821)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		(12.464)	(6.427)	(50.816)	32.754
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos Recebidos de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		1	222	106	224
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		4.638	5.843	7.881	43.389
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento		868	1.056	1.494	1.259
Alienação de Bens Destinados a Venda		19	10	47	20
Alienação de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		2	(11)	(2)	(13)
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição da BMG Seguradora	3e	-	-	-	(88)
Alienação de Imobilizado de Uso	15	(3)	5	11	12
Distrato de Contratos do Intangível	16	31	190	37	190
Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(1.440)	(1.351)	(4.013)	(29.171)
Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(1.654)	(8.070)	(2.563)	(8.091)
Aquisição de Imobilizado de Uso	15	(308)	(598)	(647)	(1.165)
Aquisição de Intangível	16	(299)	(305)	(546)	(562)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		1.855	(3.009)	1.805	6.004
Captação em Mercados Institucionais		4.297	195	4.934	195
Resgate em Mercados Institucionais		(878)	(3.876)	(1.824)	(12.914)
(Aquisição)/Alienação de Participação de Acionistas não Controladores		-	-	276	(12)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas		5	25	276	235
Aquisições de Ações para Tesouraria		(679)	-	(1.247)	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas não Controladores		(8)	(2)	(56)	(3)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(246)	(223)	(4.703)	(4.053)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		2.491	(3.881)	(2.344)	(16.552)
Aumento / (Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	2.4c e 4	(8.118)	(13.318)	(51.355)	22.206
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	86.468	90.027	125.318	55.790
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.158)	(2.202)	3.229	(3.489)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	77.192	74.507	77.192	74.507
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa					
Juros Recebidos		32.996	25.449	61.037	56.192
Juros Pagos		15.353	16.412	27.983	30.698
Transações não Monetárias					
Empréstimos Transferidos para Bens Destinados a Venda		-	7	-	7
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e Ainda não Pagos		1.120	904	2.584	1.745

(*) Inclui os valores dos juros recebidos e pagos conforme demonstrado acima

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

(Em Milhões de Reais)

	01/04 a 30/06/2015	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Receitas	41.487	34.711	72.676	67.957
Juros, Rendimentos e outras	37.137	30.282	63.932	58.970
Prestação de Serviços	7.124	6.474	14.234	12.675
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1.625	1.732	3.251	3.392
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.614)	(3.877)	(9.296)	(7.395)
Outras	215	100	555	315
Despesas	(21.738)	(17.627)	(40.000)	(34.301)
Juros, Rendimentos e outras	(19.199)	(15.310)	(34.992)	(29.495)
Outras	(2.539)	(2.317)	(5.008)	(4.806)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(3.612)	(3.280)	(6.911)	(6.551)
Materiais, Energia e Outros	(225)	(159)	(405)	(319)
Serviços de Terceiros	(1.049)	(1.074)	(1.932)	(2.007)
Outras	(2.338)	(2.047)	(4.574)	(4.225)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(1.003)	(962)	(1.926)	(1.878)
Propaganda, Promoções e Publicações	(269)	(280)	(487)	(473)
Instalações	(258)	(247)	(485)	(461)
Transportes	(98)	(105)	(199)	(211)
Segurança	(166)	(157)	(331)	(310)
Viagens	(56)	(52)	(104)	(94)
Outras	(488)	(244)	(1.042)	(798)
Valor Adicionado Bruto	16.137	13.804	25.765	27.105
Depreciação e Amortização	(656)	(606)	(1.266)	(1.221)
Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade	15.481	13.198	24.499	25.884
Valor Adicionado Recebido em Transferência	159	148	290	223
Valor Adicionado Total a Distribuir	15.640	13.346	24.789	26.107
Distribuição do Valor Adicionado	15.640	13.346	24.789	26.107
Pessoal	4.060	3.875	8.225	7.374
Remuneração Direta	3.214	3.098	6.575	5.894
Benefícios	657	604	1.269	1.141
F.G.T.S. - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	189	173	381	339
Impostos, Taxas e Contribuições	5.330	4.323	4.208	8.702
Federais	5.061	4.074	3.680	8.228
Estaduais	2	11	13	13
Municipais	267	238	515	461
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis	316	305	639	587
Remuneração de Capitais Próprios	5.934	4.843	11.717	9.444
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	1.382	1.127	2.939	2.030
Lucros Retidos / (Prejuízo) do Período	4.463	3.639	8.579	7.287
Participação dos não-controladores nos Lucros Retidos	89	77	199	127

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Em 30 de Junho de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 para Contas Patrimoniais e

De 01/04 a 30/06 de 2015 e 2014 e 01/01 a 30/06 de 2015 e 2014 para Contas de Resultado

(Em milhões de reais, exceto informações por ação)

Nota 1 – Informações Gerais

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras. A matriz do ITAÚ UNIBANCO HOLDING está localizada na Praça Alfredo Egidio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais. No Brasil, atendemos aos clientes de varejo por intermédio da rede de agências do Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco") e de atacado pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"); no exterior, por intermédio de agências em Nova Iorque, Grand Cayman, Tóquio e Nassau e de subsidiárias, principalmente na Argentina, Chile, Estados Unidos (Nova Iorque e Miami), Europa (Lisboa, Londres, Luxemburgo e Suíça), Ilhas Cayman, Paraguai, Uruguai e Colômbia.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egidio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. Johnston"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 38,7% das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Conforme descrito na Nota 34, as operações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são divididas em três segmentos operacionais e reportáveis: (1) Banco de Varejo, que engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas); (2) Banco de Atacado, que compreende os produtos e serviços de atacado para empresas de médio e grande porte, bem como as atividades de banco de investimento, além das atividades das unidades da América Latina e (3) Atividades com Mercado + Corporação que gerencia fundamentalmente o resultado financeiro associado ao excesso de capital, de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 03 de Agosto de 2015.

Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Base de Preparação

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) que, a partir de 31 de Dezembro de 2010, requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com as práticas contábeis internacionais (“IFRS”), conforme aprovado pelo “*International Accounting Standard Board*” (“IASB”).

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas seguindo-se as práticas contábeis descritas nesta nota explicativa.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas de acordo com a IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário com a opção de apresentar as Demonstrações Financeiras Consolidadas Completas em vez das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

Na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nos IFRS e nas interpretações do “*International Financial Reporting Interpretation Committee*” (“IFRIC”) descritos nesta nota explicativa. Portanto, estas Demonstrações Contábeis Consolidadas estão totalmente em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações emitidas pelo IFRIC.

A Demonstração Consolidada do Fluxo de Caixa demonstra as mudanças, no Caixa e Equivalentes de Caixa, surgidas, durante o período, de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O Caixa e Equivalentes de Caixa incluem investimentos altamente líquidos (Nota 2.4c).

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são determinados usando-se o método indireto. O lucro líquido consolidado é ajustado por itens não monetários, como ganhos e perdas de mensuração, movimentação de provisões e variações nos saldos de recebíveis e obrigações. Todas as receitas e despesas oriundas de transações não monetárias, atribuíveis às atividades de investimento e de financiamento são eliminadas. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

2.2. Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 30 de Junho de 2015

- IAS 19 (R1) – Benefícios aos empregados – a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Não há impactos dessa alteração, uma vez que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING já considera estes procedimentos.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – O pronunciamento visa a substituir a IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios.

Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de controle compartilhado.

- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*) - As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e IAS 28, ao tratar de venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*). Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Ciclo Anual de Melhorias (2012 - 2014) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados a IFRS 5 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 – Benefícios aos Empregados e a IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações tem o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Efetivas para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016.

2.3. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com o IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

2.3.1. Estimativas Contábeis Críticas

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com o IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas são continuamente avaliadas, considerando a experiência passada e outros fatores.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na Demonstração Consolidada do Resultado para certos créditos ou para uma determinada classe de créditos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um evento de perda. Essas evidências podem incluir dados observáveis que indicam que

houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes de provisão em face a experiência de perda incorrida.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza modelos estatísticos para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na carteira de crédito homogênea. Periodicamente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza procedimentos para aprimorar estas estimativas, alinhando a exigência de provisões aos níveis de perda observados pelo comportamento histórico (conforme descrito na Nota 2.4g VIII). Este alinhamento visa a garantir que o volume de provisionamento reflita as condições econômicas atuais, a composição da carteira de empréstimos, a qualidade das garantias obtidas e o perfil de nossos clientes. Em 2015 e em 2014, não houve aprimoramento de premissas de modelos.

O montante de provisão era de R\$ 24.097 (R\$ 22.392 em 31/12/2014).

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4g VIII.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Conforme explicação no item 2.4n, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 27. O montante de Ativo Fiscal Diferido era de R\$ 40.078 (R\$ 36.619 em 31/12/2014).

c) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos

A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é feita recorrentemente, conforme requerida pelo IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Os Instrumentos Financeiros reconhecidos pelo valor justo totalizam ativos no valor de R\$ 268.078 (R\$ 226.193 em 31/12/2014) dos quais R\$ 19.446 são Derivativos (R\$ 14.156 em 31/12/2014) e passivos no valor de R\$ 24.241 (R\$ 17.870 em 31/12/2014) dos quais R\$ 23.872 são Derivativos (R\$ 17.350 em 31/12/2014). O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 31.

A equipe responsável pelo apuração dos ativos, seguindo a governança definida em comitê e circulares normativas, efetua análises críticas das informações extraídas do mercado e periodicamente faz a revisão dos prazos mais longos dos indexadores. Ao final dos fechamentos mensais, as áreas se reúnem para uma nova rodada de análises para a manutenção relativa à classificação dentro da hierarquia do valor justo. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados Instrumentos Financeiros estão descritas na Nota 31.

d) Planos de Pensão de Benefício Definido

Em 30/06/2015 o montante de R\$ (89) (R\$ (104) em 31/12/2014) relacionado aos Planos de Pensão de Benefício Definido foi reconhecido no Balanço Patrimonial. O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma redução de 0,5% em relação às estimativas atuais da Administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão seria aumentada em aproximadamente R\$ 668, com impacto no montante reconhecido refletido no Patrimônio Líquido – ORA antes dos impostos de R\$ 315, líquido do efeito da Restrição do Ativo.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 29.

e) Provisões, Contingências e Outros Compromissos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 32.

O valor contábil dessas contingências era de R\$ 17.826 (R\$ 17.027 em 31/12/2014).

f) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, *benchmarks* e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

Informações adicionais estão descritas na Nota 30.

2.3.2. Julgamentos Críticos na Aplicação de Políticas Contábeis

a) Ágio

O teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa e a alocação do ágio para tais unidades com base na expectativa de quais se beneficiarão da aquisição. A determinação dos fluxos de caixa esperados e a

taxa de juros ajustado ao risco para cada unidade requer o exercício de julgamento e estimativas por parte da administração. São submetidos anualmente ao teste de redução recuperável de ativos e, em 30 de Junho de 2015 e 2014 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não identificou perda por redução ao valor recuperável de ágio.

2.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Consolidação

I- Subsidiárias

Anteriormente a 1º de Janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava nas Demonstrações Contábeis Consolidadas suas subsidiárias, definidas de acordo com o IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas, e suas entidades de propósito específico, definidas de acordo com o SIC 12 – Consolidação – Entidades de Propósitos Específicos. A partir desta data, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, que substituiu o IAS 27 e o SIC 12.

De acordo com o IFRS 10, subsidiárias são todas as entidades nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui controle. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING obtém seu controle e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle é perdido.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou, em 1º de Janeiro de 2013, seus investimentos a fim de determinar se as conclusões a respeito de consolidação de acordo com o IFRS 10 diferem das conclusões de acordo com o IAS 27 e SIC 12.

Para os investimentos que já eram consolidados conforme IAS 27 e SIC 12 e que permanecem consolidados de acordo com o IFRS 10 em 1º de Janeiro de 2013 ou para os investimentos que não eram consolidados pelo IAS 27 e SIC 12 e que continuam não sendo consolidados de acordo com o IFRS 10, nenhum ajuste é requerido.

A tabela a seguir apresenta as principais empresas consolidadas, cuja somatória representa mais de 95,0% do total do ativo consolidado, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes em 30/06/2015 e 31/12/2014:

	País de Constituição	Atividade	Participação % no capital votante em		Participação % no capital total em	
			30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Banco Itaú Argentina S.A.	Argentina	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú BBA S.A.	Brasil	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Chile	Chile	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú BMG Consignado S.A.	(Nota 3c) Brasil	Instituição Financeira	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Paraguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Suisse S.A.	Suíça	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaucard S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itauleasing S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau Bank, Ltd.	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA Colombia S.A. Corporación Financiera	Colômbia	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BBA International PLC	Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BBA USA Securities Inc.	Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BMG Seguradora S.A.	(Nota 3c) Brasil	Seguros	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Itaú Corretora de Valores S.A.	Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.	Brasil	Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	(*) Brasil	Sociedade de Crédito	-	100,00%	-	100,00%
Itaú Unibanco S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Redecard S.A. - REDE	Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(*) Empresa incorporada em 31/01/2015 pelo Itaú Unibanco S.A. e Itaú BBA Participações S.A.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o compromisso de manter o capital mínimo exigido para todas as entidades controladas em conjunto, sendo que para a FIC - Financeira Itaú CBD S.A Crédito, Financiamento e Investimento o percentual de capital mínimo é superior em 25,0% ao exigido pelo Banco Central do Brasil (Nota 33).

II - Combinações de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o IFRS 3 (R) somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o IFRS 3 (R), um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem à definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionado os custos diretamente atribuíveis a aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excedente do custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, sobre o valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é contabilizado como ágio.

O tratamento do ágio está descrito na Nota 2.4k. Se o custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, for menor do que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III - Transações Junto a Acionistas não Controladores

O IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, sejam contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) Conversão de Moedas Estrangeiras

I- Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em associada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING definiu a moeda funcional, conforme previsto no IAS 21.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II- Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante dos Resultados de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior, e totalizam R\$ 6.773 para o período de 01/01 a 30/06/2015 (R\$ (1.756) de 01/01 a 30/06/2014).

No caso de ativos monetários classificados como disponíveis para venda, as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Resultado Abrangente Acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 4.

d) Depósitos Compulsórios no Banco Central

Os Bancos Centrais dos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo. No caso do Brasil, também é exigida a aquisição e manutenção de títulos públicos federais brasileiros.

Os depósitos compulsórios são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

e) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta suas Aplicações de Depósitos Interfinanceiros em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

f) Vendas com Compromisso de Recompra e Compras com Compromisso de Revenda

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de Juros e Rendimentos e Despesas de Juros e Rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajusta o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

g) Ativos e Passivos Financeiros

De acordo com o IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Mantidos para Negociação.
- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Designados a Valor Justo.
- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.
- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.
- Empréstimos e Recebíveis.
- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Depósito Compulsório no Banco Central (Nota 2.4d), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 2.4e), Aplicações no Mercado Aberto (Nota 2.4f), Operações de Crédito (Nota 2.4g VI) e Outros Ativos Financeiros (Nota 2.4g IX).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos do IAS 39. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING deve avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I- Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Receita de Juros e Rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de Juros e Rendimentos.

II- Ativos e Passivos Financeiros Designados a Valor Justo

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o IAS 39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e as perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos – Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado. As receitas de juros e as despesas de juros são reconhecidas em Receita de Juros e Rendimentos e Despesa de Juros e Rendimentos, respectivamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING designa certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, pois sua avaliação e desempenho são efetuadas diariamente com base no valor justo.

III- Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos - Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos, exceto se o ITAÚ UNIBANCO HOLDING optar por designar esses contratos híbridos, como um todo, na categoria a valor justo através do resultado.

Derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item *hedgeado*, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios do IAS 39 são contabilizados como *hedge* contábil.

De acordo com o IAS 39, para qualificar-se como *hedge* contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do *hedge*, existe designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*.
- é esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular.
- quanto ao *hedge* de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de *hedge* tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar o resultado.
- a efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos.
- o *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das Demonstrações Contábeis para o qual o *hedge* foi designado.

O IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza-se de derivativos como instrumento de *hedge* em estratégias de *hedge* de fluxo de caixa, *hedge* de valor justo e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior, conforme detalhado na Nota 9.

Hedge de Valor Justo

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a) o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em Outros Resultados Abrangentes – *Hedge* de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e subsequentemente reclassificado para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou ainda quando a entidade revogar a designação do *hedge* contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em Resultado Abrangente Acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em Resultado Abrangente Acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior

O *hedge* de um investimento líquido em operação no exterior, incluindo *hedge* de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa:

- a) a parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado.
- b) a parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de *hedge* relacionado à parcela efetiva do *hedge* que tiver sido reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado é reclassificado do Resultado Abrangente para o resultado do período na alienação da operação no exterior.

IV- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

De acordo com o IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço Patrimonial Consolidado pelo seu valor justo, mais os custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Ativo e Passivos Financeiros. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando é provável que se estabeleça o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de receber tais dividendos e ter entradas de benefícios econômicos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia na data do Balanço Patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado como um ajuste de reclassificação do Resultado Abrangente Acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado de instrumentos de patrimônio não são revertidas por meio do resultado. No entanto, se em período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e esse aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida por meio do resultado.

V- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

De acordo com o IAS 39 os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa efetiva de juros (conforme detalhado no item VI abaixo). Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

Quando há redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a perda é registrada como uma redução de seu valor contábil utilizando uma conta redutora e reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda, a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão também é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado.

VI- Operações de Crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, mais os custos de transação e mensuradas subsequentemente a custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimada ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Quando uma operação de crédito é assim classificada, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Nossa carteira de Pessoas Físicas consiste principalmente em financiamento de veículos, cartão de crédito, empréstimos pessoais (incluindo, principalmente, crédito ao consumidor e cheque especial) e crédito imobiliário. Nossa carteira de Grandes Empresas inclui empréstimos feitos para grandes clientes corporativos. Nossa carteira de Micro, Pequenas e Médias Empresas correspondem a empréstimos para uma variedade de clientes de empresas de pequeno e médio porte. Nossa carteira de empréstimos para clientes da América Latina é composto essencialmente por empréstimos concedidos a pessoas físicas na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

No nível corporativo, temos duas áreas (independentes das áreas de negócios): área de risco de crédito e área de finanças, que são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Á área de risco de crédito e a área de finanças, no nível corporativo, monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (probabilidade de *default*) ou na LGD (perda dado o *default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

VII- Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como Arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ocorre na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

VIII- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Geral

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda caso exista evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (evento de perda) e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto que possa ser confiavelmente estimado nos fluxos de caixa futuros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do Balanço Patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa adequada inclui o julgamento da Administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela Administração.

O critério utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros.

- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteiras do varejo).
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos.
- Início de processo de falência.
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira de créditos semelhantes identificada. Tendo em vista a representatividade dos diversos grupos homogêneos, a Administração optou por utilizar um período uniforme de 12 meses. Para as carteiras de créditos avaliados individualmente por *impairment* utiliza-se um período máximo de 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Avaliação

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja ele significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros original do crédito.

Para os créditos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros para o qual exista uma garantia recebida reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que serão gerados pela execução da garantia menos os custos para obter e vender tal garantia.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica essas operações de crédito em certas categorias de *rating* com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de cada contrato, a categoria de *rating* determinada de acordo com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, que utiliza a experiência histórica na construção de modelos internos que são usados tanto para estimar a PD (probabilidade de *default*) inadimplência quanto para estimar a LGD (perda dado o *default*).

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

Mensuração

A metodologia utilizada para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi desenvolvida pelas áreas de risco de crédito e de finanças no nível corporativo. Entre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada uma delas: Grandes Empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente significativas, mas sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada uma das quatro áreas responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é dividido em grupos: os que desenvolvem a metodologia e os que a validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada uma das quatro áreas.

Essa metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial de perda econômica que pode ocorrer em caso de inadimplência, sendo a dívida que não pode ser recuperada (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e a avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e de LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de variáveis diferentes para cada classe, que incluem receitas, patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte, ambiente econômico, entre outros. Esses modelos são atualizados regularmente por conta de mudanças nas condições econômicas e de negócios.

O processo de atualização de um modelo é iniciado quando a área de modelagem identifica que o mesmo não está capturando efeitos significativos nas mudanças das condições econômicas, no desempenho da carteira ou quando é feita alguma alteração na metodologia de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando uma alteração de modelo é processada, o mesmo é validado por meio de *back-testing*, e são aplicados métodos estatísticos para mensurar a sua performance, por meio da análise detalhada de sua documentação, descrevendo passo a passo como o processo é executado. A validação dos modelos é realizada por uma área independente da área que o desenvolveu, que emite um parecer técnico sobre as premissas usadas (integridade, consistência e replicabilidade das bases) e sobre a metodologia matemática empregada. O parecer técnico posteriormente é submetido à CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos), que é a instância máxima para aprovação das revisões dos modelos.

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada uma das áreas (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), áreas diferentes dentro da área de risco de crédito são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada uma dessas quatro áreas. A administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada uma das quatro carteiras resulta em maior conhecimento, especialização e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada área na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes características e outros fatores, dados e informações diferentes são utilizados para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- **Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda)** - Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente, os resultados da análise das demonstrações contábeis da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para

determinar a categoria de *rating* correspondente. Essa abordagem é aplicada à carteira de crédito de grandes empresas no Brasil e no exterior.

- **Pessoas Físicas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).
- **Micro, Pequenas e Médias Empresas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem além do histórico de relacionamento com o cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre a empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.
- **Unidades Externas América Latina** – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam o *status* “vencido” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

Reversão, Write-off e Renegociação

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável, este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias, no caso de empréstimos com prazos remanescentes superiores a 36 meses.

Na quase totalidade dos casos exige-se pelo menos o pagamento de uma parcela nos termos pactuados para que operações renegociadas retornem para a condição de crédito normal. Os empréstimos renegociados retornam à condição de operação de crédito de curso anormal e tem a interrupção no reconhecimento da receita, quando o período de atraso alcança 60 dias após o vencimento sob os termos da renegociação, o que normalmente corresponde ao devedor deixar de realizar dois ou mais pagamentos.

IX- Outros Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta estes ativos, cuja composição está apresentada na Nota 20a, em seu Balanço Patrimonial Consolidado inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

X- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração Consolidada do Resultado em Despesas de Juros e Rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos (Nota 17).
- Captações no Mercado Aberto (Nota 2.4f).
- Recursos de Mercados Interbancários (Nota 19a).
- Recursos de Mercados Institucionais (Nota 19b).
- Obrigações de Planos de Capitalização.
- Outros Passivos Financeiros (Nota 20b).

h) Investimentos em Empresas Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

I – Associadas

De acordo com o IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*), associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II – Negócios em conjunto

Anteriormente a 1º de Janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava proporcionalmente suas participações em entidades controladas em conjunto, conforme requerimentos do IAS 31 – Participações em Empreendimentos em Conjunto. A partir desta data, adotou o IFRS 11 – Negócios em Conjunto, alterando sua política contábil para participações em negócios em conjunto para o método de equivalência patrimonial.

De acordo com o IFRS 11, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (“*Joint Ventures*”). A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou a natureza de seus negócios em conjunto e concluiu que possui tanto operações em conjunto quanto *joint ventures*. Para as operações em conjunto não houve alteração do tratamento contábil. Já para as *joint ventures*, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a nova política para participações em *joint ventures* de acordo com as provisões de transição do IFRS 11.

Os efeitos da adoção do IFRS 11, que originaram a alteração de política contábil, não geraram impactos significativos nas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nos lucros ou prejuízos de suas associadas e entidades controladas em conjunto pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do patrimônio líquido de suas associadas e entidades controladas em conjunto é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em associadas e entidades controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas associadas e entidades controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das associadas e entidades controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em associadas e entidades controladas em conjunto, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

i) Compromissos de Arrendamento Mercantil (como Arrendatário)

Como arrendatário, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado nos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING detém substancialmente todos os riscos e benefícios de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros Passivos Financeiros. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

As despesas por operações de arrendamento operacional são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

j) Imobilizado

De acordo com o IAS 16 – Imobilizado, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu nos períodos findos 30/06/2015 e 30/06/2014, perdas por redução ao valor recuperável, referente ao Imobilizado de Uso.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas ou Despesas Gerais e Administrativas.

k) Ágio

De acordo com o IFRS 3 (R) – Combinações de Negócios, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no IAS 36, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade

geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base *pro rata* do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios oriundos de aquisição de subsidiárias são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Ágios.

Os ágios das associadas e entidades controladas em conjunto são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

l) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de Ativos Intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia semestralmente seus Ativos Intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os Ativos Intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Nos períodos findos em 30/06/2015 e 30/06/2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu perdas por redução ao valor recuperável de R\$ 4 e R\$ 3 respectivamente, correspondente aos Gastos com Desenvolvimento de Software causadas por resultados inferiores aos previstos.

Conforme previsto pelo IAS 38, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

m) Bens Destinados à Venda

Os Bens Destinados à Venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo menor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil dos bens destinados à venda.

Reduções subseqüentes ao valor contábil do ativo são registradas como perdas por redução ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas. Em caso de recuperação do valor justo menos os custos de venda, as perdas reconhecidas podem ser revertidas.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes e Obrigações Fiscais - Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos e Obrigações Fiscais - Diferidas, respectivamente.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado Abrangente Acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho / perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

	30/06/2015
Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social (*)	15,00%

(*) Para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas financeiras e equiparadas, a alíquota corresponde a 15,00%. A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 ("MP"), elevou a alíquota da Contribuição Social para 20,00% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015. A MP ainda não foi convertida em Lei, estando pendente de apreciação e aprovação pelo Congresso Nacional. Considerando ainda a existência de várias emendas complementares ao projeto de conversão em Lei reduzindo ou elevando a alíquota a patamares diferentes do proposto pelo Executivo, não foi reconhecido qualquer efeito pela referida elevação da alíquota sobre créditos tributários em 30 de junho de 2015. Para as controladas não financeiras e de previdência privada a alíquota é de 9,00%.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

o) Contratos de Seguros e Previdência Privada

O IFRS 4 – Contratos de Seguro define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, emite contratos a clientes que contém riscos de seguros, riscos financeiros ou uma combinação de ambos. Um contrato sob o qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING aceita riscos significativos de seguro de seus clientes e concorda em compensá-los na ocorrência de um evento futuro incerto específico é classificado como contrato de seguro. O contrato de seguro também pode transferir risco financeiro, mas é contabilizado como contrato de seguro se o risco de seguro é significativo.

Conforme permitido pelo IFRS 1, quando da adoção inicial do IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING decidiu não alterar suas políticas contábeis para contratos de seguros, que seguem as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil ("BRGAAP").

Contratos de investimento são aqueles que transferem risco financeiro significativo. Risco financeiro é o risco de uma mudança futura em uma ou mais variáveis como taxa de juros, preço dos ativos financeiros, preço das *commodities*, taxa de câmbio, índice de preços ou juros, classificação de risco de crédito ou índice de crédito ou outra variável.

Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo IFRS 4.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 30 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de Previdência Privada

Segundo o IFRS 4, um contrato de seguros é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo se, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

O pagamento de benefício adicional é considerado significativo em todos os cenários com substância comercial, uma vez que a sobrevivência dos beneficiários pode exceder as estimativas de sobrevivência na tábua atuarial utilizada para definição do benefício acordado no contrato. A opção de conversão em um montante fixo a ser pago de forma vitalícia não está disponível. Todos os contratos dão direito à contraparte de escolher o recebimento de uma renda vitalícia.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são reconhecidos durante o mesmo período em que os prêmios de seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas eles são reavaliados transcorridos 365 dias quanto à possibilidade de não recuperação. Em casos de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada.

Derivativos Embutidos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a análise de todos os contratos a fim de avaliar a existência de derivativos embutidos. Nos casos em que tais derivativos atendam a definição de contrato de seguros por si só, não efetuamos sua bifurcação. Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos do IFRS 4.

Teste de Adequação do Passivo

O IFRS 4 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Como resultado deste teste, caso a análise demonstrasse que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos de aquisição diferidos dos contratos e os ativos intangíveis de seguros) fosse inferior ao valor dos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, seria contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada. Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguros são agrupados em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 30.

p) Planos de Capitalização

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING comercializa títulos de capitalização nos quais são depositados pelos clientes valores específicos, dependendo do plano, que são resgatáveis pelo montante original adicionado de uma taxa de remuneração. Os clientes participam, durante o prazo do plano, de sorteios de prêmios em dinheiro.

Enquanto que para fins regulatórios no Brasil, os planos de capitalização são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo o IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo o IAS 39.

A Receita dos Planos de Capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a obrigação de reembolsar.

q) Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é obrigado a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante de Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas. Essas contribuições totalizaram R\$ 902 de 01/01 a 30/06/2015 (R\$ 792 de 01/01 a 30/06/2014).

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também patrocina Planos de Benefícios Definidos e Planos de Contribuição Definida, contabilizados de acordo com o IAS 19 – Benefícios aos Empregados até 31 de Dezembro de 2012 e de acordo com o IAS 19 (revisado em Junho de 2011) – Benefícios aos Empregados a partir de 1º de Janeiro de 2013.

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por consultoria atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os seguintes montantes são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente.
- Juros sobre o valor líquido de ativo (passivo) de plano de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido reconhecido no ativo e no passivo, resultante da passagem do tempo, que compreende a receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de plano de benefício definido e juros sobre o efeito do limite do ativo (*asset ceiling*).

Os ganhos e perdas atuariais são resultantes da não aderência das premissas atuariais estabelecidas na última avaliação atuarial em relação ao efetivamente realizado, bem como os efeitos de mudanças em tais premissas. Os ganhos e perdas são reconhecidos integralmente em Outros Resultados Abrangentes.

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING por meio de fundos previdenciais, são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras Obrigações Pós-Emprego

Algumas das empresas adquiridas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico, assim como em relação aos benefícios concedidos por decisão judicial.

De forma semelhante à dos planos de pensão de benefício definido, essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados, sendo que os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego e os ganhos e perdas decorrentes de ajuste de práticas e mudanças de premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido em Outros Resultados Abrangentes no período em que ocorrem.

r) Pagamento Baseado em Ações

Os pagamentos baseados em ações são contabilizados de acordo com o IFRS 2 – Pagamento baseado em ações que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, com base no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência, que não de mercado, estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas, baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na Demonstração Consolidada do Resultado, com um ajuste correspondente ao Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de apreçamento de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

s) **Garantias Financeiras**

De acordo com o IAS 39, o emissor de um contrato de garantia financeira tem uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente, essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e (ii) o valor determinado de acordo com o IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação na rubrica Outros Passivos, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

t) **Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes**

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o IAS 37. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões.
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada.
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 32.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

u) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

v) Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em Tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Pagamento Baseado em Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital Adicional Integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas Ações em Tesouraria contra Reservas Integralizadas, pelo preço médio das Ações em Tesouraria na data do cancelamento.

w) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25,0% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral. Desde 1º de Janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis brasileiras e regulamentações para instituições financeiras e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

x) Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,022 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicado, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do IAS 33 – Lucro por Ação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

y) Receita de Prestação de Serviços

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING presta diversos serviços a seus clientes tais como administração de investimentos, relacionados a cartões de crédito, a banco de investimento e a determinados serviços de banco comercial.

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente. As receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de comissões de cartões de crédito são decorrentes da captura destas transações e são apropriadas ao resultado na data de sua captura e processamento.

As receitas de determinados serviços como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado e de custódia, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos de forma linear.

A composição da Receita de Prestação de Serviços está detalhada na Nota 24.

z) Informações por Segmento

O IFRS 8 – Segmentos Operacionais determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com três segmentos de reporte: (i) Banco de Varejo, (ii) Banco de Atacado e (iii) Atividade com Mercado + Corporação.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 34.

Nota 3 – Desenvolvimento de Negócios

a) Associação com o Banco BMG S.A.

Em 09 de Julho de 2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING celebrou o Contrato de Associação com o Banco BMG S.A. ("BMG"), visando à oferta, distribuição e comercialização de créditos consignados por meio da constituição de instituição financeira, o Banco Itaú BMG Consignado S.A. ("Itaú BMG Consignado"). Após a obtenção da aprovação prévia necessária para início das operações, emitida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em 17 de Outubro de 2012, os documentos finais foram assinados em 13 de Dezembro de 2012 e o Banco BMG passou a ser acionista do Itaú BMG Consignado em 07 de Janeiro de 2013. A conclusão da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 18 de Abril de 2013.

Como resultado desta transação, o patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores aumentou em R\$ 303 no exercício de 2013.

Em 29 de Abril de 2014, foi celebrado um acordo que estabelece a unificação dos negócios de crédito consignado (empréstimos) do BMG e do Itaú BMG Consignado, que passaram a ser concentrados no Itaú BMG Consignado. Em contrapartida dessa unificação dos negócios, em 25 de Julho de 2014 foi realizado aumento de capital do Itaú BMG Consignado, inteiramente subscrito e integralizado pelo BMG no montante de R\$ 181. A possibilidade dessa unificação já era prevista no acordo de investimento de 13 de Dezembro de 2012 que rege a associação. Após esse aumento de capital, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a deter participação 60% (sessenta por cento) do capital social total e votante do Itaú BMG Consignado e o BMG passou a deter os 40% (quarenta por cento) remanescentes.

Desta forma, a partir 25 de Julho de 2014 e durante o prazo da Associação, o Itaú BMG Consignado é o veículo exclusivo do BMG e de seus controladores para a oferta, no território brasileiro, de créditos consignados, observadas algumas exceções pelo prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data do aumento de capital do Itaú BMG Consignado.

A referida operação não acarretou efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que continuou a consolidar o Itaú BMG Consignado em suas demonstrações contábeis.

b) Credicard

Em 14 de Maio de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING celebrou um contrato de compra e venda de ações e quotas com Banco Citibank, para aquisição do Banco Credicard e da Credicard Promotora de Vendas, pelo valor de R\$ 2.948 milhões (atualizado monetariamente), incluindo a marca "Credicard". A conclusão da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 12 de Dezembro de 2013 e liquidada em 20 de Dezembro de 2013.

O Banco Credicard e a Credicard Promotora de Vendas são entidades responsáveis pela oferta e distribuição de produtos e serviços financeiros da marca "Credicard", principalmente empréstimos pessoais e cartões de crédito.

Em função desta operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidou integralmente o Banco Credicard e a Credicard Promotora de Vendas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas a partir de Dezembro de 2013 até 31/08/2014. O Banco Credicard foi incorporado pelo Banco Itaucard S.A. em 31/08/2014.

A alocação do diferencial entre o valor pago e alocação dos ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 1.863 milhões e outros intangíveis.

c) BMG Seguradora S.A.

Em 25 de Junho de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio do Banco Itaú BMG Consignado S.A. ("Itaú BMG Consignado"), sociedade indiretamente controlada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, celebrou contrato de compra e venda de ações com controladores do Banco BMG S.A. ("Vendedores"), por meio do qual se comprometeu a adquirir, por meio de uma das controladas da Itaú BMG Consignado, 99,996% das ações de emissão da BMG Seguradora S.A.

A BMG Seguradora gerou R\$ 62,6 milhões em volume de prêmios retidos durante o ano de 2012 e, durante os meses de Janeiro a Maio de 2013, um volume de prêmios retidos de R\$ 42,4 milhões, 77% acima do volume gerado em igual período de 2012.

A BMG Seguradora celebrou acordos de exclusividade com o Banco BMG S.A. e com a Itaú BMG Consignado para a distribuição de produtos securitários a serem atrelados aos produtos comercializados por esses bancos.

A aprovação do Banco Central do Brasil foi obtida em 19 de Dezembro de 2013 e a operação foi liquidada em 27/01/2014 pelo montante de R\$ 88,1 milhões. A referida aquisição não acarretou efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que consolidou a operação em suas demonstrações contábeis a partir de Janeiro de 2014.

Como resultado do estudo de alocação de preço de compra (Purchase Price Allocation - PPA), a alocação de diferencial entre o valor pago e a participação nos ativos líquidos a valor justo, resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 22,7 milhões.

d) Citibank N.A. Uruguay Branch

Em 28 de Junho de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Uruguay S.A. ("BIU") firmou contrato definitivo com o Citibank N.A. Uruguay Branch ("Citi"), por meio do qual foram estabelecidas as regras para aquisição pelo BIU da operação de varejo conduzida pelo Citi no Uruguai.

Como resultado da operação, o BIU assumiu uma carteira de mais de 15.000 clientes no Uruguai relacionados à operação de varejo (conta corrente, poupança e depósitos a prazo). Os ativos adquiridos envolvem principalmente as operações de cartão de crédito que o Citi desenvolve no Uruguai sob as bandeiras Visa, Mastercard e Diners, as quais representavam, em 2012, pouco mais de 6% do market share uruguaio.

A aprovação das autoridades regulatórias competentes foi obtida em 10 de Dezembro de 2013.

A alocação do diferencial entre o valor pago e alocação dos ativos e passivos relacionados a operação líquidos a valor justo resultou no reconhecimento do ágio por expectativa de rentabilidade futura e de intangíveis.

e) Parceria com a Fiat

Em 20 de Agosto de 2013 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING informou que renovou por mais 10 anos, por meio de sua controlada Itaú Unibanco S.A., o acordo de cooperação comercial que mantém com Fiat Group Automobiles S.p.A. e Fiat Automóveis S.A. ("Fiat"). Esse acordo prevê (i) a exclusividade para a oferta de financiamento em campanhas promocionais da montadora Fiat para venda de automóveis zero quilômetro; e (ii) o uso exclusivo da marca Fiat em atividades relacionadas ao financiamento de veículos.

O valor envolvido na operação não é significativo para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e, portanto, não acarretou efeitos contábeis relevantes em seus resultados.

f) Itaú CorpBanca

Em 29 de Janeiro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em conjunto com a sua subsidiária Banco Itaú Chile S.A. ("BIC") celebrou um acordo (*Transaction Agreement*) com o CorpBanca ("CorpBanca") e seus acionistas controladores ("Corp Group") estabelecendo os termos e condições da união das operações do BIC e do CorpBanca Chile no Chile e nas demais jurisdições em que o CorpBanca atua.

A operação será concretizada por meio de (i) aumento do capital do BIC no valor de US\$ 652 milhões a ser realizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ou uma de suas subsidiárias, (ii) incorporação do BIC pelo CorpBanca, com o cancelamento das ações do BIC e a emissão de novas ações pelo CorpBanca, na proporção estimada de 85.420,07 ações do CorpBanca para cada 1 ação do BIC, a ser aprovada em assembleia de acionistas do CorpBanca pelo voto afirmativo de 2/3 (dois terços) das ações de emissão do CorpBanca, de forma que as participações no banco resultante da incorporação (a ser denominado "Itaú CorpBanca") sejam de 33,58% para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de 33,13% para o Corp Group, e (iii) posterior integração do Itaú BBA Colômbia S.A. às operações do Itaú CorpBanca ou de suas subsidiárias.

O Itaú CorpBanca será controlado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que celebrará um acordo de acionistas com o Corp Group no ato de fechamento da operação. Esse acordo de acionistas dará ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ao Corp Group o direito de indicarem membros do conselho de administração do Itaú CorpBanca de acordo com suas participações no capital social, tendo esse bloco de acionistas a

prerrogativa de eleger a maioria dos membros do conselho de administração e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING o direito de eleger a maioria desses membros. Os presidentes dos conselhos de administração do Itaú CorpBanca e de suas subsidiárias serão indicados pelo Corp Group e seus vice-presidentes pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Os executivos do Itaú CorpBanca e de suas subsidiárias serão propostos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ratificados pelo conselho de administração do Itaú CorpBanca. O acordo de acionistas também preverá o direito do Corp Group de aprovar, em conjunto com o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, determinadas matérias estratégicas do Itaú CorpBanca e conterá disposições sobre a transferência de ações entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING e Corp Group e também para terceiros.

Com base na aprovação da fusão pelos acionistas do CorpBanca e do BIC, a operação será agora analisada pela autoridade regulatória competente no Chile, a Superintendência de Bancos e Instituições Financeiras (“SBIF”). A aprovação da SBIF deverá somar-se às demais aprovações regulatórias necessárias e já obtidas perante as autoridades regulatórias competentes no Brasil, na Colômbia e no Panamá.

Estima-se que a referida operação não acarrete efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING que consolidará o Itaú CorpBanca em suas demonstrações contábeis.

g) Operação de Seguros de Grandes Riscos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio da sua subsidiária Itaú Unibanco S.A., assinou em 04/07/2014 “Contrato de Compra e Venda de Ações” com a ACE Ina International Holdings, Ltd. (“ACE”), por meio do qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias comprometeram-se a alienar a totalidade de suas participações na Itaú Seguros Soluções Corporativas S.A. (“ISSC”).

A ISSC detinha as operações de seguros de grandes riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujos clientes eram médias e grandes empresas com apólices de valores segurados elevados. A transação foi aprovada pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) em 15 de Setembro de 2014 e pela SUSEP em 09 de Outubro de 2014.

Com base em dados proforma de 31 de Dezembro de 2013, a operação de seguros de grandes riscos compreendia: patrimônio líquido de R\$ 364 milhões, ativos de R\$ 5,8 bilhões e provisões técnicas de R\$ 4,6 bilhões.

Após o cumprimento de determinadas condições previstas no contrato, a ACE pagou R\$ 1,515 bilhão ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING e às suas subsidiárias. A transferência das ações e a liquidação financeira da transação ocorreram em 31 de Outubro de 2014, sendo que o valor pago está sujeito a ajuste de preço futuro com base na diferença das posições do Patrimônio Líquido entre a data do balanço pro forma e a data do balanço de fechamento.

A operação produziu um efeito contábil, antes de impostos, de R\$ 1,1 bilhão no lucro do período do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As operações de seguros de grandes riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estavam classificadas dentro do segmento “Banco de Varejo” nessas Demonstrações Financeiras.

Esta transação está associada à estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de comercialização de seguros massificados, tipicamente relacionados ao varejo bancário.

h) Tecnologia Bancária S.A. (TECBAN) – Novo Acordo de Acionista

As subsidiárias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em conjunto com outras instituições financeiras, assinaram, em 17 de Julho de 2014, um novo Acordo de Acionistas da TecBan, o qual, tão logo entre em vigor, revogará e substituirá o acordo de acionistas vigente.

Além das disposições usuais em acordos de acionistas, como regras sobre governança e transferência de ações, o Acordo de Acionistas prevê que, em aproximadamente 4 (quatro) anos contados de sua entrada em vigor, as Partes deverão ter substituído parte de sua rede externa de Terminais de Autoatendimento (“TAA”) pelos TAAs da Rede Banco24Horas, que são e continuarão sendo geridos pela TecBan. De maneira geral, pode ser entendida como rede externa de TAAs aqueles situados fora do ambiente de agências bancárias ou aqueles em que o acesso não seja restrito, exclusivo ou controlado, como, por exemplo, aqueles instalados em *shopping centers*, postos de gasolina, supermercados etc.

Com isso, em linha com a tendência mundial de melhores práticas da indústria, as Partes, que constituem os principais bancos de varejo do País, consolidarão suas redes externas de TAAs nos terminais da Rede Banco24Horas, gerando aumento de eficiência, maior qualidade e capilaridade de atendimento a seus clientes. Vale ainda lembrar que, além das Partes, cerca de outros 40 (quarenta) bancos são clientes da TecBan, de forma que tal crescimento da Rede Banco24Horas também beneficiará significativamente tais instituições e seus respectivos clientes.

A operação foi aprovada pelo CADE no dia 22 de Outubro de 2014, sem restrições. A data efetiva da venda e liquidação ocorreu em 14 de Novembro de 2014.

A referida operação não acarretou efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

i) Maxi Pago

Em Setembro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua controlada Rede (Redecard S.A.) celebrou contrato de compra e venda de ações com os controladores da MaxiPago Serviços de Internet S.A., uma empresa de *gateway* - dispositivos de interconexões de rede para pagamento eletrônico móvel.

A aprovação do Banco Central foi obtida em 15 de Dezembro de 2014 e as condições precedentes foram atendidas em 08 de Janeiro de 2015. O contrato prevê a aquisição de 35.261 ações ordinárias da MaxiPago, o que representará 75% do capital social total e votante.

A alocação do diferencial entre o valor pago e o valor dos ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 10,5 milhões.

A referida operação não acarretou efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

j) MCC Securities e MCC Corredora de Bolsa

Em Julho de 2011, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio da sua subsidiária no Chile, assinou Contrato de Compra e Venda de Ações com a MCC *Inversiones Globales* (MCC *Inversiones*) e a MCC *Beneficial Owners* (Pessoas Físicas Chilenas), comprometendo-se a adquirir, em etapas, a totalidade das ações da MCC Securities.

Em Junho de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio da sua subsidiária no Chile, assinou Contrato de Compra e Venda de Ações com a MCC *Inversiones Globales* (MCC *Inversiones*) e a MCC *Beneficial Owners* (Pessoas Físicas Chilenas), comprometendo-se a adquirir, em etapas, a totalidade das ações da MCC Corredora de Bolsa.

Em Agosto de 2014, as partes citadas acima, assinaram novo acordo antecipando a aquisição do restante das ações da MCC Securities e da MCC Corredora de Bolsa pelos valores de US\$ 32,7 milhões e US\$ 6,7 milhões respectivamente.

Com esta operação o ITAÚ UNIBANCO HOLDING confirma sua relevante participação no mercado de Private Banking do Chile, passando a consolidar integralmente a MCC Securities e MCC Corredora de Bolsa em suas Demonstrações Contábeis Consolidadas a partir de Agosto de 2014.

Será concluída, no decorrer de 2015, a alocação final do diferencial entre o valor pago e a participação em seus ativos líquidos ao valor justo (*Purchase Price Allocation* - PPA).

k) Via Varejo

Em 01 de Outubro de 2014 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING informou que, em virtude da rescisão antecipada, pela Via varejo, dos acordos operacionais relativos à oferta do seguro de garantia estendida nas lojas Ponto Frio e Casas Bahia, sua subsidiária Itaú Seguros S.A. recebeu da Via Varejo a quantia de R\$ 584 milhões, à vista, relativa principalmente à restituição dos valores desembolsados nos termos desses acordos, devidamente corrigidos.

Essa operação não trouxe impactos relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

I) MasterCard Brasil Soluções de Pagamento Ltda.

O Itaú Unibanco S.A., celebrou contrato com a MasterCard Brasil Soluções de Pagamento Ltda. (“MasterCard”) para criar uma aliança no mercado de soluções de pagamento no Brasil (“Aliança Estratégica”).

Os objetivos do Itaú Unibanco ao criar a Aliança Estratégica são (a) focar a ampliação de seus negócios de emissão e aquisição, principalmente relacionados à nova rede de soluções de pagamento, (b) ter acesso a novas tecnologias de soluções de pagamento, (c) obter importantes ganhos de escala e eficiência, e (d) beneficiar-se da expertise da MasterCard na gestão de bandeiras de soluções de pagamento.

A eficácia da Aliança Estratégica está sujeita à satisfação de algumas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes.

Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens:

	30/06/2015	31/12/2014
Disponibilidades	18.005	17.527
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	20.368	13.939
Aplicações no Mercado Aberto	38.819	93.852
Total	77.192	125.318

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto não equivalentes de caixa são de R\$ 10.607 (R\$ 9.142 em 31/12/2014) e R\$ 125.265 (R\$ 115.066 em 31/12/2014), respectivamente.

Nota 5 - Depósitos Compulsórios no Banco Central

	30/06/2015	31/12/2014
Não Remunerados	4.199	3.392
Remunerados	55.958	59.714
Total	60.157	63.106

Nota 6 - Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto

	30/06/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	29.959	1.016	30.975	22.135	946	23.081
Aplicações no Mercado Aberto ^(*)	164.084	-	164.084	208.918	-	208.918
Total	194.043	1.016	195.059	231.053	946	231.999

(*) O montante de R\$ 7.589 (R\$ 5.945 em 31/12/2014) está dado em garantia de operações na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e BACEN e R\$ 77.146 (R\$ 88.716 em 31/12/2014) em garantia de operações com compromisso de recompra, em conformidade com as políticas descritas na Nota 2.4f.

Nota 7 - Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2015			31/12/2014		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Fundos de Investimento	897	(22)	875	870	-	870
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	118.501	(268)	118.233	86.796	(403)	86.393
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	3.947	16	3.963	1.894	20	1.914
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	1.199	49	1.248	1.502	38	1.540
Argentina	804	44	848	594	34	628
Chile	1	-	1	132	-	132
Colômbia	64	5	69	85	3	88
Estados Unidos	68	-	68	447	1	448
México	8	-	8	3	-	3
Paraguai	133	-	133	128	-	128
Uruguai	58	-	58	41	-	41
Outros	63	-	63	72	-	72
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	42.242	77	42.319	42.207	20	42.227
Ações Negociáveis	2.298	(13)	2.285	2.383	(32)	2.351
Certificado de Depósito Bancário	2.747	-	2.747	3.281	-	3.281
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	1	-	1
Debêntures	4.901	72	4.973	4.203	40	4.243
Euro Bonds e Assemelhados	886	18	904	1.049	12	1.061
Letras Financeiras	31.409	-	31.409	30.711	-	30.711
Notas Promissórias	-	-	-	577	-	577
Outros	1	-	1	2	-	2
Total ⁽²⁾	166.786	(148)	166.638	133.269	(325)	132.944

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 50.448 (R\$ 36.544 em 31/12/2014), b) R\$ 3.008 (R\$ 531 em 31/12/2014), c) R\$ 137 (R\$ 249 em 31/12/2014) e d) R\$ 613 (R\$ 42 em 31/12/2014), totalizando R\$ 54.206 (R\$ 37.366 em 31/12/2014);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação para outras categorias de ativos financeiros.

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	30/06/2015		31/12/2014	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	55.248	55.236	53.436	53.451
Sem vencimento	3.195	3.160	3.253	3.220
Até um ano	52.053	52.076	50.183	50.231
Não Circulante	111.538	111.402	79.833	79.493
De um a cinco anos	63.764	63.750	57.278	57.074
De cinco a dez anos	43.036	42.932	16.400	16.279
Após dez anos	4.738	4.720	6.155	6.140
Total	166.786	166.638	133.269	132.944

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R\$ 106.432 (R\$ 97.184 em 31/12/2014). O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBL e VGBL, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2015		
	Custo	Ganhos/ (Perdas)	
		Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	587	22	609
Títulos Públicos - Outros Países	115	(4)	111
Total	702	18	720

	31/12/2014		
	Custo	Ganhos/ (Perdas)	
		Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	601	25	626
Títulos Públicos - Outros Países	109	(2)	107
Total	710	23	733

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

	30/06/2015		31/12/2014	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	587	609	468	493
Até um ano	587	609	468	493
Não Circulante	115	111	242	240
De um a cinco anos	115	111	242	240

Nota 8 – Derivativos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de swaps de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R\$ 4.098 (R\$ 3.826 em 31/12/2014) e estava basicamente composto por títulos públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação		Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial				
	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2015
Contratos de Futuros	442.187	(109)		128	19
Compromissos de Compra	124.736	(199)		161	(38)
<i>Commodities</i>	252	(2)		-	(2)
Índices	49.089	(163)		(1)	(164)
Mercado Interfinanceiro	28.710	35		-	35
Moeda Estrangeira	43.733	(70)		162	92
Títulos	2.952	1		-	1
Compromissos de Venda	317.451	90		(33)	57
<i>Commodities</i>	319	-		-	-
Índices	69.453	181		-	181
Mercado Interfinanceiro	137.279	(104)		-	(104)
Moeda Estrangeira	106.808	13		(33)	(20)
Títulos	3.589	-		-	-
Outros	3	-		-	-
Contratos de Swaps	537.916	(7.022)		466	(6.556)
Posição Ativa	265.447	4.108		1.290	5.398
Índices	114.851	497		220	717
Mercado Interfinanceiro	54.390	268		484	752
Moeda Estrangeira	12.153	1.956		81	2.037
Pós-Fixados	4.792	223		105	328
Prefixados	79.232	1.164		400	1.564
Títulos	20	-		-	-
Outros	9	-		-	-
Posição Passiva	272.469	(11.130)		(824)	(11.954)
<i>Commodities</i>	24	-		-	-
Índices	76.920	(2.932)		(37)	(2.969)
Mercado Interfinanceiro	35.855	115		(647)	(532)
Moeda Estrangeira	26.452	(3.472)		(108)	(3.580)
Pós-Fixados	8.513	(118)		(181)	(299)
Prefixados	124.467	(4.673)		140	(4.533)
Títulos	97	(50)		9	(41)
Outros	141	-		-	-
Contratos de Opções	493.305	148		(317)	(169)
De Compra - Posição Comprada	115.779	1.979		433	2.412
<i>Commodities</i>	612	27		(5)	22
Índices	54.370	69		7	76
Mercado Interfinanceiro	7.361	16		3	19
Moeda Estrangeira	48.543	1.763		50	1.813
Pós-Fixados	10	-		-	-
Prefixados	3	-		-	-
Títulos	4.801	98		374	472
Outros	79	6		4	10
De Venda - Posição Comprada	138.689	1.393		119	1.512
<i>Commodities</i>	393	12		10	22
Índices	67.191	57		(16)	41
Mercado Interfinanceiro	13.657	11		(11)	-
Moeda Estrangeira	50.358	1.061		(294)	767
Prefixados	139	5		-	5
Títulos	6.912	247		429	676
Outros	39	-		1	1
De Compra - Posição Vendida	103.799	(1.668)		(795)	(2.463)
<i>Commodities</i>	433	(13)		(5)	(18)
Índices	53.308	(153)		(12)	(165)
Mercado Interfinanceiro	4.651	(8)		(7)	(15)
Moeda Estrangeira	41.321	(1.443)		(457)	(1.900)
Prefixados	89	-		-	-
Títulos	3.918	(45)		(310)	(355)
Outros	79	(6)		(4)	(10)
De Venda - Posição Vendida	135.038	(1.556)		(74)	(1.630)
<i>Commodities</i>	409	(25)		(14)	(39)
Índices	75.367	(213)		(12)	(225)
Mercado Interfinanceiro	7.013	(14)		13	(1)
Moeda Estrangeira	45.943	(1.059)		342	(717)
Prefixados	14	-		-	-
Títulos	6.253	(245)		(402)	(647)
Outros	39	-		(1)	(1)

	Conta de			
	Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial			
	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2015
Contratos a Termo	20.240	1.796	(4)	1.792
Compras a Receber	1.299	1.405	(2)	1.403
Pós-Fixados	1.233	1.224	(2)	1.222
Prefixados	66	181	-	181
Obrigações por Compra a Pagar	-	(1.290)	-	(1.290)
Pós-Fixados	-	(1.224)	-	(1.224)
Prefixados	-	(66)	-	(66)
Vendas a Receber	2.997	2.677	1	2.678
Mercado Interfinanceiro	287	1	1	2
Pós-Fixados	575	584	-	584
Prefixados	386	392	-	392
Títulos	1.749	1.700	-	1.700
Obrigações por Venda a Entregar	15.944	(996)	(3)	(999)
Mercado Interfinanceiro	15.944	-	(3)	(3)
Pós-Fixados	-	(584)	1	(583)
Prefixados	-	(412)	(1)	(413)
Derivativos de Crédito	10.718	12	(50)	(38)
Posição Ativa	3.945	256	97	353
Moeda Estrangeira	2.471	205	53	258
Prefixados	441	51	3	54
Títulos	855	-	34	34
Outros	178	-	7	7
Posição Passiva	6.773	(244)	(147)	(391)
Moeda Estrangeira	2.557	(183)	(62)	(245)
Prefixados	1.995	(46)	(8)	(54)
Títulos	2.096	(15)	(73)	(88)
Outros	125	-	(4)	(4)
Forwards	124.808	644	53	697
Posição Ativa	69.712	2.533	80	2.613
Commodities	183	28	(5)	23
Índices	108	-	-	-
Moeda Estrangeira	69.352	2.500	85	2.585
Títulos	69	5	-	5
Posição Passiva	55.096	(1.889)	(27)	(1.916)
Commodities	336	(35)	(5)	(40)
Índices	7	-	-	-
Moeda Estrangeira	54.749	(1.854)	(22)	(1.876)
Títulos	4	-	-	-
Swap com Verificação	1.784	(362)	(31)	(393)
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	711	-	-	-
Posição Passiva - Moeda Estrangeira	1.073	(362)	(31)	(393)
Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira	1.060	19	165	184
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	12.870	(5)	43	38
Posição Ativa	11.636	2.323	551	2.874
Moeda Estrangeira	7.350	2.234	454	2.688
Prefixados	777	35	3	38
Títulos	3.360	54	91	145
Outros	149	-	3	3
Posição Passiva	1.234	(2.328)	(508)	(2.836)
Moeda Estrangeira	253	(2.328)	(488)	(2.816)
Títulos	830	-	(15)	(15)
Outros	151	-	(5)	(5)
	Ativo	16.584	2.862	19.446
	Passivo	(21.463)	(2.409)	(23.872)
	Total	(4.879)	453	(4.426)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	30/06/2015
Contrato de Futuros	78.556	134.136	65.756	163.739	442.187
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	4.284	30.307	31.844	194.904	261.339
Contratos de Opções	196.631	224.784	51.492	20.398	493.305
Contratos a Termo	2.986	4.450	9.451	3.353	20.240
Derivativos de Crédito	-	703	1.203	8.812	10.718
Forwards	37.967	58.797	21.112	6.932	124.808
Swaps com Verificação	-	117	5	589	711
Verificação de Swap	-	173	7	880	1.060
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	711	2.069	1.137	8.953	12.870

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação		Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial				
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
Contratos de Futuros	331.022	(375)	21	(354)	
Compromissos de Compra	97.931	(694)	48	(646)	
<i>Commodities</i>	157	-	-	-	
Índices	43.126	(624)	(9)	(633)	
Mercado Interfinanceiro	29.994	49	-	49	
Moeda Estrangeira	17.797	(119)	57	(62)	
Prefixados	41	-	-	-	
Títulos	6.811	-	-	-	
Outros	5	-	-	-	
Compromissos de Venda	233.091	319	(27)	292	
<i>Commodities</i>	341	-	-	-	
Índices	19.289	311	5	316	
Mercado Interfinanceiro	82.595	(117)	1	(116)	
Moeda Estrangeira	123.068	125	(33)	92	
Títulos	7.798	-	-	-	
Contratos de Swaps		(5.132)	414	(4.718)	
Posição Ativa	270.219	4.011	805	4.816	
Índices	103.921	588	137	725	
Mercado Interfinanceiro	68.534	345	456	801	
Moeda Estrangeira	12.057	1.323	70	1.393	
Pós-Fixados	3.763	115	77	192	
Prefixados	81.917	1.640	65	1.705	
Títulos	16	-	-	-	
Outros	11	-	-	-	
Posição Passiva	275.351	(9.143)	(391)	(9.534)	
<i>Commodities</i>	25	-	-	-	
Índices	72.197	(2.510)	39	(2.471)	
Mercado Interfinanceiro	51.284	(71)	(601)	(672)	
Moeda Estrangeira	24.796	(2.359)	155	(2.204)	
Pós-Fixados	5.665	(74)	(129)	(203)	
Prefixados	121.048	(4.065)	131	(3.934)	
Títulos	88	(41)	12	(29)	
Outros	248	(23)	2	(21)	
Contratos de Opções	503.836	(93)	(92)	(185)	
De Compra - Posição Comprada	88.641	1.120	853	1.973	
<i>Commodities</i>	614	17	(2)	15	
Índices	35.438	102	(22)	80	
Mercado Interfinanceiro	12.430	48	34	82	
Moeda Estrangeira	36.918	898	566	1.464	
Pós-Fixados	8	-	-	-	
Prefixados	2	-	-	-	
Títulos	3.153	49	268	317	
Outros	78	6	9	15	
De Venda - Posição Comprada	142.059	1.049	(150)	899	
<i>Commodities</i>	176	6	7	13	
Índices	77.500	163	(1)	162	
Mercado Interfinanceiro	23.359	44	(42)	2	
Moeda Estrangeira	30.936	625	(419)	206	
Pós-Fixados	163	1	(1)	-	
Prefixados	114	5	-	5	
Títulos	9.778	205	305	510	
Outros	33	-	1	1	
De Compra - Posição Vendida	88.218	(1.136)	(910)	(2.046)	
<i>Commodities</i>	433	(8)	(1)	(9)	
Índices	38.388	(73)	(15)	(88)	
Mercado Interfinanceiro	7.380	(33)	(31)	(64)	
Moeda Estrangeira	34.500	(990)	(579)	(1.569)	
Prefixados	68	-	-	-	
Títulos	7.371	(26)	(275)	(301)	
Outros	78	(6)	(9)	(15)	
De Venda - Posição Vendida	184.918	(1.126)	115	(1.011)	
<i>Commodities</i>	328	(18)	(25)	(43)	
Índices	123.694	(92)	(90)	(182)	
Mercado Interfinanceiro	20.849	(24)	23	(1)	
Moeda Estrangeira	30.937	(801)	506	(295)	
Prefixados	3	-	-	-	
Títulos	9.074	(191)	(298)	(489)	
Outros	33	-	(1)	(1)	

	Conta de			
	Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
Contratos a Termo	7.939	1.723		1.712
Compras a Receber	162	163	1	164
Pós-Fixados	66	65	1	66
Prefixados	94	96	-	96
Títulos	2	2	-	2
Obrigações por Compra a Pagar	-	(162)	-	(162)
Pós-Fixados	-	(65)	-	(65)
Prefixados	-	(95)	-	(95)
Títulos	-	(2)	-	(2)
Vendas a Receber	2.201	2.231	(1)	2.230
Pós-Fixados	122	124	-	124
Prefixados	386	462	-	462
Títulos	1.693	1.645	(1)	1.644
Obrigações por Venda a Entregar	5.576	(509)	(11)	(520)
Mercado Interfinanceiro	5.576	-	(8)	(8)
Pós-Fixados	-	(124)	(2)	(126)
Prefixados	-	(385)	(1)	(386)
Derivativos de Crédito	11.161	25	(82)	(57)
Posição Ativa	6.804	178	(56)	122
Moeda Estrangeira	1.806	118	(68)	50
Prefixados	3.932	59	(28)	31
Títulos	826	1	34	35
Outros	240	-	6	6
Posição Passiva	4.357	(153)	(26)	(179)
Moeda Estrangeira	1.790	(110)	57	(53)
Prefixados	563	(31)	19	(12)
Títulos	1.935	(12)	(101)	(113)
Outros	69	-	(1)	(1)
Forwards	101.874	336	77	413
Posição Ativa	54.432	2.078	28	2.106
Commodities	182	14	1	15
Moeda Estrangeira	54.212	2.061	27	2.088
Títulos	38	3	-	3
Posição Passiva	47.442	(1.742)	49	(1.693)
Commodities	152	(24)	6	(18)
Moeda Estrangeira	47.290	(1.717)	43	(1.674)
Títulos	-	(1)	-	(1)
Swap com Verificação	1.629	(209)	(20)	(229)
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	710	-	-	-
Posição Passiva - Moeda Estrangeira	919	(209)	(20)	(229)
Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira	908	-	93	93
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	11.276	109	22	131
Posição Ativa	6.817	1.504	249	1.753
Moeda Estrangeira	2.647	1.399	183	1.582
Prefixados	628	42	(26)	16
Títulos	3.454	63	91	154
Outros	88	-	1	1
Posição Passiva	4.459	(1.395)	(227)	(1.622)
Moeda Estrangeira	3.474	(1.395)	(209)	(1.604)
Títulos	766	-	(14)	(14)
Outros	219	-	(4)	(4)
	Ativo	12.334	1.822	14.156
	Passivo	(15.950)	(1.400)	(17.350)
	Total	(3.616)	422	(3.194)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2014
Contrato de Futuros	26.358	119.027	47.279	138.358	331.022
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	13.374	72.365	22.292	158.177	266.208
Contratos de Opções	231.624	203.454	52.421	16.337	503.836
Contratos a Termo	2.325	4.455	838	321	7.939
Derivativos de Crédito	291	2.757	500	7.613	11.161
Forwards	36.297	42.057	16.510	7.010	101.874
Swaps com Verificação	-	-	122	588	710
Verificação de Swap	-	-	155	753	908
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	171	868	1.785	8.452	11.276

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	30/06/2015							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contrato de Futuros - BM&FBovespa	19	0,2	160	(69)	(19)	26	(6)	(73)
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	5.398	27,8	97	157	116	287	1.596	3.145
BM&FBOVESPA	401	2,1	13	31	14	38	108	197
Empresas	3.528	18,1	73	73	68	179	987	2.148
Instituições Financeiras	1.278	6,6	3	39	25	106	397	708
Pessoas Físicas	191	1,0	8	14	9	(36)	104	92
Contratos de Opções	3.924	20,1	617	767	574	1.124	334	508
BM&FBOVESPA	1.311	6,7	284	159	232	624	6	6
Empresas	876	4,5	64	97	70	151	166	328
Instituições Financeiras	1.737	8,9	269	511	272	349	162	174
Contratos a Termo	4.081	20,9	2.728	657	668	28	-	-
BM&FBOVESPA	1.701	8,7	439	611	627	24	-	-
Empresas	1.602	8,2	1.511	46	41	4	-	-
Instituições Financeiras	778	4,0	778	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	353	1,8	-	-	3	2	10	338
Forwards	2.613	13,4	377	675	589	644	126	202
Empresas	1.189	6,1	162	222	338	209	102	156
Instituições Financeiras	1.423	7,3	215	452	251	435	24	46
Pessoas Físicas	1	0,0	-	1	-	-	-	-
Verificação de Swap - Empresas	184	1,0	-	18	-	1	65	100
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	2.874	14,8	694	3	1.063	41	60	1.013
Empresas	245	1,3	1	3	10	41	48	142
Instituições Financeiras	2.629	13,5	693	-	1.053	-	12	871
Total (*)	19.446	100,0	4.673	2.208	2.994	2.153	2.185	5.233
% por prazo de vencimento			24,0	11,4	15,4	11,1	11,2	26,9

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 12.028 referem-se ao circulante e R\$ 7.418 ao não circulante.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2014							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	4.816	34,0	448	150	429	233	643	2.913
BM&FBOVESPA	109	0,8	1	22	12	8	11	55
Empresas	2.961	20,8	278	62	186	125	461	1.849
Instituições Financeiras	1.354	9,6	165	53	38	75	128	895
Pessoas Físicas	392	2,8	4	13	193	25	43	114
Contratos de Opções	2.872	20,2	481	738	384	598	308	363
BM&FBOVESPA	1.713	12,0	140	246	1.138	165	23	1
Empresas	(453)	(3,2)	37	45	(1.010)	143	140	192
Instituições Financeiras	1.611	11,4	304	447	255	290	145	170
Pessoas Físicas	1	0,0	-	-	1	-	-	-
Contratos a Termo	2.394	16,9	846	832	714	2	-	-
BM&FBOVESPA	1.646	11,6	163	796	685	2	-	-
Empresas	406	2,9	341	36	29	-	-	-
Instituições Financeiras	342	2,4	342	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	122	0,9	-	-	1	6	8	107
Forwards	2.106	14,9	631	519	287	406	149	114
Empresas	914	6,5	101	280	152	195	94	92
Instituições Financeiras	1.190	8,4	530	237	135	211	55	22
Pessoas Físicas	2	0,0	-	2	-	-	-	-
Verificação de Swap - Empresas	93	0,7	-	-	-	7	-	86
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	1.753	12,4	2	16	3	986	69	677
Empresas	211	1,5	1	3	3	10	59	135
Instituições Financeiras	1.542	10,9	1	13	-	976	10	542
Total (*)	14.156	100,0	2.408	2.255	1.818	2.238	1.177	4.260
% por prazo de vencimento			17,0	15,9	12,8	15,8	8,3	30,1

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 8.719 referem-se ao circulante e R\$ 5.437 ao não circulante.

30/06/2015

	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(11.954)	50,1	(261)	(327)	(748)	(580)	(1.721)	(8.317)
BM&FBOVESPA	(1.089)	4,6	(3)	(76)	(15)	(42)	(387)	(566)
Empresas	(3.896)	16,3	(245)	(180)	(587)	(317)	(708)	(1.859)
Instituições Financeiras	(1.925)	8,1	(8)	(62)	(131)	(182)	(178)	(1.364)
Pessoas Físicas	(5.044)	21,1	(5)	(9)	(15)	(39)	(448)	(4.528)
Contratos de Opções	(4.093)	17,0	(506)	(882)	(820)	(963)	(401)	(521)
BM&FBOVESPA	(1.299)	5,4	(170)	(146)	(503)	(466)	(8)	(6)
Empresas	(531)	2,2	(14)	(77)	(24)	(102)	(144)	(170)
Instituições Financeiras	(2.261)	9,4	(322)	(659)	(293)	(393)	(249)	(345)
Pessoas Físicas	(2)	0,0	-	-	-	(2)	-	-
Contratos a Termo	(2.289)	9,5	(2.286)	-	-	(2)	(1)	-
BM&FBOVESPA	(3)	0,0	-	-	-	(2)	(1)	-
Empresas	(1.507)	6,3	(1.507)	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(779)	3,2	(779)	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito	(391)	1,7	-	(17)	(2)	(19)	(5)	(348)
Empresas	(15)	0,1	-	(15)	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(376)	1,6	-	(2)	(2)	(19)	(5)	(348)
Forwards	(1.916)	8,0	(356)	(538)	(414)	(381)	(140)	(87)
Empresas	(1.193)	5,0	(181)	(272)	(283)	(277)	(120)	(60)
Instituições Financeiras	(719)	3,0	(174)	(264)	(130)	(104)	(20)	(27)
Pessoas Físicas	(4)	0,0	(1)	(2)	(1)	-	-	-
Swap com Verificação - Empresas	(393)	1,6	-	(59)	-	(3)	-	(331)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(2.836)	12,1	(696)	(1)	(1.175)	(3)	(19)	(942)
Empresas	(584)	2,7	-	(1)	(1)	(3)	(7)	(572)
Instituições Financeiras	(2.252)	9,4	(696)	-	(1.174)	-	(12)	(370)
Total (*)	(23.872)	100,0	(4.105)	(1.824)	(3.159)	(1.951)	(2.287)	(10.546)
% por prazo de vencimento			17,2	7,6	13,2	8,2	9,6	44,1

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (11.039) referem-se ao circulante e R\$ (12.833) ao não circulante.

31/12/2014

	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contrato de Futuros - BM&FBOVESPA	(354)	2,0	29	150	(192)	(207)	(63)	(71)
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(9.534)	55,0	(241)	(335)	(706)	(720)	(778)	(6.754)
BM&FBOVESPA	(367)	2,1	(2)	(20)	(144)	(8)	(15)	(178)
Empresas	(3.825)	22,1	(209)	(247)	(355)	(536)	(520)	(1.958)
Instituições Financeiras	(1.552)	9,0	(27)	(40)	(47)	(161)	(155)	(1.122)
Pessoas Físicas	(3.790)	21,8	(3)	(28)	(160)	(15)	(88)	(3.496)
Contratos de Opções	(3.057)	17,6	(431)	(761)	(534)	(558)	(353)	(420)
BM&FBOVESPA	(545)	3,1	(121)	(194)	(127)	(60)	(43)	-
Empresas	(378)	2,2	(9)	(27)	(19)	(55)	(100)	(168)
Instituições Financeiras	(2.133)	12,3	(300)	(540)	(388)	(443)	(210)	(252)
Pessoas Físicas	(1)	0,0	(1)	-	-	-	-	-
Contratos a Termo	(682)	4,0	(681)	(1)	-	-	-	-
BM&FBOVESPA	(8)	0,1	(7)	(1)	-	-	-	-
Empresas	(332)	1,9	(332)	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(342)	2,0	(342)	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito	(179)	1,1	-	(1)	-	(14)	(39)	(125)
Empresas	(13)	0,1	-	-	-	(13)	-	-
Instituições Financeiras	(166)	1,0	-	(1)	-	(1)	(39)	(125)
Forwards	(1.693)	9,7	(404)	(472)	(352)	(343)	(78)	(44)
Empresas	(867)	5,0	(146)	(272)	(139)	(214)	(62)	(34)
Instituições Financeiras	(823)	4,7	(258)	(199)	(211)	(129)	(16)	(10)
Pessoas Físicas	(3)	0,0	-	(1)	(2)	-	-	-
Swap com Verificação - Empresas	(229)	1,3	-	-	-	(36)	-	(193)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.622)	9,3	-	-	(1)	(1.002)	(17)	(602)
Empresas	(278)	1,6	-	-	(1)	(2)	(7)	(268)
Instituições Financeiras	(1.344)	7,7	-	-	-	(1.000)	(10)	(334)
Total ^(*)	(17.350)	100,0	(1.728)	(1.420)	(1.785)	(2.880)	(1.328)	(8.209)
% por prazo de vencimento			10,0	8,2	10,3	16,6	7,7	47,3

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (7.813) referem-se ao circulante e R\$ (9.537) ao não circulante.

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é vendedor de proteção são *credit default swaps* e *total return swaps*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

	30/06/2015				
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	7.587	1.782	2.243	2.988	574
TRS	15	15	-	-	-
Total por Instrumento	7.602	1.797	2.243	2.988	574
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	7.602	1.797	2.243	2.988	574
Total por Risco	7.602	1.797	2.243	2.988	574
Por Entidade de Referência					
Entidades Privadas	7.602	1.797	2.243	2.988	574
Total por Entidade	7.602	1.797	2.243	2.988	574

	31/12/2014				
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	6.829	1.578	2.341	2.644	266
TRS	1.671	1.671	-	-	-
Total por Instrumento	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Total por Risco	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Por Entidade de Referência					
Entidades Privadas	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Total por Entidade	8.500	3.249	2.341	2.644	266

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor *notional* pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua como vendedor da proteção.

30/06/2015			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(7.587)	3.116	(4.471)
TRS	(15)	-	(15)
Total	(7.602)	3.116	(4.486)

31/12/2014			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(6.829)	2.661	(4.168)
TRS	(1.671)	-	(1.671)
Total	(8.500)	2.661	(5.839)

b) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares

Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares e a forma como esses ativos e passivos financeiros estão apresentados nas demonstrações contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Estes quadros também refletem os valores das garantias concedidas ou recebidas em relação aos ativos e passivos financeiros sujeitos aos mencionados acordos e que não foram apresentados em base líquida, de acordo com o IAS 32.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

30/06/2015						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	164.084	-	164.084	(471)	-	163.613
Instrumentos Financeiros Derivativos	19.446	-	19.446	(6.197)	(223)	13.026

31/12/2014						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	208.918	-	208.918	-	-	208.918
Instrumentos Financeiros Derivativos	15.039	(883)	14.156	(4.059)	-	10.097

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

30/06/2015						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	280.659	-	280.659	(15.135)	-	265.524
Instrumentos Financeiros Derivativos	23.872	-	23.872	(6.197)	-	17.675

31/12/2014						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	288.683	-	288.683	(14.382)	-	274.301
Instrumentos Financeiros Derivativos	17.350	-	17.350	(4.059)	(55)	13.236

(1) Inclui montantes de acordos master de compensação e similares executáveis e não executáveis;

(2) Limitado aos valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis;

(3) Inclui valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis e garantias em instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial somente quando existe um direito legalmente exequível de compensar os montantes reconhecidos e existe a intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos e as Operações Compromissadas não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos master de compensação ou acordos similares executáveis, mas que não atendem aos critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32, principalmente porque o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Nota 9 – Hedge Contábil

O *hedge* contábil varia de acordo com a natureza do objeto de *hedge* e da transação. Os derivativos podem ser qualificados como instrumento de *hedge*, para fins contábeis, se são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, fluxo de caixa ou de investimento líquido de operações no exterior.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para proteger a variação de fluxos de caixa futuros de pagamentos de juros e a exposição a taxa de câmbio futura, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de futuros, negociados na BM&FBOVESPA e na bolsa de Chicago, relativos a certos passivos pós-fixados, denominados em Reais e em dólares, futuros de Euro Dólar e swaps de taxas de juros, relativos a ações preferenciais resgatáveis, denominados em dólares, emitidas por uma de nossas subsidiárias e, contratos de Futuro DDI, negociados na BM&FBOVESPA, relativos a transações previstas altamente prováveis, denominadas em dólares.

Nos contratos de Futuros DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No swap de taxa de juros e futuros de Euro Dólar, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. Nos contratos de Futuro DDI, NDF e Forward o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e a moeda local.

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição a taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de passivos não reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR;
- *Hedge* de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.
- *Hedge* de transação prevista altamente provável: proteger o risco de variação no valor de compromissos assumidos, quando mensurados em reais (moeda funcional), decorrente das variações nas taxas de câmbio.
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, e essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2008, 2009, 2010, 2013 e 2014, e os vencimentos dos derivativos relacionados ocorrerão entre 2015 e 2018. O período em que se espera que os pagamentos de fluxo de caixa esperados ocorram e afetem a demonstração de resultado são:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: juros pagos / recebidos diariamente;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: juros pagos / recebidos semestralmente;
- *Hedge* de Transação prevista altamente provável: câmbio pago / recebidos em datas futuras.
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: juros pagos / recebidos diariamente.

Hedge de Investimento Líquido de Operações no Exterior

As estratégias de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA, Ativos Financeiros e contratos de *forward* ou contratos de NDF (Non Deliverable Forward) contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e Real. Nos contratos de *forward* ou contratos de NDF e Ativos Financeiros, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a moeda funcional e o Dólar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de investimento líquido de operação no exterior como segue:

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em Real (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e o Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o *Dollar Offset Method*. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de *hedge*, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de *hedge*.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2011 e 2012, mas o vencimento dos instrumentos de *hedge* ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em se espera que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

Hedge de valor justo

A estratégia de *hedge* de valor justo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consiste em *hedge* de exposição à variação no valor justo, em recebimentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

Para proteger a variação no risco de mercado no recebimento de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de swaps de taxa de juros, relativos a ativos e passivos prefixados denominados em unidade de fomento e denominados em euros e dólares americanos, emitidos por subsidiárias no Chile e Londres, respectivamente.

Nos contratos de swaps de taxa de juros, o recebimento (pagamento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela taxa variável e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de valor justo como segue:

- Proteger o risco de variação do valor justo de recebimento de juros resultante das variações no valor justo das taxas variáveis envolvidas.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota os métodos percentagem *approach* e o *dollar offset*.

- O método percentagem *approach* é baseado no cálculo da mudança no valor justo da estimativa revisada da posição coberta (objeto de *hedge*) atribuível ao risco protegido versus a mudança no valor justo do instrumento derivativo de *hedge*.
- O *dollar offset method* é calculado pela diferença entre a variação do valor justo do instrumento de cobertura e a variação no valor justo do objeto coberto atribuído às alterações na taxa de juros.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2012, 2013 e 2014, e os vencimentos dos swaps relacionados ocorrerão entre 2016 e 2029. O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado é mensal.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) das parcelas efetivas e parcelas inefetivas segregadas por *Hedge* de fluxo de Caixa, *Hedge* de Investimento no Exterior e *Hedge* de Valor Justo.

a) Hedge de Fluxo de Caixa

Instrumentos de Hedge	30/06/2015		31/12/2014	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Futuros de Taxa de Juros	1.113	39	793	45
Swap de Taxa de Juros	-	-	66	-
Total	1.113	39	859	45

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Em 2014, para proteger os fluxos de caixa futuro de transações previstas altamente prováveis, com reflexo financeiro em 2014, oriundas de acordos contratuais futuros em moeda estrangeira, contra a exposição à taxa de câmbio futura, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING negociou contratos de Futuro DDI na BM&FBOVESPA. Durante o 2º trimestre de 2015 o fluxo destes acordos foi realizado e, desta forma, houve a reclassificação dos Ajustes de Avaliação Patrimonial e inclusão no custo inicial dos ativos relacionados ao Hedge de Transação Prevista Altamente Provável.

Em 30/06/2015, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ 456 (R\$ (75) em 30/06/2014).

b) Hedge de Investimento Líquido no Exterior

Instrumentos de Hedge	30/06/2015		31/12/2014	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Futuro DDI	(7.107)	15	(4.641)	25
Forward	494	30	297	22
NDF	1.790	11	1.280	5
Ativos Financeiros	7	-	(14)	-
Total	(4.816)	56	(3.078)	52

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Futuro DDI é um contrato de futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DDI) e um vencimento posterior.

NDF (*Non Deliverable Forward*), ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

c) Hedge de Valor Justo

Instrumentos de Hedge	30/06/2015		31/12/2014	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Swap de Taxa de Juros	(63)	-	(60)	-
Total	(63)	-	(60)	-

As parcelas efetiva e inefetiva são reconhecidas na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos instrumentos de *hedge* e o valor contábil do objeto *hedge*:

Estratégias	30/06/2015			31/12/2014		
	Instrumentos de <i>Hedge</i>		Objeto de <i>Hedge</i>	Instrumentos de <i>Hedge</i>		Objeto de <i>Hedge</i>
	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	51.431	(71)	51.431	53.198	(92)	53.198
<i>Hedge</i> de Ações Preferenciais Resgatáveis	-	-	-	1.044	66	1.044
<i>Hedge</i> de Empréstimos Sindicalizados	6.515	(73)	6.515	5.578	(15)	5.578
<i>Hedge</i> de Transação Prevista Altamente Provável	-	-	-	81	-	83
<i>Hedge</i> de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ^(*)	18.405	95	10.529	14.764	296	8.858
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	3.416	66	3.416	2.612	40	2.612
<i>Hedge</i> de Captações Estruturadas	621	-	621	531	-	531
Total	80.388	17	72.512	77.808	295	71.904

(*) Os instrumentos de *hedge* incluem a alíquota de *overhedge* de 44,65% referente a impostos.

A tabela abaixo apresenta a abertura por ano de vencimento das estratégias de *hedge*:

Prazo de Vencimento	Estratégias					Total
	<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	<i>Hedge</i> de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ^(*)	<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	<i>Hedge</i> de Captações Estruturadas	<i>Hedge</i> de Empréstimos Sindicalizados	
2015	1.658	18.405	-	-	-	20.063
2016	7.868	-	276	621	-	8.765
2017	18.103	-	225	-	6.515	24.843
2018	21.209	-	428	-	-	21.637
2019	2.101	-	714	-	-	2.815
2020	174	-	75	-	-	249
2021	318	-	-	-	-	318
2022	-	-	186	-	-	186
2023	-	-	178	-	-	178
2025	-	-	45	-	-	45
2027	-	-	165	-	-	165
2028	-	-	502	-	-	502
2029	-	-	404	-	-	404
2030	-	-	218	-	-	218
Total	51.431	18.405	3.416	621	6.515	80.388

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Nota 10 - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2015			31/12/2014		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes	Valor Justo	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes	Valor Justo
Fundos de Investimento	1.370	(35)	1.335	136	5	141
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	13.137	(330)	12.807	11.247	(13)	11.234
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	12.457	(166)	12.291	14.791	(400)	14.391
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	9.154	(66)	9.088	8.692	(73)	8.619
Argentina	1	-	1	-	-	-
Bélgica	-	-	-	57	-	57
Chile	1.010	3	1.013	1.128	(9)	1.119
Coréia	1.625	-	1.625	1.782	-	1.782
Dinamarca	3.029	-	3.029	2.699	-	2.699
Espanha	307	-	307	783	-	783
Estados Unidos	1.139	2	1.141	726	-	726
França	191	2	193	131	2	133
Holanda	168	2	170	149	2	151
Itália	-	-	-	70	-	70
Paraguai	1.382	(72)	1.310	911	(62)	849
Uruguai	294	(2)	292	249	(6)	243
Outros	8	(1)	7	7	-	7
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	45.505	248	45.753	43.917	58	43.975
Ações Negociáveis	2.398	39	2.437	1.982	17	1.999
Cédula de Produtor Rural	1.330	(14)	1.316	1.431	(23)	1.408
Certificado de Depósito Bancário	1.475	1	1.476	1.281	-	1.281
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.321	32	2.353	2.489	33	2.522
Debêntures	20.544	136	20.680	20.187	58	20.245
Euro Bonds e Assemelhados	8.396	44	8.440	6.672	35	6.707
Letras Financeiras	7.553	(57)	7.496	8.063	(58)	8.005
Notas Promissórias	1.086	1	1.087	1.398	(1)	1.397
Outros	402	66	468	414	(3)	411
Total ⁽²⁾	81.623	(349)	81.274	78.783	(423)	78.360

(1) Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 3.364 (R\$ 10.321 em 31/12/2014), b) R\$ 6.347 (R\$ 2.081 em 31/12/2014), c) R\$ 309 (R\$ 8 em 31/12/2014) e d) R\$ 175 (R\$ 9.840 em 31/12/2014), totalizando R\$ 10.195 (R\$ 22.250 em 31/12/2014);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda para outras categorias de ativos financeiros.

O custo e o valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	30/06/2015		31/12/2014	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	20.486	20.526	22.176	22.220
Sem Vencimento	3.767	3.771	2.118	2.141
Até um ano	16.719	16.755	20.058	20.079
Não Circulante	61.137	60.748	56.607	56.140
De um a cinco anos	33.792	33.873	29.853	29.743
De cinco a dez anos	15.093	14.861	12.779	12.650
Após dez anos	12.252	12.014	13.975	13.747
Total	81.623	81.274	78.783	78.360

Nota 11 - Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2015	31/12/2014
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos de Dívida de Empresas	16.107	13.549
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ⁽¹⁾	11.893	10.304
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	11.066	10.555
Títulos Públicos - Outros Países	12	26
Total ⁽²⁾	39.078	34.434

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram R\$ 5.397 (R\$ 6.102 em 31/12/2014).

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento para outras categorias de ativos financeiros.

O resultado com os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento foi de R\$ 1.750 (R\$ 870 de 01/01 a 30/06/2014).

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento é divulgado na Nota 31.

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

	30/06/2015	31/12/2014
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	932	980
Até um ano	932	980
Não Circulante	38.146	33.454
De um a cinco anos	14.957	13.609
De cinco a dez anos	15.869	11.582
Após dez anos	7.320	8.263
Total	39.078	34.434

Nota 12 - Operação de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	30/06/2015	31/12/2014
Pessoas Físicas	187.098	185.953
Cartão de Crédito	56.247	59.321
Crédito Pessoal	29.532	27.953
Crédito Consignado	45.513	40.525
Veículos	23.871	29.047
Crédito Imobiliário	31.935	29.107
Grandes Empresas	145.141	144.910
Micro/Pequenas e Médias Empresas	79.243	79.912
Unidades Externas América Latina	46.521	41.656
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	458.003	452.431
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(24.097)	(22.392)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	433.906	430.039

Por vencimento	30/06/2015	31/12/2014
Vencidas a partir de 1 dia	18.172	13.074
A vencer até 3 meses	121.232	128.365
A vencer de 3 a 12 meses	107.550	111.092
A vencer acima de um ano	211.049	199.900
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	458.003	452.431

Por Concentração	30/06/2015	31/12/2014
Principal Devedor	4.858	4.032
10 Maiores Devedores	24.922	23.646
20 Maiores Devedores	36.481	35.325
50 Maiores Devedores	57.608	58.180
100 Maiores Devedores	78.392	79.617

A composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por setor do devedor está evidenciada na Nota 36 item 5.1 Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade.

O acréscimo do valor presente líquido das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro com redução do seu valor recuperável e a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa não são apresentados por seus valores brutos na demonstração do resultado, mas de forma líquida dentro da Receita de Juros e Rendimentos. Se fossem apresentados como valores brutos, haveria um incremento de R\$ 870 e R\$ 711 de receita de juros e rendimentos em 30/06/2015 e 30/06/2014 respectivamente, com igual impacto na Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial 31/12/2014	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 30/06/2015
Pessoas Físicas	13.385	(5.961)	6.188	13.612
Cartão de Crédito	3.740	(2.149)	2.103	3.694
Crédito Pessoal	7.024	(2.708)	3.224	7.540
Crédito Consignado	1.107	(278)	424	1.253
Veículos	1.469	(799)	406	1.076
Crédito Imobiliário	45	(27)	31	49
Grandes Empresas	2.926	(1.421)	3.272	4.777
Micros/Pequenas e Médias	5.373	(2.167)	1.716	4.922
Unidades Externas América Latina	708	(241)	319	786
Total	22.392	(9.790)	11.495	24.097

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial 31/12/2013	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/12/2014
Pessoas Físicas	13.853	(12.668)	12.200	13.385
Cartão de Crédito	2.952	(3.784)	4.572	3.740
Crédito Pessoal	6.488	(5.150)	5.686	7.024
Crédito Consignado	1.133	(429)	403	1.107
Veículos	3.245	(3.254)	1.478	1.469
Crédito Imobiliário	35	(51)	61	45
Grandes Empresas	1.783	(672)	1.815	2.926
Micros/Pequenas e Médias	6.085	(4.992)	4.280	5.373
Unidades Externas América Latina	514	(343)	537	708
Total	22.235	(18.675)	18.832	22.392

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade dos clientes:

	30/06/2015	31/12/2014
Setor Público	2	6
Indústria e Comércio	4.950	4.146
Serviços	3.910	3.682
Setor Primário	727	391
Outros Setores	17	16
Pessoa Física	14.491	14.151
Total	24.097	22.392

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos (Nota 2.4g VIII).

Segue a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

	30/06/2015						31/12/2014					
	Impaired		Not Impaired		Total		Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
I - Operações Avaliadas Individualmente												
Grandes Empresas (*)	10.034	4.173	135.107	604	145.141	4.777	3.749	1.731	141.161	1.195	144.910	2.926
II - Operações Avaliadas Coletivamente												
Pessoas Físicas	9.773	5.516	177.325	8.096	187.098	13.612	9.727	5.641	176.226	7.744	185.953	13.385
Cartão de Crédito	3.314	1.945	52.933	1.749	56.247	3.694	3.332	1.944	55.989	1.796	59.321	3.740
Crédito Pessoal	4.111	2.784	25.421	4.756	29.532	7.540	3.886	2.619	24.067	4.405	27.953	7.024
Crédito Consignado	935	183	44.578	1.070	45.513	1.253	626	163	39.899	944	40.525	1.107
Veículos	1.100	585	22.771	491	23.871	1.076	1.633	897	27.414	572	29.047	1.469
Crédito Imobiliário	313	19	31.622	30	31.935	49	250	18	28.857	27	29.107	45
Micro / Pequenas e Médias Empresas	2.959	2.149	76.284	2.773	79.243	4.922	3.225	2.640	76.687	2.733	79.912	5.373
Unidades Externas América Latina	559	303	45.962	483	46.521	786	505	267	41.151	441	41.656	708
Total	23.325	12.141	434.678	11.956	458.003	24.097	17.206	10.279	435.225	12.113	452.431	22.392

(*) Conforme detalhado na Nota 2.4.g VIII, os créditos de Grandes Empresas são inicialmente avaliados individualmente. Caso não haja indicativo objetivo de redução ao valor recuperável são subsequentemente avaliados coletivamente de acordo com as características da operação. Consequentemente é constituída Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para Grandes Empresas, tanto na avaliação individual quanto na coletiva.

c) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

É apresentada abaixo a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por vencimento, composto basicamente por operações de pessoas físicas - veículos:

	30/06/2015		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	3.473	(723)	2.750
Até 1 ano	3.473	(723)	2.750
Não Circulante	3.726	(1.034)	2.692
Entre 1 e 5 anos	3.494	(1.000)	2.494
Acima de 5 anos	232	(34)	198
Total	7.199	(1.757)	5.442

	31/12/2014		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	4.109	(713)	3.396
Até 1 ano	4.109	(713)	3.396
Não Circulante	4.133	(1.089)	3.044
Entre 1 e 5 anos	3.947	(1.061)	2.886
Acima de 5 anos	186	(28)	158
Total	8.242	(1.802)	6.440

Os valores da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 224 (R\$ 302 em 31/12/2014).

d) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados como operações de crédito e estão representados pelas seguintes informações em 30/06/2015 e 31/12/2014:

Natureza da Operação	30/06/2015				31/12/2014			
	Ativo		Passivo (*)		Ativo		Passivo (*)	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Pessoa Jurídica - Capital de Giro	2.821	2.821	2.821	2.821	1.106	1.106	1.106	1.106
Pessoa Física - Crédito Imobiliário	3.087	3.076	3.086	3.063	3.439	3.433	3.438	3.418
Total	5.908	5.897	5.907	5.884	4.545	4.539	4.544	4.524

(*) Rubrica Recursos de Mercados Interbancários.

Nota 13 - Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

a) A tabela abaixo apresenta os principais investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

	% de participação em 30/06/2015		30/06/2015					
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado ^(h)
Associadas								
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	3.829	(15)	342	2.428	139	4.069
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	1.353	-	239	1.246	117	-
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	15,01	15,01	2.866	5	159	423	24	-
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	105	11	-
Entidades Controladas em Conjunto - Outros ^(f)	-	-	-	-	-	5	(1)	-
Total	-	-	-	-	-	4.207	290	-

	% de participação em 31/12/2014		31/12/2014					30/06/2014	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado ^(h)	Resultado de Participações
Associadas									
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	3.647	7	492	2.357	196	2.988	43
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	1.232	-	413	1.187	202	-	91
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	15,01	15,01	3.016	-	890	445	134	-	72
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	97	36	-	17
Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-	2
MCC Securities Inc. ^(g)	-	-	-	-	-	4	(3)	-	(2)
Total	-	-	-	-	-	4.090	565	-	223

(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 30/06/2015 a posição de 31/05/2015 e em 31/12/2014 a posição de 30/11/2014, conforme o IAS 27.

(b) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 784 em 30/06/2015 e R\$ 791 em 31/12/2014, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento.

(c) Em maio/12 o Itaú Unibanco S.A. adquiriu 137.004.000 ações ordinárias da BSF Holding S.A. (Controladora do Banco Carrefour) por R\$ 816 que corresponde a 49% de participação no seu capital. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 583 em 30/06/2015 que corresponde ao ágio.

(d) Anteriormente contabilizado como instrumento financeiro. A partir do 4º trimestre de 2013, após a conclusão do processo de desestatização, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a deter influência significativa no IRB. Como consequência, a partir desta data, o investimento foi contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

(e) Em 30/06/2015, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (38,39% capital total e votante); Rias Redbanc S.A. (20% capital total e votante) e Tecnologia Bancária S.A. (24,91% capital total e votante). A empresa Latosol Empreendimentos e Participação Ltda (32,11% capital total e votante) foi liquidada em 30/12/2014.

(f) Em 30/06/2015, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Olimpia Promoção e Serviços S.A. (50% capital total e votante) e inclui resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

(g) Em agosto/14 houve a aquisição da totalidade do investimento.

(h) Divulgado apenas para as Cias abertas.

Em 30/06/2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING recebeu / reconheceu dividendos e juros sobre capital próprio das empresas não consolidadas, sendo as principais Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. no montante de R\$ 131 (R\$ 336 em 31/12/2014); IRB-Brasil Resseguros S.A. no montante de R\$ 47 (R\$ 46 em 31/12/2014) e BSF Holding S.A. no montante de R\$ 58.

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo da parte proporcional das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Total de Ativos ^(*)	18.842	17.812	16.220
Total de Passivos ^(*)	10.794	9.917	8.997
Total de Receitas ^(*)	7.210	6.907	3.352
Total de Despesas ^(*)	(6.471)	(5.112)	(2.566)

() Representado substancialmente pelo IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R\$ 13.660 (R\$ 12.933 em 31/12/2014) referente a Ativos, de R\$ 10.793 (R\$ 9.917 em 31/12/2014) referente a Passivos, de R\$ 6.630 (R\$ 5.852 em 31/12/2014) referente a Receitas e de R\$ 6.471 (R\$ 4.962 em 31/12/2014) referente a Despesas.*

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING esteja significativamente exposto.

Nota 14 – Compromissos de Arrendamento Mercantil – Entidade Arrendatário

a) Arrendamento Mercantil Financeiro

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 545 (R\$ 804 em 31/12/2014).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

	30/06/2015	31/12/2014
Circulante	258	394
Até 1 ano	258	394
Não Circulante	287	410
De 1 a 5 anos	287	410
Total de Pagamento Mínimos Futuros	545	804
(-) Juros futuro	-	-
Valor Presente	545	804

b) Arrendamento Mercantil Operacional

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, celebrar outros contratos de locação ou participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos de contratos de arrendamento operacional reconhecidos como despesa na rubrica Despesas Gerais e Administrativas totalizam R\$ 551 de 01/01 a 30/06/2015 (R\$ 510 de 01/01 a 30/06/2014).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não possui contratos de subarrendamento relevantes.

Os pagamentos mínimos com aluguéis de prazos iniciados e remanescentes não passíveis de cancelamento são os seguintes:

	30/06/2015	31/12/2014
Circulante	475	1.199
Até 1 ano	475	1.199
Não Circulante	5.028	4.213
De 1 a 5 anos	3.795	3.539
Mais de 5 anos	1.233	674
Total de Pagamento Mínimos Futuros	5.503	5.412

Nota 15 - Imobilizado

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso ⁽²⁾				Total	
	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema de Processamento de Dados ⁽³⁾		Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)
Taxas Anuais de Depreciação		4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo								
Saldo em 31/12/2014	1.011	3.578	1.512	1.116	1.791	7.419	773	17.200
Aquisições	-	33	120	59	111	296	28	647
Baixas	-	(4)	(103)	(1)	(12)	(388)	(3)	(511)
Variação Cambial	2	17	28	3	6	22	2	80
Outros	-	(414)	13	406	(243)	146	-	(92)
Saldo em 30/06/2015	1.013	3.210	1.570	1.583	1.653	7.495	800	17.324
Depreciação								
Saldo em 31/12/2014	-	(1.695)	(754)	(519)	(504)	(4.538)	(479)	(8.489)
Despesa de Depreciação	-	(36)	(137)	(60)	(44)	(515)	(38)	(830)
Baixas	-	4	103	1	10	366	2	486
Variação Cambial	-	(3)	(13)	-	2	(20)	(1)	(35)
Outros	-	3	-	-	2	73	1	79
Saldo em 30/06/2015	-	(1.727)	(801)	(578)	(534)	(4.634)	(515)	(8.789)
Redução ao Valor recuperável								
Saldo em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2015	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil								
Saldo em 30/06/2015	1.013	1.483	769	1.005	1.119	2.861	285	8.535

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 62, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 5 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 932, sendo de Imóveis de Uso R\$ 198, Benfeitorias R\$ 16 e Equipamentos R\$ 718.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso ⁽²⁾					Total
	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema de Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação		4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo								
Saldo em 31/12/2013	1.019	2.999	1.298	1.043	1.095	6.279	725	14.458
Aquisições	3	563	230	117	946	2.045	62	3.966
Baixas	(1)	(6)	(163)	(9)	(89)	(829)	(5)	(1.102)
Variação Cambial	-	(7)	22	4	(12)	4	(11)	-
Outros	(10)	29	125	(39)	(149)	(80)	2	(122)
Saldo em 31/12/2014	1.011	3.578	1.512	1.116	1.791	7.419	773	17.200
Depreciação								
Saldo em 31/12/2013	-	(1.651)	(667)	(439)	(487)	(4.230)	(411)	(7.885)
Despesa de Depreciação	-	(58)	(247)	(85)	(79)	(1.098)	(74)	(1.641)
Baixas	-	3	162	2	60	768	4	999
Variação Cambial	-	-	1	2	12	(13)	-	2
Outros	-	11	(3)	1	(10)	35	2	36
Saldo em 31/12/2014	-	(1.695)	(754)	(519)	(504)	(4.538)	(479)	(8.489)
Redução ao Valor recuperável								
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	9	-	-	9
Saldo em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil								
Saldo em 31/12/2014	1.011	1.883	758	597	1.287	2.881	294	8.711

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 67, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 2.277, sendo de Imóveis de Uso R\$ 1.358, Benfeitorias R\$ 45 e Equipamentos R\$ 874.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Nota 16 - Ativos Intangíveis

Intangíveis ⁽¹⁾	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Outros Ativos Intangíveis				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos Intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2014	1.067	1.582	1.965	2.836	791	8.241
Aquisições	25	-	242	238	15	520
Distratos/ Baixas	(27)	(53)	(120)	(2)	(5)	(207)
Variação Cambial	-	3	52	-	60	115
Outros	(5)	6	10	-	(15)	(4)
Saldo em 30/06/2015	1.060	1.538	2.149	3.072	846	8.665
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2014	(556)	(337)	(918)	(113)	(149)	(2.073)
Despesa de Amortização	(104)	(75)	(174)	(56)	(142)	(551)
Distratos/ Baixas	27	23	120	-	-	170
Variação Cambial	-	(2)	(22)	-	(52)	(76)
Outros	-	1	2	(1)	120	122
Saldo em 30/06/2015	(633)	(390)	(992)	(170)	(223)	(2.408)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2014	(18)	(2)	-	(14)	-	(34)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	(4)	-	(4)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2015	(18)	(2)	-	(18)	-	(38)
Valor Contábil						
Saldo em 30/06/2015	409	1.146	1.157	2.884	623	6.219

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 380, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4I.

Intangíveis ⁽¹⁾	Outros Ativos Intangíveis					Total
	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos Intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2013	1.165	1.688	1.839	2.195	1.019	7.906
Aquisições	109	36	393	651	10	1.199
Baixas	(214)	(104)	(201)	(10)	(300)	(829)
Variação Cambial	-	(2)	(23)	-	43	18
Outros	7	(36)	(43)	-	19	(53)
Saldo em 31/12/2014	1.067	1.582	1.965	2.836	791	8.241
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2013	(535)	(256)	(868)	(47)	(352)	(2.058)
Despesa de Amortização	(225)	(157)	(324)	(66)	(131)	(903)
Baixas	204	81	201	-	119	605
Variação Cambial	-	-	10	-	(34)	(24)
Outros	-	(5)	63	-	249	307
Saldo em 31/12/2014	(556)	(337)	(918)	(113)	(149)	(2.073)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2013	(18)	(27)	-	(6)	-	(51)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	(8)	-	(8)
Reversões	-	25	-	-	-	25
Saldo em 31/12/2014	(18)	(2)	-	(14)	-	(34)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2014	493	1.243	1.047	2.709	642	6.134

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 508, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4I.

Nota 17 - Depósitos

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

	30/06/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	172.353	57.550	229.903	180.207	65.833	246.040
Depósitos a Prazo	31.955	56.960	88.915	43.136	65.330	108.466
Depósitos Interfinanceiros	26.424	590	27.014	18.622	503	19.125
Depósito de Poupança	113.974	-	113.974	118.449	-	118.449
Depósitos não Remunerados	50.540	-	50.540	48.733	-	48.733
Depósitos à Vista	50.540	-	50.540	48.733	-	48.733
Total	222.893	57.550	280.443	228.940	65.833	294.773

Nota 18 - Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2015	31/12/2014
Notas Estruturadas		
Ações	56	73
Títulos de Dívida	313	447
Total	369	520

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 30/06/2015 e 31/12/2014.

No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O valor justo dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação por vencimento é o seguinte:

	30/06/2015	31/12/2014
	Custo / Valor Justo	Custo / Valor Justo
Circulante - Até um ano	13	220
Não Circulante	356	300
De um a cinco anos	307	122
De cinco a dez anos	16	149
Após dez anos	33	29
Total	369	520

Nota 19 - Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

	30/06/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	148.407	132.252	280.659	152.093	136.590	288.683
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros Próprios ^(*)	100.031	132.252	232.283	76.343	136.590	212.933
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros de Terceiros	48.376	-	48.376	75.750	-	75.750
Interbancário	67.851	57.702	125.553	68.818	53.768	122.586
Letras Hipotecárias	29	112	141	32	111	143
Letras de Crédito Imobiliário	11.079	1.395	12.474	10.395	437	10.832
Letras de Crédito do Agronegócio	4.229	3.383	7.612	5.229	2.582	7.811
Letras Financeiras	4.995	2.389	7.384	6.284	4.361	10.645
Financiamento à Importação e à Exportação	33.598	15.817	49.415	27.916	15.465	43.381
Repasse no País	13.912	28.708	42.620	18.942	26.288	45.230
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito (Nota 12d)	9	5.898	5.907	20	4.524	4.544

(*) Inclui R\$ 134.932 (R\$ 139.910 em 31/12/2014) referente à Debêntures de emissão própria.

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Mercado Aberto	75% do CDI a 13,2%	0,18% a 3,6%
Letras Hipotecárias	-	2,7% a 7,5%
Letras de Crédito Imobiliário	84% a 100% do CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 13,44%	-
Letras de Crédito do Agronegócio	100% CDI	-
Financiamento à Importação e à Exportação	2,5% a 6,75%	0,13% a 14%
Repasse no País	0,83% a 14,5%	-
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito	6,38% a 16,66%	1,86% a 12,73%

Em Mercado Aberto, são apresentados os passivos em transações nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende à vista para clientes títulos de dívida emitidos por suas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e se compromete a recomprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 75% CDI a 13,23%. As datas finais de recompra vão até Janeiro de 2027.

b) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

	30/06/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Subordinada ⁽¹⁾	7.066	52.163	59.229	2.832	52.785	55.617
Obrigações por TVM no Exterior	5.410	15.229	20.639	3.142	12.250	15.392
Captação por Certificados de Operações Estruturadas ⁽²⁾	1.103	2.304	3.407	1.080	1.153	2.233
Total	13.579	69.696	83.275	7.054	66.188	73.242

(1) Em 30/06/2015, R\$ 58.439 (R\$ 53.865 em 31/12/2014) integram o Patrimônio de Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN.

(2) Em 30/06/2015, o valor de mercado da Captação por Certificados de Operações Estruturadas emitida é de R\$ 3.774

Na tabela a seguir, são apresentadas as taxas de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Dívida Subordinada	CDI + 0,35% a IGPM + 7,6%	5,1% a 6,2%
Obrigações por TVM no Exterior	0,89% a 12,75%	0,03% a 20%
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	8,6% a 14,35%	-

Nota 20 - Outros Ativos e Passivos

a) Outros Ativos

	30/06/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros ⁽¹⁾	34.720	12.749	47.469	40.984	12.665	53.649
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	22.108	-	22.108	24.203	-	24.203
Operações de Seguros e Resseguros	1.449	-	1.449	1.388	-	1.388
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 32)	2.144	11.669	13.813	2.128	11.478	13.606
Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos	460	-	460	624	-	624
Negociação e Intermediação de Valores	4.798	-	4.798	3.964	-	3.964
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 32c)	285	473	758	53	623	676
Serviços Prestados a Receber	2.157	109	2.266	2.394	81	2.475
Direito a Receber de Operação de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	784	-	784	5.894	-	5.894
Valores a Receber do FCVS - Fundo para Compensação de Variações Salariais ⁽²⁾	-	498	498	-	483	483
Operações sem Características de Concessão de Crédito	535	-	535	336	-	336
Não Financeiros	7.077	5.519	12.596	10.906	3.015	13.921
Despesas Antecipadas	2.021	1.481	3.502	3.594	434	4.028
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 29c e d)	-	2.530	2.530	-	2.456	2.456
Diversos no País	1.515	-	1.515	1.862	-	1.862
Prêmio de Operações de Crédito	814	1.316	2.130	2.371	-	2.371
Diversos no Exterior	1.519	192	1.711	2.058	125	2.183
Outros	1.208	-	1.208	1.021	-	1.021

(1) Neste período, não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado por meio da Resolução nº 25, de 16/6/1967, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até Março de 1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

b) Outros Passivos

	30/06/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	59.985	456	60.441	69.610	1.882	71.492
Operações com Cartões de Crédito	50.450	-	50.450	58.596	-	58.596
Carteira de Câmbio	554	-	554	784	-	784
Negociação e Intermediação de Valores	7.424	157	7.581	5.749	1.439	7.188
Obrigações Leasing Financeiro (Nota 14a)	279	266	545	394	410	804
Recursos de Consorciados	41	-	41	30	-	30
Obrigações por Operação de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	633	33	666	3.477	33	3.510
Outros	604	-	604	580	-	580
Não Financeiros	29.248	1.007	30.255	23.128	532	23.660
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4.440	-	4.440	226	-	226
Diversos no País	1.859	52	1.911	1.680	48	1.728
Recursos em Trânsito	11.747	-	11.747	8.906	-	8.906
Provisão para Pagamentos Diversos	1.884	386	2.270	2.161	378	2.539
Sociais e Estatutárias	4.424	-	4.424	4.678	41	4.719
Relativas a Operações de Seguros	202	-	202	260	-	260
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	1.065	-	1.065	933	-	933
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 29c e e)	-	524	524	516	-	516
Provisão de Pessoal	1.409	45	1.454	1.317	65	1.382
Provisão para Seguro Saúde	698	-	698	685	-	685
Rendas Antecipadas	1.439	-	1.439	1.386	-	1.386
Outros	81	-	81	380	-	380

Nota 21 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em AGE de 29/04/2015 foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 10.148, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros – Reserva Estatutária, com bonificação de 10% em ações. As ações bonificadas passaram a ser negociadas a partir de 17/07/2015 e o processo foi homologado pelo BACEN em 25/06/2015. Em consequência, o capital social foi elevado em 553.083.268 ações.

O capital social está representado por 6.083.915.949 ações escriturais sem valor nominal, sendo 3.047.040.198 ações ordinárias e 3.036.875.751 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em possível alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, a fim de assegurar lhes o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 85.148 (R\$ 75.000 em 31/12/2014), sendo R\$ 50.802 (R\$ 51.563 em 31/12/2014) de acionistas domiciliados no Brasil, R\$ 24.198 (R\$ 23.437 em 31/12/2014) de acionistas domiciliados no exterior e R\$ 10.148 em circulação a partir de 17/07/2015.

Seguem a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e a conciliação dos saldos no início e no fim do período:

	30/06/2015			Valor
	Quantidade			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2014	2.758.685.730	1.043.799.342	3.802.485.072	
Residentes no Exterior em 31/12/2014	11.350.814	1.716.996.795	1.728.347.609	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2014	2.770.036.544	2.760.796.137	5.530.832.681	
Bonificação de Ações - AGE de 29/04/2015 - Efetivada em 25/06/2015 - em Circulação a partir de 17/07/2015	277.003.654	276.079.614	553.083.268	
Ações Representativas do Capital Social em 30/06/2015	3.047.040.198	3.036.875.751	6.083.915.949	
Residentes no País em 30/06/2015	3.034.225.086	1.086.787.450	4.121.012.536	
Residentes no Exterior em 30/06/2015	12.815.112	1.950.088.301	1.962.903.413	
Ações em Tesouraria em 31/12/2014 ⁽¹⁾	2.541	53.828.551	53.831.092	(1.328)
Aquisições de Ações	-	36.586.600	36.586.600	(1.247)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(2.214.731)	(2.214.731)	4
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(6.509.469)	(6.509.469)	229
Bonificação de Ações - AGE de 29/04/2015 - Em Tesouraria a partir de 17/07/2015	254	8.169.095	8.169.349	-
Ações em Tesouraria em 30/06/2015 ⁽¹⁾	2.795	89.860.046	89.862.841	(2.342)
Em Circulação em 30/06/2015 ⁽²⁾	3.047.037.403	2.947.015.705	5.994.053.108	
Em Circulação em 31/12/2014 ⁽³⁾	3.047.037.403	2.977.664.345	6.024.701.748	
	31/12/2014			Valor
	Quantidade			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2013	2.752.543.169	1.082.328.262	3.834.871.431	
Residentes no Exterior em 31/12/2013	17.493.375	1.678.467.875	1.695.961.250	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2013	2.770.036.544	2.760.796.137	5.530.832.681	
Bonificação de Ações - AGE de 23/04/2014 - Efetivada em 06/06/2014	277.003.654	276.079.614	553.083.268	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2014	3.047.040.198	3.036.875.751	6.083.915.949	
Residentes no País em 31/12/2014	3.034.554.303	1.148.179.276	4.182.733.579	
Residentes no Exterior em 31/12/2014	12.485.895	1.888.696.475	1.901.182.370	
Ações em Tesouraria em 31/12/2013 ⁽¹⁾	2.541	75.753.711	75.756.252	(1.854)
Aquisições de Ações	-	1.100.000	1.100.000	(35)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(19.003.419)	(19.003.419)	413
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(4.978.546)	(4.978.546)	148
Bonificação de Ações - AGE de 23/04/2014 - Efetivada em 06/06/2014	254	6.339.660	6.339.914	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2014 ⁽¹⁾	2.795	59.211.406	59.214.201	(1.328)
Em Circulação em 31/12/2014 ⁽³⁾	3.047.037.403	2.977.664.345	6.024.701.748	
Em Circulação em 31/12/2013 ⁽³⁾	3.047.037.403	2.953.546.669	6.000.584.072	

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

(2) Ações em circulação 5.449.139.189 em 30/06/2015, sem considerar bonificação.

(3) Para melhor comparabilidade, as ações em circulação foram ajustadas pela bonificação ocorrida em 25/06/2015.

Abaixo são discriminados o custo das ações adquiridas no período, bem como o custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado:

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 30/06/2015	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	32,58
Médio ponderado	-	34,09
Máximo	-	35,05
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	7,97	28,67
Valor de Mercado em 30/06/2015	33,21	34,22

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2014	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	34,13
Médio ponderado	-	34,75
Máximo	-	35,07
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	7,97	24,67
Valor de Mercado em 31/12/2014	32,30	34,60

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R\$ 0,022 por ação não cumulativo a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

Segue abaixo o demonstrativo dos dividendos e juros sobre capital próprio e o cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	30/06/2015	30/06/2014
Lucro Líquido Individual Estatutário	10.630	7.537
Ajustes:		
(-) Reserva Legal	(532)	(377)
Base de Cálculo do Dividendo	10.098	7.160
Dividendos Mínimo Obrigatório - 25%	2.525	1.790
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Adicionais	-	170
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos / Provisionados	2.525	1.960

Pagamentos/Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	30/06/2015		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	410	-	410
Dividendos - 5 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro a junho de 2015	410	-	410
Declarados até 30/06/2015 (Registrados em Outros Passivos)	2.473	(358)	2.115
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 01/07/2015	82	-	82
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,3989 por ação	2.391	(358)	2.033
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,3460 por ação, a ser pago em agosto de 2015	2.074	(311)	1.763
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,0529 por ação, a ser declarado	317	(47)	270
Total de 01/01 a 30/06/2015 - R\$ 0,4291 líquido por ação	2.883	(358)	2.525
	30/06/2014		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	372	-	372
Dividendos - 5 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro a junho de 2014	372	-	372
Declarados até 30/06/2014 (Registrados em Outros Passivos)	1.655	(237)	1.418
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 01/07/2014	75	-	75
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,2890 por ação	1.580	(237)	1.343
Declarados após 30/06/2014 (Registrados em Reservas de Lucros - Equalização de Dividendos)	200	(30)	170
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,0366 por ação.	200	(30)	170
Total de 01/01 a 30/06/2014 - R\$ 0,3667 líquido por ação	2.227	(267)	1.960

c) Capital Adicional Integralizado

O Capital Adicional Integralizado corresponde: (i) à diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações e remuneração variável.

d) Reservas Integralizadas

	30/06/2015	31/12/2014
Reservas de Capital ⁽¹⁾	285	285
Ágio na Subscrição de Ações	284	284
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1
Reservas de Lucros	2.279	7.925
Legal ⁽²⁾	6.373	5.841
Estatutárias	4.861	7.775
Equalização de Dividendos ⁽³⁾	2.402	2.885
Reforço do Capital de Giro ⁽⁴⁾	193	1.162
Aumento de Capital de Empresas Participadas ⁽⁵⁾	2.266	3.728
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	(8.955)	(8.638)
Especiais de Lucros ⁽⁶⁾	-	2.947
Total das Reservas na Controladora	2.564	8.210

(1) Refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referirem à contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados pela sociedade.

(2) Reserva Legal - objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

(3) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

(4) Reserva para Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

(5) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas - visa garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

(6) Refere-se ao Juros sobre Capital Próprio declarado após 31/12/2014.

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Nota 22 - Pagamento Baseado em Ações

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e as empresas por ele controladas possuem programas de pagamentos baseados em ações para seus funcionários e administradores, visando integrá-los ao processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo.

Os pagamentos ocorrem somente em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório e, a fim de limitar a diluição máxima a que os acionistas poderão estar sujeitos, em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações possuídas pelos acionistas majoritários e minoritários na data do balanço de encerramento do exercício.

A liquidação desses programas é feita mediante entrega de ações ITUB4 mantidas em tesouraria.

Em AGE de 29/04/2015 foi aprovado aumento de capital com bonificação de 10% em ações e homologado pelo BACEN em 25/06/2015. As novas ações serão incluídas na posição acionária em 17/07/2015. Dessa forma as quantidades de ações apresentadas nesta nota explicativa referente a 30/06/2015 não estão bonificadas.

No período de 01/01 a 30/06/2015, o efeito contábil de pagamento baseado em ações no resultado foi de R\$ (456) (R\$ (181) de 01/01 a 30/06/2014).

I – Plano para Outorga de Opções de Ações (Opções Simples)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um Plano para Outorga de Opções de Ações (“Opções Simples”) com o objetivo de integrar administradores e funcionários no processo de desenvolvimento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas a médio e longo prazo, facultando-lhes participar da valorização que seu trabalho e dedicação trouxeram às ações.

Além das outorgas realizadas no âmbito do Plano, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também mantém o controle dos direitos e obrigações das opções outorgadas no âmbito dos planos assumidos nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 24/04/2009 e 19/04/2013, relativas aos programas de outorga de opções de ações do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e da Unibanco Holdings S.A. e da Redecard S.A., respectivamente. A troca das ações para ITUB4 não trouxe impacto financeiro significante.

As opções simples possuem as seguintes características:

- a) **Preço de exercício:** fixado com base na média dos preços das ações nos 3 (três) últimos meses do ano antecedente ao da outorga. Os preços estabelecidos serão reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice a ser definido internamente, devendo ser pagos em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na BM&FBOVESPA.
- b) **Período de carência:** fixado no momento da emissão entre 1 (um) ano e 7 (sete) anos, contados a partir da outorga. Em regra, o período de carência fixado é de 5 (cinco) anos.
- c) **Valor justo e premissas econômicas utilizadas para reconhecimento dos custos:** o valor justo das Opções Simples é calculado na data da outorga utilizando-se o modelo Binomial. As premissas econômicas utilizadas são:
 - (i) Preço de exercício: preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.
 - (ii) Preço do ativo objeto (ações ITUB4): preço de fechamento da BM&FBOVESPA na data-base de cálculo.
 - (iii) Dividendos esperados: média anual da taxa de retorno dos últimos 3 (três) exercícios de dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre o Capital Próprio da ação ITUB4.
 - (iv) Taxa de juros livre de risco: cupom do IGP-M até o prazo de vigência da Opção Simples.
 - (v) Volatilidade esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre o histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela BM&FBOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Resumo da Movimentação do Plano

	Opções Simples		
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2014	50.147.374	35,67	
Opções exercíveis no final do período	26.247.536	35,37	
Opções em aberto não exercíveis	23.899.838	36,00	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito ^(*)	(366.501)	36,56	
Exercidas	(136.415)	26,74	37,68
Saldo em 30/06/2015	49.644.458	36,67	
Opções exercíveis no final do período	26.067.261	36,57	
Opções em aberto não exercíveis	23.577.197	36,77	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2008-2009		27,30 - 41,75	
Outorga 2010-2012		26,27 - 43,23	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,39		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

	Opções Simples		
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2013	65.316.846	32,85	
Opções exercíveis no final do período	32.734.794	30,42	
Opções em aberto não exercíveis	32.582.052	36,25	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito ^(*)	(118.505)	35,78	
Exercidas	(4.292.672)	15,43	18,90
Saldo em 30/06/2014	60.905.669	35,14	
Opções exercíveis no final do período	28.714.096	32,22	
Opções em aberto não exercíveis	32.191.573	37,74	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2006-2009		26,22 - 43,85	
Outorga 2010-2012		26,27 - 42,60	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	3,05		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

II – Programa de Sócios

Os funcionários e administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas podem ser selecionados para participar de um programa que permite o investimento de um percentual de seu bônus na aquisição de ações ITUB4 e instrumentos baseados em tais ações deverão ser mantidos pelos beneficiários pelos prazos de 3 (três) a 5 (cinco) anos, a contar do investimento inicial, sujeitando-os à variação da cotação de mercado. Após satisfeitas as condições suspensivas determinadas pelo programa, os beneficiários terão direito de receber uma contrapartida em ITUB4, conforme as quantidades estipuladas no regimento interno do programa.

O preço de aquisição das ações e dos instrumentos baseados em ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações ITUB4 nos 30 (trinta) dias que antecederem à fixação do referido preço.

O valor justo da contrapartida em ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de outorga, descontado da expectativa de dividendos.

A média ponderada do valor justo da contrapartida em ações ITUB4 foi estimada em R\$ 36,66 por ação em 30/06/2015 (R\$ 25,83 por ação em 30/06/2014).

A Lei nº 12.973/14, que adequou a legislação tributária aos padrões contábeis internacionais e pôs fim ao Regime Tributário de Transição (RTT), estabeleceu um novo marco legal para os pagamentos efetuados em ações. Por conta dessa nova lei, foram realizadas alterações no Programa de Sócios, adequando seus efeitos fiscais.

Movimentação do Programa de Sócios

	Quantidade
Saldo em 31/12/2014	24.304.025
Novas Outorgas	9.456.891
Cancelados	(467.365)
Exercidos	(2.078.316)
Saldo em 30/06/2015	31.215.235
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,30

	Quantidade
Saldo em 31/12/2013	18.351.820
Novas Outorgas	7.467.437
Cancelados	(693.874)
Exercidos	(2.696.860)
Saldo em 30/06/2014	22.428.523
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,45

III - Remuneração variável

A política instituída em atendimento à Resolução CMN nº 3.921/10, determina que 50% (cinquenta por cento) da remuneração variável dos administradores deve ser paga em dinheiro e 50% (cinquenta por cento) em ações pelo prazo de 3 (três) anos. A entrega das ações é feita de forma diferida, sendo 1/3 (um terço) por ano, sujeita a permanência do executivo na instituição. As parcelas diferidas e não pagas poderão ser revertidas proporcionalmente à redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo do período.

O valor justo das ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

A média ponderada do valor justo das ações ITUB4 foi estimada em R\$ 34,36 por ação em 30/06/2015 (R\$ 27,86 por ação em 30/06/2014).

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	
	Quantidade
Saldo em 31/12/2014	10.236.334
Novos	7.075.019
Entregues	(3.989.395)
Cancelados	(237.109)
Saldo em 30/06/2015	13.084.849

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	
	Quantidade
Saldo em 31/12/2013	5.022.421
Novos	6.894.466
Entregues	(1.764.116)
Cancelados	(65.768)
Saldo em 30/06/2014	10.087.003

Nota 23 - Receita e Despesas de Juros e Rendimentos e Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

a) Receitas de Juros e Rendimentos

	01/04 a 30/06/2015	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Depósitos Compulsórios no Banco Central	1.368	1.601	2.672	3.124
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	589	203	923	367
Aplicações em Mercado Aberto	5.717	4.059	11.593	7.917
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.351	4.306	8.648	7.597
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	2.145	1.639	4.334	3.506
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	922	566	1.750	870
Operações de Crédito	18.720	16.685	38.661	32.928
Outros Ativos Financeiros	182	174	380	394
Total	33.994	29.233	68.961	56.703

b) Despesas de Juros e Rendimentos

	01/04 a 30/06/2015	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Depósitos	(4.263)	(2.919)	(6.170)	(5.874)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(8.249)	(7.006)	(15.441)	(13.245)
Recursos de Mercados Interbancários	(1.626)	(1.353)	(3.622)	(2.796)
Recursos de Mercados Institucionais	(1.870)	(1.527)	(3.759)	(3.210)
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	(3.176)	(2.494)	(5.969)	(4.344)
Outros	(15)	(11)	(31)	(26)
Total	(19.199)	(15.310)	(34.992)	(29.495)

c) Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

	01/04 a 30/06/2015	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	(175)	670	(294)	755
Derivativos ^(*)	(67)	(292)	2.301	(141)
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	15	8	25	18
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(113)	(40)	(750)	(109)
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	4	(57)	47	(129)
Total	(336)	289	1.329	394

(*) Inclui a parcela inefetiva dos Derivativos relacionados ao Hedge Contábil.

Durante o período findo em 30/06/2015 e 30/06/2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu perda por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

Durante o período findo em 30/06/2015 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu R\$ 86 de perdas por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (R\$ 95 em 30/06/2014).

Nota 24 - Receita de Prestação de Serviços

	01/04 a 30/06/2015	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Serviços de Contas Correntes	2.158	1.947	4.313	3.663
Taxas de Administração	687	654	1.348	1.332
Comissões de Cobrança	303	321	600	623
Comissões de Cartões de Crédito	3.129	2.793	6.197	5.545
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	352	333	761	652
Comissão de Corretagem	66	80	124	133
Outros	429	346	891	727
Total	7.124	6.474	14.234	12.675

Nota 25 - Outras Receitas

	01/04 a 30/06/2015	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Ganhos na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	23	6	28	9
Recuperação de Despesas	37	35	75	60
Reversão de Provisões	88	34	257	156
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais (Nota 32e)	24	-	121	-
Outros	43	25	74	90
Total	215	100	555	315

Nota 26 - Despesas Gerais e Administrativas

	01/04 a 30/06/2015	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Despesas de Pessoal	(4.488)	(4.305)	(9.155)	(8.222)
Remuneração	(1.772)	(1.723)	(3.724)	(3.367)
Encargos	(563)	(567)	(1.234)	(1.124)
Benefícios Sociais	(594)	(532)	(1.185)	(1.037)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós Emprego (Nota 29)	(10)	(25)	3	(22)
Benefício Definido	(34)	(45)	(37)	(54)
Contribuição Definida	24	20	40	32
Plano de Opções de Ações (Nota 22d)	(48)	(49)	(117)	(95)
Treinamento	(53)	(47)	(87)	(82)
Participações de Empregados nos Lucros	(880)	(842)	(1.698)	(1.573)
Desligamentos	(94)	(96)	(159)	(182)
Provisões Trabalhistas (Nota 32)	(474)	(424)	(954)	(740)
Despesas Administrativas	(3.795)	(3.567)	(7.212)	(6.906)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(1.003)	(962)	(1.926)	(1.878)
Serviços de Terceiros	(1.049)	(1.074)	(1.932)	(2.007)
Instalações	(258)	(247)	(485)	(461)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(269)	(280)	(487)	(473)
Despesas de Aluguéis	(316)	(305)	(639)	(587)
Transportes	(98)	(105)	(199)	(211)
Materiais	(115)	(89)	(202)	(175)
Despesas com Serviços Financeiros	(152)	(126)	(296)	(270)
Segurança	(166)	(157)	(331)	(310)
Concessionárias de Serviços Públicos	(110)	(70)	(203)	(144)
Despesas de Viagem	(56)	(52)	(104)	(94)
Outros	(203)	(99)	(408)	(295)
Depreciação	(431)	(403)	(830)	(811)
Amortização	(225)	(203)	(436)	(410)
Despesas de Comercialização de Seguros	(288)	(220)	(569)	(556)
Outras Despesas	(1.999)	(1.636)	(4.024)	(3.516)
Despesas relacionadas a Cartões de Crédito	(752)	(643)	(1.578)	(1.147)
Reembolso relativo à Aquisições	7	2	6	(25)
Perdas com fraudes com Terceiros	(138)	(124)	(239)	(259)
Prejuízo na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(41)	(43)	(67)	(62)
Provisões Cíveis (Nota 32)	(541)	(375)	(1.059)	(871)
Provisões Fiscais e Previdenciárias	(186)	(257)	(330)	(548)
Ressarcimento de custos interbancários	(63)	(52)	(123)	(102)
Outros	(285)	(144)	(634)	(502)
Total	(11.226)	(10.334)	(22.226)	(20.421)

Nota 27 – Imposto de Renda e Contribuição Social

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstração do Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social:

Devidos sobre Operações do Período	01/04 a 30/06/2015	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	9.150	7.370	12.023	14.564
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 2.4 n)	(3.660)	(2.948)	(4.809)	(5.826)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:				
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em conjunto, Líquido	39	(92)	91	(63)
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(477)	(289)	2.710	(702)
Juros sobre o Capital Próprio	619	436	1.129	864
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	157	162	317	319
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa	74	122	128	163
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não tributáveis ^(*)	2.514	290	(4.507)	(123)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(734)	(2.319)	(4.941)	(5.368)
Referentes a Diferenças Temporárias				
Constituição (Reversão) do Período	(2.082)	(13)	2.583	21
Constituição (Reversão) de Períodos Anteriores	(400)	(195)	2.052	227
(Despesas)/Receitas de Tributos Diferidos	(2.482)	(208)	4.635	248
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.216)	(2.527)	(306)	(5.120)

(*) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2015
Refletido no Resultado	32.513	(4.357)	8.908	37.064
Créditos de Liquidação Duvidosa	18.909	(1.552)	2.960	20.317
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	5.430	(85)	2.018	7.363
Provisões para Passivos Contingentes	<u>4.298</u>	<u>(405)</u>	<u>680</u>	<u>4.573</u>
Ações Cíveis	1.818	(204)	359	1.973
Ações Trabalhistas	1.460	(165)	240	1.535
Fiscais e Previdenciárias	1.009	(36)	81	1.054
Outros	11	-	-	11
Ágio na Aquisição do Investimento	721	(398)	179	502
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	394	(278)	311	427
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	3	-	399	402
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	109	(109)	-	-
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	274	-	5	279
Outros	2.375	(1.530)	2.356	3.201
Refletido no Patrimônio Líquido	4.106	(1.116)	24	3.014
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	2.514	(317)	-	2.197
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	539	(46)	-	493
Hedge de Fluxo de Caixa	50	-	18	68
Outros	1.003	(753)	6	256
Total (*)	36.619	(5.473)	8.932	40.078

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 34.624 e R\$ 305.

	31/12/2013	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2014
Refletido no Resultado	35.043	(12.477)	9.947	32.513
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	6.137	(714)	7	5.430
Créditos de Liquidação Duvidosa	17.896	(4.889)	5.902	18.909
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	439	(439)	109	109
Ágio na Aquisição do Investimento	1.515	(794)	-	721
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	1.479	(1.389)	304	394
Provisões para Passivos Contingentes	<u>3.973</u>	<u>(1.515)</u>	<u>1.840</u>	<u>4.298</u>
Ações Cíveis	1.706	(435)	547	1.818
Ações Trabalhistas	1.400	(894)	954	1.460
Fiscais e Previdenciárias	849	(179)	339	1.009
Outros	18	(7)	-	11
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	653	(662)	12	3
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	262	-	12	274
Outros	2.689	(2.075)	1.761	2.375
Refletida no Patrimônio Líquido	4.502	(1.291)	895	4.106
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	3.153	(639)	-	2.514
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	814	(275)	-	539
Hedge de Fluxo de Caixa	426	(376)	-	50
Outros	109	(1)	895	1.003
Total (*)	39.545	(13.768)	10.842	36.619

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 31.129 e R\$ 201.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2015
Refletido no Resultado	4.735	(589)	505	4.651
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	2.508	(494)	-	2.014
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	876	(88)	167	955
Planos de Pensão	336	-	46	382
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	4	-	31	35
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	6	(6)	16	16
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	563	-	71	634
Outros	442	(1)	174	615
Refletido no Patrimônio Líquido	956	(37)	189	1.108
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	132	(37)	-	95
Hedge de Fluxo de Caixa	373	-	170	543
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	442	-	15	457
Outros	9	-	4	13
Total (*)	5.691	(626)	694	5.759

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 34.624 e R\$ 305.

	31/12/2013	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2014
Refletido no Resultado	7.527	(3.289)	497	4.735
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	4.165	(1.657)	-	2.508
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	981	(155)	50	876
Planos de Pensão	355	(118)	99	336
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	392	(388)	-	4
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	157	(157)	6	6
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	267	-	296	563
Outros	1.210	(814)	46	442
Refletido no Patrimônio Líquido	460	-	496	956
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	64	-	68	132
Hedge de Fluxo de Caixa	84	-	289	373
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	311	-	131	442
Outros	1	-	8	9
Total (*)	7.987	(3.289)	993	5.691

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 31.129 e R\$ 201.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 30/06/2015, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários					Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos		Tributos Diferidos Líquidos		
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%	%	%		
2015	7.845	24%	141	2%	7.986	20%	(1.581)	28%	6.405	18%
2016	5.757	17%	1.258	17%	7.015	17%	(835)	15%	6.180	18%
2017	4.470	14%	1.512	20%	5.982	15%	(1.178)	20%	4.804	14%
2018	4.950	15%	1.513	21%	6.463	16%	(254)	4%	6.209	18%
2019	2.180	7%	1.691	23%	3.871	10%	(246)	4%	3.625	11%
Acima de 2019	7.513	23%	1.248	17%	8.761	22%	(1.665)	29%	7.096	21%
Total	32.715	100%	7.363	100%	40.078	100%	(5.759)	100%	34.319	100%
Valor Presente (*)	26.476		5.858		32.334		(4.660)		27.674	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Em 30/06/2015 e 31/12/2014, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

Nota 28 - Lucro por Ação

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Básico	01/04 a 30/06/2015	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Lucro Líquido	5.845	4.766	11.518	9.317
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais, segundo os Estatutos	(65)	(65)	(65)	(65)
Subtotal	5.780	4.701	11.453	9.252
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(67)	(67)	(67)	(67)
Subtotal	5.713	4.634	11.386	9.185
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:				
Aos Detentores de Ações Ordinárias	2.897	2.348	5.771	4.656
Aos Detentores de Ações Preferenciais	2.816	2.286	5.615	4.529
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	2.964	2.415	5.837	4.723
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	2.881	2.351	5.681	4.594
Média Ponderada das Ações em Circulação (Nota 21a)				
Ações Ordinárias	3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403
Ações Preferenciais	2.961.643.775	2.967.136.873	2.965.086.674	2.963.823.613
Lucro por Ação - Básico - R\$				
Ações Ordinárias	0,97	0,79	1,92	1,55
Ações Preferenciais	0,97	0,79	1,92	1,55
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Diluído	01/04 a 30/06/2015	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	2.881	2.351	5.681	4.594
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	13	9	27	18
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais considerando as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	2.894	2.360	5.708	4.612
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	2.964	2.415	5.837	4.723
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	(13)	(9)	(27)	(18)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias considerando as Ações Preferenciais após Efeitos da Diluição	2.951	2.406	5.810	4.705
Média Ponderada Ajustada de Ações (Nota 21a)				
Ações Ordinárias	3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403
Ações Preferenciais	2.991.177.682	2.986.782.628	2.993.474.256	2.985.132.285
Ações Preferenciais	2.961.643.775	2.967.136.873	2.965.086.674	2.963.823.613
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Pagamento Baseado em Ações	26.849.006	19.645.755	25.806.893	21.308.672
Ações Incrementais Bonificadas, incluídas na base acionária a partir de 17/07/2015	2.684.901	-	2.580.689	-
Lucro por Ação Diluído - R\$ ⁽¹⁾				
Ações Ordinárias	0,97	0,79	1,91	1,54
Ações Preferenciais	0,97	0,79	1,91	1,54

(1) Para o período de 01/01 a 30/06/2015, o valor por ação Diluído é de R\$ 1,91, sem a bonificação.

Os efeitos potencialmente antidilutivos das ações do Pagamento Baseado em Ações, que foram excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 6.200.538 ações preferenciais em 30/06/2015 e 8.737.635 ações preferenciais em 30/06/2014.

Nota 29 – Benefícios Pós Emprego

Nos termos do IAS 19 (R1), são apresentadas a seguir as políticas praticadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

Os valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido – Outros Resultados Abrangentes foram os seguintes:

Total dos Valores Reconhecidos no Resultado do Período

	Benefício Definido				Contribuição Definida				Outros Benefícios				Total			
	01/04 a	01/04 a	01/01 a	01/01 a	01/04 a	01/04 a	01/01 a	01/01 a	01/04 a	01/04 a	01/01 a	01/01 a	01/04 a	01/04 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Custo Serviço Corrente	(18)	(17)	(33)	(35)	-	-	-	-	-	-	-	-	(18)	(17)	(33)	(35)
Juros Líquidos	(1)	(9)	(3)	(16)	55	49	110	98	(4)	(4)	(8)	(7)	50	36	99	75
Aportes e Contribuições	-	-	-	-	(31)	(29)	(70)	(66)	-	-	-	-	-	-	(70)	(66)
Benefícios Pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	4	2	7	4	-	-	7	4
Total Valores Reconhecidos	(19)	(26)	(36)	(51)	24	20	40	32	-	(2)	(1)	(3)	5	(8)	3	(22)

Total dos Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Outros Benefícios		Total	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
	No Início do Período	(75)	(354)	(221)	(286)	(8)	7	(304)
Efeito na Restrição do Ativo	14	(453)	(10)	77	-	-	4	(376)
Remensurações	6	732	22	(12)	-	(15)	28	705
Total Valores Reconhecidos	(55)	(75)	(209)	(221)	(8)	(8)	(272)	(304)

a) Planos de Aposentadoria

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial, exceto no caso descrito na Nota 29c.

Os colaboradores contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os colaboradores contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição variável (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

Os planos de benefícios são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC ⁽¹⁾ Plano de Benefício Franprev - PBF ⁽¹⁾ Plano de Benefício 002 - PB002 ⁽¹⁾ Plano Básico Itaulam - PBI ⁽¹⁾ Plano Suplementar Itaulam - PSI ⁽²⁾ Plano Itaubanco CD ⁽³⁾ Plano de Aposentadoria Itaubank ⁽³⁾ Plano BD Itaú ⁽¹⁾ Plano CD Itaú ⁽²⁾ Plano de Previdência Unibanco ⁽³⁾ Plano de Benefícios Prebeg ⁽¹⁾ Plano de Benefícios Definidos UBB PREV ⁽¹⁾ Plano de Benefícios II ⁽¹⁾
Fundação Bemgeprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV ⁽¹⁾
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I ⁽¹⁾ Plano de Benefícios Funbep II ⁽²⁾
Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria REDECARD Básico ⁽¹⁾ Plano de Aposentadoria REDECARD Suplementar ⁽²⁾ Plano de Previdência REDECARD ⁽³⁾

(1) Plano de modalidade de benefício definido;

(2) Plano de modalidade de contribuição variável;

(3) Plano de modalidade de contribuição definida.

b) Governança

As EFPC e os planos de benefícios por elas administrados são regulados em conformidade com a legislação específica sobre a matéria. As EFPC são administradas pela Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, cuja parte dos membros são indicados pela patrocinadora e outra eleita na condição de representantes dos participantes ativos e assistidos, nos termos dos respectivos estatutos das Entidades. As EFPC tem como objetivo principal pagar benefícios aos participantes elegíveis, nos termos do Regulamento do Plano, mantendo os ativos dos planos aplicados separadamente e de forma independente do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

c) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	30/06/2015	30/06/2014
Taxa de Desconto ⁽¹⁾	10,24% a.a.	9,72% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade ⁽³⁾	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	7,12% a.a.	7,12% a.a.
Crescimentos Benefícios Previdência Social / Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial ⁽⁴⁾	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1) A adoção dessa premissa está baseada nas taxas de juros obtidas da curva de juros reais em IPCA, para os prazos médios dos passivos dos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Em 31/12/2014 adotou-se taxa compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – Society of Actuaries, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas. A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(3) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as quais resultaram em média 2,4% a.a. na experiência 2008/2010.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes a massa de participantes de cada plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II - Exposição a Riscos - Por meio de seus planos de benefícios definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

- **Volatilidade dos Ativos** - O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base no rendimento dos títulos de emissão do tesouro brasileiro (títulos públicos). Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá criar um déficit. Os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar a volatilidade e o risco no curto e médio prazo.

- **Mudanças no Rendimento dos Investimentos** - Uma diminuição nos rendimentos de títulos públicos implicará na redução da taxa de desconto e, por decorrência, aumentará o passivo atuarial do plano. O efeito será parcialmente compensado pelo reconhecimento destes títulos pelo valor de mercado.

- **Risco de Inflação** - A maioria dos benefícios dos planos é vinculado a índices de inflação, e uma inflação maior levará a obrigações mais elevadas. O efeito será, também, parcialmente compensado em função de uma boa parte dos ativos do plano estar atrelado a títulos públicos com atualização de índice de inflação.

- **Expectativa de Vida** - A maioria das obrigações dos planos são o de proporcionar benefícios vitalícios, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos dos planos.

III - Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPC tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

Em relação aos recursos garantidores do passivo atuarial, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios de aposentadoria no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos e a meta de alocação por categoria de ativo são as seguintes:

Categorias	Valor Justo		% Alocação		
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	Meta 2015
Títulos de Renda Fixa	12.528	12.250	91,15%	91,16%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	655	641	4,77%	4,77%	0% a 20%
Investimentos Estruturados	24	22	0,17%	0,16%	0% a 10%
Imóveis	475	488	3,46%	3,63%	0% a 7%
Empréstimos a participantes	62	37	0,45%	0,28%	0% a 5%
Total	13.744	13.438	100,00%	100,00%	

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 567 (R\$ 554 em 31/12/2014), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 445 (R\$ 455 em 31/12/2014).

Valor Justo

Os ativos dos planos são aqueles atualizados até a data base, como segue:

Títulos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados - avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação do dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adição técnica de apreçamento, levando em consideração, no mínimo, os prazo de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Títulos de Renda Variável - avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação média da ação do último dia útil do mês ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Imóveis - demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2012, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

Empréstimos a participantes - atualizados até a data base de acordo com os respectivos contratos.

Meta de Alocação dos Recursos

A meta de alocação dos recursos está baseada em Políticas de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do passivo atuarial, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

IV- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial, correspondente aos planos de benefícios definidos:

	30/06/2015	31/12/2014
1- Ativos Líquidos dos Planos	13.744	13.438
2- Passivos Atuariais	(11.910)	(11.695)
3- Superveniência (1-2)	1.834	1.743
4- Restrição do Ativo ^(*)	(1.923)	(1.847)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	(89)	(104)
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 20a)	264	242
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 20b)	(353)	(346)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do IAS 19.

V- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	30/06/2015				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	13.438	(11.695)	1.743	(1.847)	(104)
Custo Serviço Corrente	-	(33)	(33)	-	(33)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	667	(576)	91	(94)	(3)
Benefícios Pagos	(404)	404	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	32	-	32	-	32
Contribuições Participantes	6	-	6	-	6
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	14	14
Remensurações ^{(2) (3)}	5	(10)	(5)	4	(1)
Valor Final do Período	13.744	(11.910)	1.834	(1.923)	(89)

	31/12/2014				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	12.512	(11.577)	935	(1.293)	(358)
Custo Serviço Corrente	-	(74)	(74)	-	(74)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.178	(1.087)	91	(123)	(32)
Benefícios Pagos	(780)	780	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	81	-	81	-	81
Contribuições Participantes	15	-	15	-	15
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	(453)	(453)
Remensurações ^{(2) (3)}	432	263	695	22	717
Valor Final do Período	13.438	(11.695)	1.743	(1.847)	(104)

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2015 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 10,24% a.a. (Em 01/01/2014 utilizou-se a taxa de desconto de 9,72%).

(2) As remensurações apresentadas no Ativo Líquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima / abaixo do retorno esperado.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 672 (R\$ 1.611 em 31/12/2014).

No período, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 32 (R\$ 32 de 01/01 a 30/06/2014). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2015 a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de R\$ 58.

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2015	845
2016	867
2017	889
2018	915
2019	942
2020 a 2024	4.812

VI- Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial dos planos bem como no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA) da patrocinadora (antes de impostos) seria de:

Alteração da Premissa	Efeito no Passivo Atuarial dos Planos		Efeito que seria Refletido no Patrimônio Líquido - ORA (*)
	Valor	Percentual sobre Passivo Atuarial	Valor
- Redução em 0,5%	668	5,73%	(315)
- Acréscimo em 0,5%	(578)	(5,22%)	331

(*) Líquido do efeito da restrição do ativo

d) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

I - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	30/06/2015			31/12/2014		
	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	2.438	(224)	2.214	2.361	(275)	2.086
Juros Líquidos	120	(10)	110	223	(27)	196
Aportes e Contribuições	(70)	-	(70)	(133)	-	(133)
Efeito na Restrição do Ativo	-	(10)	(10)	-	77	77
Remensurações	10	12	22	(13)	1	(12)
Valor Final do Período (Nota 20a)	2.498	(232)	2.266	2.438	(224)	2.214

No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 102 (R\$ 91 de 01/01 a 30/06/2014), sendo R\$ 70 (R\$ 66 de 01/01 a 30/06/2014) oriundos dos fundos previdenciais.

e) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-colaboradores e beneficiários.

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por esses outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os seguintes:

I- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	30/06/2015	31/12/2014
No Início do Período	(170)	(146)
Custo de Juros	(8)	(14)
Benefícios Pagos	7	9
Remensurações	-	(19)
No Final do Período (Nota 20b)	(171)	(170)

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2015	9
2016	10
2017	11
2018	11
2019	12
2020 a 2024	73

II- Análise de Sensibilidade - Custo de Assistência Médica

Para apuração das obrigações por benefícios projetados, além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 29c I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 9,72% a.a.

Os pressupostos sobre as tendências do custo de assistência médica têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Reconhecimento	Aumento de 1%	Redução de 1%
Custo de Serviço e o Custo de Juros	Resultado	2	(2)
Valor Presente da Obrigação	Outros Resultados Abrangentes	21	(18)

Nota 30 – Contratos de Seguros

a) Contratos de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de seguros e previdência, com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

b) Principais Produtos

I - Seguros

O contrato firmado entre partes visa proteger os bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares, que garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, e seguros de vida, que inclui cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade		Comercialização	
	%		%	
	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Acidentes Pessoais Coletivo	4,7	6,5	41,4	37,9
Acidentes Pessoais Individual	17,6	19,3	11,1	10,1
Compreensivo Empresarial	45,1	46,8	21,0	16,5
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	87,9	88,0	1,4	1,5
Doença Grave ou Terminal	16,0	9,3	10,7	10,8
Extensão de Garantia - Patrimonial	17,2	17,2	64,6	63,7
Prestamista	13,9	13,7	21,6	21,2
Riscos de Petróleo	-	75,2	-	13,5
Riscos Diversos	6,5	3,5	62,0	55,7
Riscos Nomeados e Operacionais	-	17,2	-	5,3
Seguro Educacional	63,0	(149,0)	32,9	23,1
Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista	18,0	11,8	(3,0)	(1,9)
Turístico	46,5	42,3	5,9	6,2
Vida em Grupo	42,2	53,1	13,1	13,0
Vida Individual	21,0	9,0	-	-

II - Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- **PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres:** Tem como principal objetivo a acumulação de recursos financeiros, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- **VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres:** É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.

- **FGB – Fundo Gerador de Benefícios:** Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	Prêmios e Contribuições Emitidas				Resseguros				Prêmios e Contribuições Retidas			
	01/04 a	01/04 a	01/01 a	01/01 a	01/04 a	01/04 a	01/01 a	01/01 a	01/04 a	01/04 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Acidentes Pessoais Coletivo	224	198	441	379	(1)	-	(1)	(1)	223	198	440	378
Acidentes Pessoais Individual	70	54	120	96	-	(1)	-	(2)	70	53	120	94
Compreensivo Empresarial	16	46	29	78	(1)	(8)	(1)	(15)	15	38	28	63
Crédito Interno	31	19	60	37	-	-	-	-	31	19	60	37
Terrestre (DPVAT)	10	65	24	113	-	-	-	-	10	65	24	113
Doenças Graves ou Terminais	49	46	89	80	-	-	-	-	49	46	89	80
Extensão de Garantia - Patrimonial	72	461	142	841	-	-	-	-	72	461	142	841
Pensão Pecúlio Invalidez	63	46	120	89	(2)	(1)	(4)	(2)	61	45	116	87
PGBL	369	336	757	671	-	-	-	-	369	336	757	671
Prestamista	185	188	391	378	(3)	-	(6)	-	182	188	385	378
Rendas de Eventos Aleatórios	41	34	74	61	-	(2)	-	(3)	41	32	74	58
Riscos de Petróleo	-	151	-	231	-	(123)	-	(193)	-	28	-	38
Riscos Diversos	43	115	85	158	-	(66)	-	(69)	43	49	85	89
Riscos Nomeados e Operacionais	-	94	-	246	-	(65)	-	(191)	-	29	-	55
Seguro Habitacional Apólices Mercado - Demais Coberturas	17	15	32	29	-	(3)	-	(7)	17	12	32	22
Seguro Habitacional Apólices Mercado - Prestamista	55	46	107	90	(5)	(5)	(12)	(11)	50	41	95	79
Tradicional	33	33	66	66	-	-	-	-	33	33	66	66
Turístico	10	8	19	14	-	-	-	-	10	8	19	14
VGBL	3.590	3.634	7.231	6.383	-	-	-	-	3.590	3.634	7.231	6.383
Vida em Grupo	387	364	755	696	(6)	(11)	(11)	(17)	381	353	744	679
Vida Individual	4	4	7	8	-	-	-	-	4	4	7	8
Demais Ramos	77	266	140	520	-	(82)	(2)	(168)	77	184	138	352
Total	5.346	6.223	10.689	11.264	(18)	(367)	(37)	(679)	5.328	5.856	10.652	10.585

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As Provisões Técnicas de Seguros e Previdência são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela legislação vigente.

I - Seguros e Previdência

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** – constituída, com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. O cálculo é realizado no nível de apólice ou endosso dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata-die*. A provisão contempla estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE).
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas de sinistros avisados até a data-base de cálculo, porém ainda não pagos. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido. A provisão contempla, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.
- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido.
- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** - constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** – constituída, caso haja previsão contratual, para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto.
- **Outras Provisões Técnicas (OPT)** – constituída quando constatada insuficiência de prêmios ou contribuições relacionadas ao pagamento de benefícios e indenizações.
- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** – constituída por valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados.
- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer.

II – Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação e dos saldos das Provisões de Seguros e Previdência Privada:

II.I - Movimentação das Provisões Técnicas

	30/06/2015				31/12/2014			
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total
	Saldo Inicial	5.872	28.228	75.678	109.778	10.275	25.252	63.496
(+) Adições Decorrentes de Prêmios / Contribuições	2.489	943	7.231	10.663	7.267	2.034	13.541	22.842
(-) Diferimento pelo Risco Decorrido	(2.909)	(116)	-	(3.025)	(7.154)	(192)	-	(7.346)
(-) Pagamento de Sinistros / Benefícios	(733)	(165)	(7)	(905)	(2.395)	(204)	(10)	(2.609)
(+) Sinistros Avisados	814	-	-	814	2.219	-	-	2.219
(-) Resgates	(1)	(751)	(4.085)	(4.837)	(1)	(1.249)	(7.929)	(9.179)
(+/-) Portabilidades Líquidas	-	(471)	(157)	(628)	-	266	347	613
(+) Atualização das Provisões e Excedente Financeiro	4	1.559	4.283	5.846	7	2.249	6.319	8.575
(+/-) Desenvolvimento de Negócios (Notas 3e e i)	-	-	-	-	(4.402)	-	-	(4.402)
(+/-) Outras (Constituição/Reversão)	(279)	1.040	276	1.037	56	72	(86)	42
Provisão de Seguros e Previdência Privada	5.257	30.267	83.219	118.743	5.872	28.228	75.678	109.778

II.II - Saldo das Provisões Técnicas

	Seguros		Previdência		Total	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Prêmios não Ganhos	3.594	4.015	14	12	3.608	4.027
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	15	13	111.803	102.311	111.818	102.324
Resgates e Outros Valores a Regularizar	22	21	182	168	204	189
Excedente Financeiro	1	1	536	519	537	520
Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	695	760	17	15	712	775
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados - IBNR	475	635	20	19	495	654
Despesas Relacionadas e Administrativas	39	42	74	70	113	112
Outras Provisões	416	385	840	792	1.256	1.177
Total ⁽²⁾	5.257	5.872	113.486	103.906	118.743	109.778

(1) A Provisão de Sinistros a Liquidar está demonstrada na Nota 30e.

(2) Este quadro contempla as alterações regulamentadas pela Circular Susep nº 462, de 01/03/2013, inclusive para fins comparativos.

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2015	1.647
Constituições	581
Amortizações	(942)
Saldo em 30/06/2015	1.286
Saldo a amortizar até 12 meses	854
Saldo a amortizar após 12 meses	432
Saldo em 01/01/2014	2.205
Constituições	1.747
Amortizações	(2.263)
Reorganização Societária	31
Venda da Carteira de Grandes Riscos	(73)
Saldo em 31/12/2014	1.647
Saldo a amortizar até 12 meses	972
Saldo a amortizar após 12 meses	675

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstrados na Nota 30I.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela abaixo demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros cadastrados. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

I - Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar ^(*)	712
(-) Operações DPVAT	18
(-) IBNER (sinistros não suficientemente avisados)	161
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	2
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (Ia + Ib)	531

(*) Sinistros a Liquidar bruto de resseguros, demonstrados na Nota 30c II.II de 30/06/2015.

Ia - Sinistros Administrativos - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2015	Total
No Final do Ano de Divulgação	946	987	1.135	1.230	1.330	
1 ano depois	956	992	1.146	1.248	-	
2 anos depois	957	995	1.151	-	-	
3 anos depois	959	996	-	-	-	
4 anos depois	958	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	958	996	1.151	1.248	1.330	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	951	992	1.140	1.217	1.116	5.416
Passivo Reconhecido no Balanço	7	4	11	31	214	267
Passivo em Relação a Anos Anteriores						14
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						281

Ib - Sinistros Judiciais - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2015	Total
No Final do Ano de Divulgação	32	59	44	38	26	
1 ano depois	52	64	58	45	-	
2 anos depois	59	73	63	-	-	
3 anos depois	63	75	-	-	-	
4 anos depois	64	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	64	75	63	45	26	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	37	49	46	28	17	177
Passivo Reconhecido no Balanço	27	26	17	17	9	96
Passivo em Relação a Anos Anteriores						154
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						250

II - Líquido de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	712
(-) Operações DPVAT	18
(-) IBNER	161
(-) Resseguros ⁽²⁾	37
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	2
Passivo apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (IIa + IIb)	494

(1) Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar demonstrados na Nota 30c II.II em 30/06/2015.

(2) Operações de resseguros demonstradas na Nota 30I III em 30/06/2015.

IIa - Sinistros Administrativos - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2015	Total
No Final do Ano de Divulgação	928	955	1.095	1.201	1.294	
1 ano depois	939	962	1.106	1.220	-	
2 anos depois	940	965	1.111	-	-	
3 anos depois	942	966	-	-	-	
4 anos depois	941	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	941	966	1.111	1.220	1.294	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	937	962	1.100	1.189	1.102	5.290
Passivo Reconhecido no Balanço	4	4	11	31	192	242
Passivo em Relação a anos Anteriores						15
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						257

IIb - Sinistros Judiciais - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2015	Total
No Final do Ano de Divulgação	32	58	44	38	26	
1 ano depois	51	64	58	45	-	
2 anos depois	58	72	63	-	-	
3 anos depois	62	74	-	-	-	
4 anos depois	63	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	63	74	63	45	26	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	37	48	46	28	17	176
Passivo Reconhecido no Balanço	26	26	17	17	9	95
Passivo em Relação a Anos Anteriores						142
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						237

Na composição da tabela de desenvolvimento de sinistros foram excluídos os sinistros históricos da operação de seguros de grandes riscos conforme informado na Nota 3i.

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base e que se tornam judiciais após, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – Contratos de Seguros, a seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa de suas obrigações futuras. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência neste período.

As premissas utilizadas no teste são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias, representando, desta forma, as melhores estimativas para as projeções dos fluxos de caixa.

Metodologia e Agrupamento do Teste

A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de run-off com periodicidade trimestral. Para os produtos de previdência, os fluxos de caixa da fase de diferimento e da fase de concessão são testados separadamente.

O critério de agrupamento de riscos aplicado considera grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.

Tábuas Biométricas

As tábuas biométricas vêm a ser instrumentos para se medir o risco biométrico representado pela probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um participante.

Para as estimativas de morte e sobrevivência são utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G, e para as estimativas de entrada em invalidez é utilizada a tábua Álvaro Vindas.

Taxa de Juros Livre de Risco

A relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) vêm a ser um indicador do valor puro do dinheiro no tempo usado para precificar o conjunto dos fluxos de caixa projetados.

A ETTJ foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, considerando a adição de spread que levou em conta o impacto do resultado de mercado dos títulos *Held to Maturity* (mantidos até o vencimento) da carteira de Ativos Garantidores.

Taxa de Conversão em Renda

A taxa de conversão em renda representa a expectativa de conversão dos saldos acumulados pelos participantes em benefício de aposentadoria. A decisão de conversão em renda por parte dos participantes é influenciada por fatores comportamentais, econômicos e tributários.

Outras Premissas

Despesas relacionadas, cancelamentos e resgates parciais, aportes e contribuições futuras, dentre outros, são premissas que impactam na estimativa de fluxos de caixa projetados à medida que representam despesas e receitas oriundas dos contratos de seguros assumidos.

g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas Premissas Atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e apuração de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e/ou montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato envolvem um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

Para mensurar o efeito de mudanças nas principais premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se mexe em uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Os resultados foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido ⁽¹⁾					
	30/06/2015			31/12/2014		
	Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros		Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros	
	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros		Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros	
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	8	(4)	(4)	3	(5)	(5)
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	(7)	4	3	(3)	5	5
Cenário com acréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	37	7	7	30	7	7
Cenário com decréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	(38)	(8)	(8)	(31)	(7)	(7)
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	(13)	-	-	(11)	-	-
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	13	-	-	11	-	-
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	-	(59)	(56)	-	(62)	(59)
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	-	59	56	-	62	59

(1) Valores líquidos dos efeitos tributários.

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores. No caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo. A produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação ao prêmio de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Para os produtos de grandes riscos adotava-se a estratégia de menor retenção, conforme alguns ramos demonstrados abaixo no ano 2014:

	01/04 a 30/06/2015			01/04 a 30/06/2014			01/01 a 30/06/2015			01/01 a 30/06/2014		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
Danos												
DPVAT	10	10	100,0	65	65	100,0	24	24	100,0	113	113	100,0
Extensão de Garantia	72	72	100,0	461	461	100,0	142	142	100,0	841	841	100,0
Prestamista	185	182	98,4	188	188	100,0	391	385	98,5	378	378	100,0
Pessoas												
Acidentes Pessoais Coletivo	224	223	99,6	198	198	100,0	441	440	99,8	379	378	99,7
Acidentes Pessoais Individual	70	70	100,0	54	53	98,1	120	120	100,0	96	94	97,9
Vida em Grupo	387	381	98,4	364	353	97,0	755	744	98,5	696	679	97,6
Vida Individual	4	4	100,0	4	4	100,0	7	7	100,0	8	8	100,0
Grandes Riscos												
Riscos de Engenharia	-	-	-	18	3	16,7	-	-	-	38	5	13,2
Riscos de Petróleo	-	-	-	151	28	18,5	-	-	-	231	38	16,5
Riscos Nomeados e Operacionais	-	-	-	94	29	30,9	-	-	-	246	55	22,4

i) Estrutura de Gerenciamento de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Deste modo, entendemos que os principais riscos inerentes a estes produtos são:

- Risco de subscrição é a possibilidade de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da organização, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões.
- Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos que compõem as reservas técnicas atuarias.
- Risco de crédito é a possibilidade de não cumprimento, por determinado devedor, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam negociação de ativos financeiros ou de resseguros.
- Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem a realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais das operações de seguros, previdência e capitalização.
- Risco de liquidez nas operações de seguros é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar tempestivamente suas obrigações perante segurados e beneficiários de fundos de pensão decorrente da falta de liquidez dos ativos que compõem as reservas técnicas atuarias.

j) Papéis e Responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura de gerenciamento de riscos, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas aos riscos de seguros, previdência e capitalização, no Brasil e exterior.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é baseado em responsabilidades definidas e distribuídas entre as áreas de controle e de negócios, assegurando a independência entre elas.

Ainda como parte do processo de gerenciamento de riscos, existe uma estrutura de órgãos colegiados onde as decisões podem chegar às comissões superiores, garantindo assim o cumprimento das diversas exigências internas e regulatórias, bem como decisões equilibradas em relação a riscos.

A administração da empresa trabalha em conjunto com o gestor de investimentos com o objetivo de assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente elabora-se mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. Esse mapeamento é feito a partir de premissas atuariais.

O gestor de investimentos, de posse dessas informações, utiliza modelos de *Asset Liability Management* para encontrar a melhor composição da carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preço no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

Risco de Mercado

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e de controle de perdas: Valor em Risco (*VaR – Value at Risk*), Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse), Sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*) e Concentração. Para visão detalhada das métricas, consultar Nota 36 – Risco de Mercado. Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*) em relação às operações de seguros, que demonstra o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações e moedas.

Classe	(R\$ milhões)			
	30/06/2015		31/12/2014	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Título Público				
NTN-C	4.485	(3,32)	4.299	(3,39)
NTN-B	2.168	(2,30)	1.950	(2,17)
LTN	543	(0,00)	0	(0,00)
Título Privado				
Indexado a IPCA	342	(0,14)	337	(0,22)
Indexado a PRE	68	(0,01)	64	(0,01)
Ações	1	0,01	2	0,02
Ativos Pós-Fixados	7.771	-	8.177	-
Compromissadas Over	5.587	-	7.746	-

Risco de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco, leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

Passivo	Ativo	30/06/2015			31/12/2014		
		Valor do Passivo ⁽¹⁾	DU do Passivo ⁽²⁾	DU do Ativo ⁽²⁾	Valor do Passivo ⁽¹⁾	DU do Passivo ⁽²⁾	DU do Ativo ⁽²⁾
Operações de Seguros	Ativo Garantidor						
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	3.593	15,9	15,7	4.014	15,8	12,1
IBNR, PDR e PSL	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.208	15,5	19,5	1.435	15,8	14,9
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	416	100,5	26,2	388	108,7	21,8
Subtotal	Subtotal	5.217			5.837		
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual							
Despesas Relacionadas	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	74	104,3	95,2	70	92,0	94,1
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	15	-	16,2	14	-	12,2
Sinistros Liquidar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	18	-	16,2	17	-	12,2
IBNR	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	20	11,2	16,2	20	12,1	12,2
Resgates e Outros Valores a Regularizar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	204	-	16,1	188	-	12,2
Matemática de Benefícios Concedidos	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures	1.316	104,1	95,4	1.254	92,0	94,4
Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL/VGBL	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures ⁽³⁾	106.420	189,6	25,6	97.141	169,6	14,8
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debentures	4.082	209,9	87,3	3.926	187,7	86,6
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	840	206,0	87,3	791	187,7	86,6
Excedente Financeiro	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	537	209,6	87,2	520	187,4	86,4
Subtotal	Subtotal	113.526			103.941		
Total Reservas Técnicas	Total Ativos Garantidores	118.743			109.778		

(1) Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro

(2) DU = Duration em meses.

(3) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável.

Risco de Crédito

I - Discriminação dos Resseguradores

A divisão dos riscos cedidos as resseguradoras e a classificação destas de acordo com a agência de rating Standard & Poor's é apresentada a seguir:

- **Operações de Seguros:** As operações de prêmios emitidos de resseguro estão representadas basicamente por: IRB Brasil Resseguros com 77,96% (38,57% em 31/12/2014) e Munich Re do Brasil com 22,02% (5,34% em 31/12/2014). Somente para 31/12/2014, Lloyd's (A+) com 17,48%, Mapfre Re, Cia de Reaseguros,S.A. (A) com 4,21% e American Home Assurance Company (A) com 4,01%.
- **Operações de Previdência:** As operações de previdência referentes aos prêmios emitidos de resseguro estão representadas em sua totalidade por General Reinsurance AG com 50% (50% em 31/12/2014) e Munich Re do Brasil com 50% (50% em 31/12/2014). Nas operações de seguros, os repasses de prêmio de resseguro estão distribuídos em Munich Re do Brasil 59,36% (55,46% em 31/12/2014) e IRB Brasil Resseguros com 40,64% (44,54% em 31/12/2014).

II - Nível de risco dos ativos financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros das operações de seguros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

30/06/2015							
Classificação Interna ^(*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	8.180	87.660	-	129	2.578	4.082	102.629
Médio	-	9	-	-	-	-	9
Alto	-	-	-	-	-	-	-
Total	8.180	87.669	-	129	2.578	4.082	102.638
%	8,0	85,4	-	0,1	2,5	4,0	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

31/12/2014							
Classificação Interna ^(*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	9.721	66.781	-	105	2.389	3.958	82.954
Médio	-	3	-	-	-	-	3
Alto	-	3	-	-	-	-	3
Total	9.721	66.787	-	105	2.389	3.958	82.960
%	11,7	80,5	-	0,1	2,9	4,8	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises de resseguro são realizadas para atender as necessidades atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Ativos de Resseguro

Os ativos de resseguro representam os valores estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são registrados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas são reavaliadas transcorridos 365 dias quanto a possibilidade de não recuperação destes, em casos de dúvidas tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que ultrapassem um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são incluídos em Outros Ativos - Despesas Antecipadas e amortizados em Outras Despesas Operacionais ou de acordo com o prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

I - Operações com Resseguradoras - Movimentação

	Créditos		Débitos	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	262	297	610	631
Contratos Emitidos	-	-	30	983
Sinistros a Recuperar	9	(16)	-	1
Antecipação / Pagamentos ao Ressegurador	10	-	(27)	(1.006)
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	-	-	(1)	-
Outras Constituições / Reversões	(250)	(19)	(546)	1
Saldo Final	31	262	66	610

II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

	30/06/2015	31/12/2014
Sinistros de Resseguros	53	2.456
Prêmios de Resseguros	9	949
Comissão de Resseguros	-	(37)
Saldo Final	62	3.368

III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

	30/06/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	2.456	2.729
Sinistros Avisados	22	340
Sinistros Pagos	(16)	(737)
Outras Constituições / Reversões	(2.409)	30
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	-	94
Saldo Final (*)	53	2.456

(*) Inclui Provisão Despesas de Sinistros, IBNER (Provisão de Sinistros não Suficientemente Avisados), IBNR (Provisão de Sinistros não Avisados), não contemplados da tabela de desenvolvimento de sinistros líquido de resseguros Nota 30 ell.

IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

	30/06/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	949	979
Constituições	28	889
Reversões	(27)	(919)
Outras Constituições / Reversões	(941)	-
Saldo Final	9	949

V - Provisões Técnicas - Comissão de Resseguros - Movimentação

	30/06/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	(37)	(47)
Constituições	3	44
Reversões	(3)	(34)
Outras Constituições / Reversões	37	-
Saldo Final	-	(37)

m) Entidades Reguladoras

As operações de seguros são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e conseqüentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15/07/1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21/11/1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

Nota 31 – Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	30/06/2015		31/12/2014	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	78.162	78.162	80.633	80.633
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	30.975	30.975	23.081	23.081
Aplicações no Mercado Aberto	164.084	164.084	208.918	208.918
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação ^(*)	166.638	166.638	132.944	132.944
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado ^(*)	720	720	733	733
Derivativos ^(*)	19.446	19.446	14.156	14.156
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda ^(*)	81.274	81.274	78.360	78.360
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	39.078	38.917	34.434	34.653
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	433.906	436.280	430.039	432.544
Outros Ativos Financeiros	47.469	47.469	53.649	53.649
Passivos Financeiros				
Depósitos	280.443	280.583	294.773	294.924
Captação no Mercado Aberto	280.659	280.659	288.683	288.683
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação ^(*)	369	369	520	520
Derivativos ^(*)	23.872	23.872	17.350	17.350
Recursos de Mercados Interbancários	125.553	124.882	122.586	122.016
Recursos de Mercados Institucionais	83.275	82.319	73.242	72.391
Passivos de Planos de Capitalização	3.073	3.073	3.010	3.010
Outros Passivos Financeiros	60.441	60.441	71.492	71.492

^(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 36) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (*standby*) e Garantias Prestadas no total de R\$ 74.243 (R\$ 73.759 em 31/12/2014) com o valor justo estimado de R\$ 1.148 (R\$ 1.140 em 31/12/2014).

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto, Captação no Mercado Aberto e Passivos de Capitalização** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.
- Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Depósitos, Recursos de Mercados Interbancários e Recursos de Mercados Institucionais** – ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.
- Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:
 - Swaps:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&FBOVESPA, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (*commodities*, índices de bolsas, etc.).

- **Futuros e Termo:** Cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos *swaps*.
- **Opções:** Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black&Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).
- **Crédito:** Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses *spreads* se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.

d) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as taxas atuais do ITAU UNIBANCO HOLDING para empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Depósitos - O valor justo dos depósitos de taxa fixa que possuem data de vencimento foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as taxas atuais do ITAU UNIBANCO HOLDING para captações similares. Depósitos a vista não são considerados na estimativa de valor justo. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas de cada operação.

f) Outros Ativos/Passivos Financeiros – basicamente compostos de recebíveis de emissores de cartão de crédito, depósitos em garantia de passivos contingentes e negociação e intermediação de valores mobiliários. Os valores contábeis desses ativos/passivos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam valores a serem recebidos no curto prazo de titulares de cartões de crédito e a serem pagos a emissores de cartões de créditos, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado) feitos pelo ITAU UNIBANCO HOLDING como garantia de ações judiciais ou recebíveis no curto prazo (geralmente com vencimento de aproximadamente 5 (cinco) dias úteis). Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

De acordo com o IFRS, o ITAU UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: As informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro, outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures, alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no Nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No Nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro e privados com vencimentos após 2025 e que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima o valor justo por meio da adoção de diversas técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no Nível 2 são *swaps* de inadimplência de crédito, *swaps* de moeda cruzada, *swaps* de taxa de juros, opções de *plain vanilla*, alguns *forwards* e geralmente todos os *swaps*. Todos os modelos adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no Nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns *swaps* indexados com informações não observáveis e *swaps* com outros produtos, como *swap* com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas *commodities*. Estas operações têm seu apreçamento derivado de superfície de volatilidade gerada a partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 30/06/2015 e 31/12/2014 para os Ativos de Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

	30/06/2015				31/12/2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	123.453	42.965	220	166.638	91.024	41.130	790	132.944
Fundos de Investimento	14	861	-	875	6	864	-	870
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	115.709	2.519	5	118.233	84.265	2.128	-	86.393
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	3.963	-	-	3.963	1.914	-	-	1.914
Títulos Públicos - Outros Países	987	261	-	1.248	1.151	389	-	1.540
Argentina	848	-	-	848	628	-	-	628
Chile	-	1	-	1	-	132	-	132
Colômbia	-	69	-	69	-	88	-	88
Estados Unidos	68	-	-	68	448	-	-	448
México	8	-	-	8	3	-	-	3
Paraguai	-	133	-	133	-	128	-	128
Uruguai	-	58	-	58	-	41	-	41
Outros	63	-	-	63	72	-	-	72
Títulos de Empresas	2.780	39.324	215	42.319	3.688	37.749	790	42.227
Ações Negociáveis	2.285	-	-	2.285	2.351	-	-	2.351
Certificado de Depósito Bancário	18	2.729	-	2.747	12	3.269	-	3.281
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	-	1	1
Debêntures	475	4.284	214	4.973	1.313	2.720	210	4.243
Euro Bonds e Assemelhados	1	902	1	904	10	1.049	2	1.061
Letras Financeiras	-	31.409	-	31.409	-	30.711	-	30.711
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	577	577
Outros	1	-	-	1	2	-	-	2
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	29.177	45.796	6.301	81.274	30.787	42.169	5.404	78.360
Fundos de Investimento	2	132	1.201	1.335	3	138	-	141
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	11.368	684	239	12.291	13.570	572	249	14.391
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	12.807	-	-	12.807	11.234	-	-	11.234
Títulos Públicos - Outros Países	1.512	7.568	8	9.088	1.153	7.453	13	8.619
Argentina	1	-	-	1	-	-	-	-
Bélgica	-	-	-	-	57	-	-	57
Chile	-	1.005	8	1.013	-	1.106	13	1.119
Coréia	-	1.625	-	1.625	-	1.782	-	1.782
Dinamarca	-	3.029	-	3.029	-	2.699	-	2.699
Espanha	-	307	-	307	-	783	-	783
Estados Unidos	1.141	-	-	1.141	726	-	-	726
França	193	-	-	193	133	-	-	133
Holanda	170	-	-	170	151	-	-	151
Itália	-	-	-	-	70	-	-	70
Paraguai	-	1.310	-	1.310	9	840	-	849
Uruguai	-	292	-	292	-	243	-	243
Outros	7	-	-	7	7	-	-	7
Títulos de Empresas	3.488	37.412	4.853	45.753	4.827	34.006	5.142	43.975
Ações Negociáveis	2.437	-	-	2.437	1.998	1	-	1.999
Cédula do Produtor Rural	-	1.243	73	1.316	-	1.357	51	1.408
Certificado de Depósito Bancário	-	1.388	88	1.476	-	1.223	58	1.281
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	2.353	2.353	-	-	2.522	2.522
Debêntures	214	19.732	734	20.680	2.732	16.807	706	20.245
Euro Bonds e Assemelhados	837	7.560	43	8.440	97	6.557	53	6.707
Letras Financeiras	-	7.155	341	7.496	-	7.735	270	8.005
Notas Promissórias	-	-	1.087	1.087	-	-	1.397	1.397
Outros	-	334	134	468	-	326	85	411
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	720	-	-	720	733	-	-	733
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	609	-	-	609	626	-	-	626
Títulos Públicos - Outros Países	111	-	-	111	107	-	-	107
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	369	-	369	-	448	72	520
Notas Estruturadas	-	369	-	369	-	448	72	520

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 30/06/2015 e 31/12/2014 para os Ativos e Passivos de Derivativos.

	30/06/2015				31/12/2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Derivativos - Ativo	(188)	19.374	260	19.446	(218)	14.253	121	14.156
Futuros	19	-	-	19	-	-	-	-
Swaps - Diferencial a Receber	-	5.274	124	5.398	-	4.783	33	4.816
Opções	-	3.877	47	3.924	-	2.856	16	2.872
Termo	-	4.081	-	4.081	-	2.394	-	2.394
Derivativos de Crédito	-	353	-	353	-	122	-	122
Forwards	-	2.613	-	2.613	-	2.106	-	2.106
Verificação de Swap	-	184	-	184	-	93	-	93
Outros Derivativos	(207)	2.992	89	2.874	(218)	1.899	72	1.753
Derivativos - Passivo	59	(23.867)	(64)	(23.872)	(310)	(16.996)	(44)	(17.350)
Futuros	-	-	-	-	(354)	-	-	(354)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(11.904)	(50)	(11.954)	-	(9.496)	(38)	(9.534)
Opções	-	(4.079)	(14)	(4.093)	-	(3.051)	(6)	(3.057)
Termo	-	(2.289)	-	(2.289)	-	(682)	-	(682)
Derivativos de Crédito	-	(391)	-	(391)	-	(179)	-	(179)
Forwards	-	(1.916)	-	(1.916)	-	(1.693)	-	(1.693)
Swap c/ Verificação	-	(393)	-	(393)	-	(229)	-	(229)
Outros Derivativos	59	(2.895)	-	(2.836)	44	(1.666)	-	(1.622)

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 30/06/2015 e 31/12/2014. Transferências para dentro e fora do nível 3 são apresentadas nas movimentações do nível 3.

Mensuração de Valor Justo de Nível 2 Baseado em Serviços de Apreçamento e Corretoras

Quando informações de apreçamento não estão disponíveis para os títulos classificados como Nível 2, são utilizados serviços de apreçamento, tal como Bloomberg ou corretoras para valorizar tais instrumentos.

Em todos os casos, de forma a assegurar que o valor justo desses instrumentos seja apropriadamente classificado como Nível 2, são realizadas análises internas das informações recebidas, de modo a entender a natureza dos *inputs* que são usados na determinação de tais valores pelo prestador de serviço.

São considerados no Nível 2 os preços fornecidos pelos serviços de apreçamento que atendam aos seguintes requerimentos: os *inputs* estão prontamente disponíveis, regularmente distribuídos, fornecidos por fontes ativamente envolvidas em mercados relevantes e não são proprietários.

Do total de R\$ 42.965 milhões de instrumentos financeiros classificados como Nível 2, em 30 de Junho de 2015, foi usado o serviço de apreçamento ou corretoras para avaliar títulos com valor justo de R\$ 39.324 milhões, substancialmente representados por:

- **Debêntures:** Quando disponível, são usadas informações de preço para transações registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), plataforma eletrônica operada pela CETIP, que provê serviços múltiplos para as transações envolvendo debêntures no mercado secundário. Alternativamente são utilizados os preços de debêntures fornecidos pela ANBIMA. Sua metodologia inclui a obtenção diária, de preços ilustrativos, não-vinculativos, de um grupo de participantes de mercado considerados significativos. Tal informação é sujeita a filtros estatísticos definidos na metodologia, com o propósito de eliminar os *outliers*.
- **Títulos Globais e Corporativos:** O processo de apreçamento destes títulos consiste em capturar de 2 a 8 cotações da Bloomberg, conforme o ativo. A metodologia consiste em comparar os maiores preços de compra e os menores preços de venda de negociações ocorridas providas pela Bloomberg, para o último dia do mês. Comparam-se tais preços com as informações de ordens de compras que a Tesouraria Institucional do ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece à Bloomberg. Se a diferença entre ambos os preços for menor que 0,5%, é usado o preço médio da Bloomberg. Se maior que 0,5% ou se a Tesouraria Institucional não tiver provido informação sobre esse título específico, então é usado o preço médio coletado direto a outros bancos. O preço da Tesouraria Institucional é utilizado apenas como referência e nunca no cálculo do preço final.

Mensurações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As unidades responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócio. Os modelos são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados por comitê específico. O processo diário de captura, cálculo e divulgação de preços são verificados regularmente com base em testes e critérios formalmente definidos e as informações são armazenadas em uma base de dados histórica única e corporativa.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados. Fatores como a curva prefixada de juros em reais e curva de cupom de TR - e por consequência as suas dependentes - possuem dados com prazos inferiores aos vencimentos dos ativos de renda fixa. Nos casos de *swap*, a análise é feita por indexador de ambas as pontas. Há alguns casos em que os prazos dos dados são mais curtos do que o próprio vencimento do derivativo.

Movimentações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos indexados a ações.

	Valor justo em 31/12/2014	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 30/06/2015	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos ativos e Passivos ainda Detidos na Data do Relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	790	87	-	(657)	-	220	-
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	-	5	-	-	-	5	-
Títulos de Dívida de Empresas	790	82	-	(657)	-	215	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1	-	-	(1)	-	-	-
Debêntures	210	4	-	-	-	214	-
Notas Promissórias	577	78	-	(655)	-	-	-
Euro Bonds e Assemelhados	2	-	-	(1)	-	1	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.404	(80)	1.992	(1.015)	-	6.301	50
Fundos de Investimento	-	-	1.201	-	-	1.201	-
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	249	(10)	-	-	-	239	(3)
Títulos Públicos - Outros Países - Chile	13	1	10	(16)	-	8	-
Títulos de Dívida de Empresas	5.142	(71)	781	(999)	-	4.853	53
Cédula do Produtor Rural	51	13	9	-	-	73	5
Certificado de Depósito Bancário	58	6	97	(73)	-	88	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.522	(183)	49	(35)	-	2.353	32
Debêntures	706	28	-	-	-	734	11
Euro Bonds e Assemelhados	53	(2)	26	(34)	-	43	5
Letras Financeiras	270	22	49	-	-	341	(3)
Notas Promissórias	1.397	44	456	(810)	-	1.087	1
Outros	85	1	95	(47)	-	134	2

	Valor Justo em 31/12/2014	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 30/06/2015	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos na Data do Relatório
Derivativos - Ativo	121	83	73	(17)	-	260	104
Swaps - Diferencial a Receber	33	75	17	(1)	-	124	63
Opções	16	1	46	(16)	-	47	34
Outros Derivativos	72	7	10	-	-	89	7
Derivativos - Passivo	(44)	(17)	(14)	11	-	(64)	(17)
Swaps - Diferencial a Pagar	(38)	(16)	(1)	5	-	(50)	(25)
Opções	(6)	(1)	(13)	6	-	(14)	8

	Valor Justo em 31/12/2013	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2014	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos na Data do Relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	27	724	935	(896)	-	790	-
Títulos de Empresas	27	724	935	(896)	-	790	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	10	-	(9)	-	1	-
Debêntures	-	29	705	(524)	-	210	-
Notas Promissórias	27	562	230	(242)	-	577	-
Euro Bonds e Assemelhados	-	123	-	(121)	-	2	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6.489	1.581	6.354	(9.020)	-	5.404	(5)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	258	(272)	267	(4)	-	249	-
Títulos Públicos - Outros Países - Chile	34	(17)	40	(44)	-	13	-
Títulos de Empresas	6.197	1.870	6.047	(8.972)	-	5.142	(5)
Cédula do Produtor Rural	-	-	51	-	-	51	-
Certificado de Depósito Bancário	33	12	97	(84)	-	58	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	4.834	1.538	14	(3.864)	-	2.522	(8)
Debêntures	-	313	706	(313)	-	706	-
Euro Bonds e Assemelhados	74	23	-	(44)	-	53	3
Letras Financeiras	-	4	266	-	-	270	-
Notas Promissórias	1.227	(22)	4.858	(4.666)	-	1.397	-
Outros	29	2	55	(1)	-	85	-

	Valor Justo em 31/12/2013	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2014	Total de Ganhos (perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos na Data do Relatório
Derivativos - Ativo	126	73	92	(174)	4	121	-
Swaps - Diferencial a Receber	-	37	2	(10)	4	33	-
Opções	13	24	18	(39)	-	16	-
Termo	2	-	-	(2)	-	-	-
Outros Derivativos	111	12	72	(123)	-	72	-
Derivativos - Passivo	(5)	2	(10)	(18)	(13)	(44)	-
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(23)	1	(3)	(13)	(38)	-
Opções	(5)	25	(11)	(15)	-	(6)	-

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 (onde os preços negociados não são facilmente observáveis em mercados ativos) é mensurado utilizando-se técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos, estimativas internas e modelos internos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Variações significativas em quaisquer desses *inputs* isolados podem resultar em alterações significativas no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que variam choques nos preços e nas volatilidades para ativos não lineares:

Sensibilidade - Operações Nível III		30/06/2015	
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos	
		Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(2,0)	(2,9)
	II	(49,6)	(72,3)
	III	(99,4)	(142,1)
Moedas, <i>Commodities</i> e Índices	I	(60,0)	-
	II	(120,1)	-
Não Lineares	I	(26,8)	-
	II	(47,6)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, *Commodities* e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, *commodities* e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos

Provisões	30/06/2015	31/12/2014
Cíveis	5.030	4.643
Trabalhistas	5.817	5.598
Fiscais e Previdenciárias	6.812	6.627
Outros	167	159
Total	17.826	17.027
Circulante	3.509	3.268
Não Circulante	14.317	13.759

Na execução das atividades normais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito a contingências que podem ser classificadas conforme segue:

a) **Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.

b) **Provisões e Contingências:** os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING também é parte em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

De 1986 a 1994, o Governo Federal brasileiro implementou diversos e consecutivos planos de estabilização econômica para combater a hiperinflação (PEE). Para implementar esses planos, o Governo Federal brasileiro promulgou leis baseadas no seu poder de regulamentar os sistemas monetário e financeiro conforme previsto na Constituição Federal Brasileira.

Os titulares de cadernetas de poupança em períodos em que os PEEs foram implementados questionaram a constitucionalidade das leis aplicadas por tais planos, reivindicando dos bancos nos quais tinham suas cadernetas de poupança montantes adicionais de juros com base nas taxas de inflação aplicadas às contas de depósitos, segundo os PEEs.

Somos réus em diversas ações padronizadas impetradas por pessoas físicas em relação aos PEEs, e constituímos provisões para tais ações quando do recebimento da citação. Além disso, somos réus em ações coletivas, semelhantes aos processos movidos por pessoas físicas, impetradas por (i) associações de defesa do consumidor ou (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. Os titulares das cadernetas de poupança podem reivindicar qualquer valor devido, tendo em vista uma decisão final. Registramos provisões quando os reclamantes pessoas físicas exigem a execução dessas decisões, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não proferiu uma sentença final referente à constitucionalidade dos PEEs e sua aplicabilidade às cadernetas de poupança. Com relação a um questionamento judicial similar referente à constitucionalidade dos PEEs e sua aplicação a depósitos à vista e outros contratos particulares, o STF decidiu que as leis estavam em conformidade com a Constituição Federal do Brasil. Em resposta a essa discrepância, a Confederação Nacional do Sistema Financeiro, ou CONSIF, uma associação de instituições

financeiras brasileiras, moveu um processo especial junto ao STF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 165 – ADPF 165), no qual o Banco Central protocolou uma peça de assistente em processo (*amicus curiae*), argumentando que os titulares das cadernetas de poupança não sofreram danos efetivos e que os PEEs aplicáveis às cadernetas de poupança estavam em conformidade com a Constituição Federal. Como resultado, o STF suspendeu a decisão de todos os recursos relacionados a essa questão até que se tenha uma decisão final sobre ela. Além disso, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), responsável por decisões sobre a legislação federal, deve se manifestar oportunamente a respeito de vários aspectos que determinarão diretamente o valor devido, caso a sentença do STF seja contrária à constitucionalidade dos PEEs. As decisões mais importantes tratarão dos seguintes aspectos: (i) a incidência dos juros remuneratórios sobre o valor devido ao autor da ação, em ações em que não há uma reivindicação específica sobre esses juros; (ii) a data inicial da incidência dos juros de mora, referente às ações coletivas; e (iii) a possibilidade de compensar a diferença negativa proveniente do mês da implementação do PEE, entre os juros efetivamente pagos nas contas de poupança e a taxa de inflação do mesmo período, utilizando a diferença positiva resultante dos meses subsequentes à implementação do PEE, entre os juros efetivamente pagos nas contas de poupança e a taxa de inflação do mesmo período. O STJ também decidiu que o prazo para ajuizamento de ações coletivas expirou em cinco anos contados a partir da data da implementação do PEE. Dessa forma, diversas ações coletivas foram extintas pelo Judiciário como resultado dessa decisão.

Não são provisionados os valores envolvidos em ações cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 2.350 (R\$ 1.800 em 31/12/2014), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes, sendo que neste total não existem valores decorrentes de participação em *Joint Ventures*.

- Ações Trabalhistas

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente conforme modelo estatístico que precifica as ações e é reavaliado considerando os resultados das decisões judiciais. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Não são provisionados os valores envolvidos em ações trabalhistas de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 550 (R\$ 416 em 31/12/2014).

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 30/06/2015			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	4.643	5.598	159	10.400
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(132)	(1.029)	-	(1.161)
Subtotal	4.511	4.569	159	9.239
Atualização/Encargos (Nota 26)	197	285	-	482
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	<u>862</u>	<u>669</u>	<u>8</u>	<u>1.539</u>
Constituição (*)	1.121	749	9	1.879
Reversão	(259)	(80)	(1)	(340)
Pagamento	(678)	(811)	-	(1.489)
Subtotal	4.892	4.712	167	9.771
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	138	1.105	-	1.243
Saldo Final	5.030	5.817	167	11.014
Depósitos em Garantia de Recursos em 30/06/2015 (Nota 20a)	2.039	2.498	-	4.537

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 138.

	01/01 a 30/06/2014			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	4.473	5.192	223	9.888
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(134)	(811)	-	(945)
Subtotal	4.339	4.381	223	8.943
Atualização/Encargos (Nota 26)	124	114	-	238
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	<u>747</u>	<u>626</u>	<u>8</u>	<u>1.381</u>
Constituição (*)	974	856	9	1.839
Reversão	(227)	(230)	(1)	(458)
Pagamento	(677)	(578)	-	(1.255)
Subtotal	4.533	4.543	231	9.307
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	130	799	-	929
Saldo Final	4.663	5.342	231	10.236
Depósitos em Garantia de Recursos em 30/06/2014 (Nota 20a)	2.081	2.441	-	4.522

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 121.

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Saldo Inicial	6.627	8.974
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(61)	(57)
Subtotal	6.566	8.917
Atualização/Encargos (*)	273	266
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>43</u>	<u>465</u>
Constituição (*)	96	791
Reversão (*)	(53)	(326)
Pagamento	(132)	(29)
Subtotal	6.750	9.619
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	62	59
Saldo Final	6.812	9.678

(*) Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.

Depósitos em Garantia	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Saldo Inicial	4.736	5.658
Apropriação de Rendas	82	202
Movimentação do Período	<u>171</u>	<u>107</u>
Novos Depósitos	301	131
Levantamentos Efetuados	(38)	(2)
Conversão em Renda	(92)	(22)
Saldo Final (Nota 20a)	4.989	5.967
Reclassificação para Ativos Dados em Garantia de Contingências (Nota 32d)	-	1
Saldo Final após a Reclassificação	4.989	5.968

As principais discussões relativas às provisões das Ações Fiscais e Previdenciárias são descritas a seguir:

- CSLL – Isonomia – R\$ 1.047: enquanto a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 1.030;
- INSS – Fator Acidentário de Prevenção (FAP) – R\$ 776: discute-se a legalidade do FAP e inconsistências cometidas pelo INSS na sua apuração. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 92;
- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 587: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 509;
- IRPJ e CSLL – Lucros no Exterior – R\$ 539: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 503.

Contingências não provisionadas no Balanço - Os valores envolvidos nas principais Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 14.861, estão descritas a seguir:

- INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$ 4.486: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, plano para outorga de opções de ações, vale transporte e abono único;
- IRPJ e CSLL – Ágio – Dedução – R\$ 2.481: dedutibilidade do ágio na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura, sendo que deste montante R\$ 584 estão garantidos em contratos de aquisição de empresas;
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Indeferimento de Pedido de Compensação – R\$ 1.340: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- IRPJ e CSLL – Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 1.248: defendemos a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores;
- ISS – Atividades Bancárias – R\$ 829: entendemos que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber Relativo a Reembolso de Contingências totaliza R\$ 758 (R\$ 676 em 31/12/2014) (Nota 20a), representado basicamente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em contingências cíveis, trabalhistas e fiscais.

d) Ativos Dados em Garantia de Contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com os montantes abaixo:

	30/06/2015	30/06/2014
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Disponíveis para Venda (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	801	722
Depósitos em Garantia de Recursos (Nota 20a)	4.287	4.182

Em geral, os depósitos em garantia de recursos referentes às ações judiciais, no Brasil, devem ser feitos em juízo e são retidos em juízo até que seja tomada uma decisão judicial. No caso de uma decisão desfavorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o valor depositado é liberado da conta de depósito em garantia de recursos e transferido para a contraparte da ação judicial. No caso de uma decisão favorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o valor é liberado no montante total depositado atualizado.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com a relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar de forma relevante os resultados de suas operações.

e) Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas aderiram ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos substancialmente relacionados à esfera Federal, instituído pela Lei 13.097, de 19/01/2015 e Lei 13.043/14. O programa incluiu débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e foi definido de acordo com os principais artigos abaixo:

- **Refis do Ganho de Capital Auferido na Incorporação de Ações da Nova Bolsa**
Lei 13.097/15 art. 145 – Decorrentes do ganho de capital ocorrido até 31 de Dezembro de 2008 pela alienação de ações que tenham sido originadas da conversão de títulos patrimoniais de associações civis sem fins lucrativos.

O efeito líquido do programa no resultado foi de R\$ 27, e está refletido em Outras Receitas Operacionais, Imposto de Renda e Contribuição Social.

f) Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Municipais

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas aderiram ao Programa de Parcelamento Incentivado substancialmente relacionados à esfera municipal, instituído pela Lei 16.097, de 29/12/2014. O programa incluiu débitos administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico do Município de São Paulo e foi definido de acordo com o principal artigo abaixo:

- **PPI – Programa de Parcelamento Incentivado (art. 1º)** - instituí o programa destinado a promover a regularização dos débitos referidos nesta lei, decorrentes de créditos tributários e não tributários, constituídos ou não, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2013.

O efeito líquido do programa no resultado foi de R\$ 14, e está refletido em Outras Receitas Operacionais, Imposto de Renda e Contribuição Social.

Nota 33 – Capital Regulatório

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil que emite diretrizes e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O Banco Central também determina exigências de capital mínimo, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basiléia sobre adequação de capital. Além disso, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam nossas operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

O Acordo de Basiléia exige que os bancos apresentem uma relação entre capital regulamentar e exposição ao risco de no mínimo 8%. O capital regulamentar é basicamente composto por dois níveis:

- Nível I: somatório do Capital Principal, apurado de modo geral pelo capital social, certas reservas e lucros retidos, menos deduções e ajustes prudenciais, e do Capital Complementar
- Nível II: inclui instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeitos às limitações prudenciais.

Entretanto, o Acordo de Basiléia permite que autoridades reguladoras de cada país determinem parâmetros próprios de composição do capital regulamentar e de apuração das parcelas de exposição a risco. Dentre as principais diferenças decorrentes da adoção de parâmetros próprios pela legislação brasileira estão (i) a exigência da relação entre capital regulamentar e ativos ponderados pelo risco de no mínimo 11%, com cronograma para atingir 8% em 2019 (ii) determinados fatores de ponderação de risco atribuídos a certos ativos e outras exposições. Além disso, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, os bancos devem calcular o cumprimento da exigência mínima com base na consolidação de todas as subsidiárias financeiras regulamentadas pelo Banco Central, inclusive agências e investimentos no exterior.

A Administração gerencia o capital com a finalidade de atender aos requerimentos mínimos de capital requeridos pelo BACEN. Durante o período o ITAÚ UNIBANCO HOLDING cumpriu todos os requerimentos mínimos de capital aos quais está sujeito.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo exigido e o índice de Basiléia, apurados de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, com base na consolidação das instituições financeiras.

	30/06/2015
	Consolidado
	Prudencial (*)
Patrimônio de Referência	
Nível I	97.008
Capital Principal	96.959
Capital Complementar	49
Nível II	29.416
Total	126.424
Exigibilidades para Cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco	
De Crédito	681.622
De Mercado	19.262
Operacional	35.509
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	736.393
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	81.003
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	45.421
Índice Capital/Ativos Ponderados pelo Risco - %	17,2%

(*) Demonstrações contábeis consolidadas contendo as empresas financeiras e assemelhadas. A partir da data base jan/15, conforme Circular 4.278, este passa a ser o consolidado base de apuração.

Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo. Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de junho de 2015, foi considerado o saldo das dívidas subordinadas de dezembro de 2012, com a inclusão das dívidas aprovadas após o fechamento, autorizadas pelo Bacen para compor o Nível II, totalizando R\$ 53.921.

Nome do Papel/Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo contábil
CDB Subordinado - BRL					
	400	2008	2015	119,8% do CDI	873
	50	2010	2015	113% do CDI	90
	466	2006	2016	100% do CDI + 0,7% (*)	1.151
	2.665	2010	2016	110% a 114% do CDI	4.780
	123			IPCA + 7,21%	248
	367	2010	2017	IPCA + 7,33%	748
	4.071			Total	7.890
Letra Financeira Subordinada - BRL					
	365	2010	2016	100% do CDI + 1,35% a 1,36%	383
	1.874			112% a 112,5% do CDI	1.962
	30			IPCA + 7%	55
	206	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	308
	3.224	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.449
	352			IPCA + 6,15% a 7,8%	537
	138			IGPM + 6,55% a 7,6%	220
	3.650			100% do CDI + 1,29% a 1,52%	3.776
	500	2012	2017	100% do CDI + 1,12%	506
	42	2011	2018	IGPM + 7%	55
	30			IPCA + 7,53% a 7,7%	41
	461	2012	2018	IPCA + 4,4% a 6,58%	643
	3.782			100% do CDI + 1,01% a 1,32%	3.887
	6.373			108% a 113% do CDI	6.904
	112			9,95 a 11,95%	150
	2	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	3
	12	2012	2019	11,96%	18
	101			IPCA + 4,7% a 6,3%	138
	1			110% do CDI	1
	20	2012	2020	IPCA + 6% a 6,17%	30
	1			111% do CDI	1
	6	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	9
	2.307	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	3.234
	20			IGPM + 4,63%	24
	23.609			Total	26.334
Euronotes Subordinado - USD					
	990	2010	2020	6,20%	3.105
	1.000	2010	2021	5,75%	3.186
	730	2011	2021	5,75% a 6,2%	2.286
	550	2012	2021	6,20%	1.706
	2.600	2012	2022	5,50% a 5,65%	8.149
	1.851	2012	2023	5,13%	5.783
	7.721			Total	24.215
Total					58.439

(*) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

Nota 34 – Informações por Segmento

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma instituição bancária que oferece a seus clientes uma diversificada gama de produtos e serviços financeiros.

A partir do primeiro trimestre de 2015 e comparativo a 2014, foi alterada a forma de apresentação dos segmentos com o intuito de adequá-la à atual estrutura organizacional do banco. Serão reportados os seguintes segmentos: Banco de Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado + Corporação. O Banco de Varejo passa a englobar os antigos segmentos Banco Comercial – Varejo e Crédito ao Consumidor – Varejo, com a transferência das operações do Private Bank e da Latam para o Banco de Atacado, sendo estas as principais alterações desta apresentação.

Os atuais segmentos de negócio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os descritos abaixo:

- **Banco de Varejo**

O resultado do segmento Banco de Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a uma base diversificada de clientes correntistas e não correntistas, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas). Este segmento inclui os financiamentos e a oferta de crédito realizados fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito, além das operações do Itaú BMG Consignado.

- **Banco de Atacado**

O resultado do segmento Banco de Atacado decorre dos produtos e serviços oferecidos às médias empresas, aos clientes com elevado patrimônio financeiro (Private Bank), das atividades das unidades da América Latina e das atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como Banco de Investimento.

- **Atividades com Mercado + Corporação**

Este segmento apresenta o resultado decorrente do excesso de capital, do excesso de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e à participação na Porto Seguro.

Base de Apresentação das Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração (Comitê Executivo) para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta administração (Comitê Executivo) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. O principal indicador utilizado para acompanhamento de performance dos negócios é o Lucro Líquido Recorrente bem como o Retorno sobre o Capital Econômico alocado para cada segmento do negócio.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil e sofreram as modificações e ajustes descritos abaixo:

- **Capital Alocado e Alíquota de Imposto de Renda**

A partir da demonstração de resultado gerencial, a preparação da informação por segmento considera a aplicação dos seguintes critérios:

Capital Alocado: Os impactos associados à alocação de capital estão considerados nas informações financeiras. Para tanto, foram feitos ajustes nas demonstrações contábeis, tendo como base um modelo proprietário. Foi adotado o modelo de Capital Econômico Alocado (CEA) para as demonstrações contábeis por segmento e a partir de 2015, alteramos a metodologia de cálculo. O CEA considera, além do capital alocado nível I os efeitos do cálculo da perda esperada de créditos, complementar ao exigido pelo Banco Central do Brasil pela Circular nº 2.682/99 do CMN. Dessa forma, o Capital Alocado incorpora os seguintes componentes: risco de crédito (incluindo perda esperada), risco operacional, risco de mercado e risco de subscrição de seguros. Com base na parcela de capital alocado nível I, determinamos o Retorno sobre o Capital Econômico

Alocado, que corresponde a um indicador de performance operacional consistentemente ajustado ao capital necessário para dar suporte ao risco das posições patrimoniais assumidas, em conformidade com o apetite de risco da instituição.

Alíquota de Imposto de Renda: É considerada a alíquota total do imposto de renda, líquida do impacto fiscal do pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), para os segmentos Banco de Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado. A diferença entre o valor do imposto de renda calculado por segmento e o valor do imposto de renda efetivo, indicado na demonstração contábil consolidada, é alocada na coluna Atividades com Mercado + Corporação.

- **Reclassificações e Aplicações de Critérios Gerenciais**

A demonstração de resultado gerencial foi utilizada para a preparação da informação por segmento. Essa demonstração foi obtida tendo como base a demonstração de resultado contábil ajustada pelo impacto dos eventos não recorrentes e reclassificações gerenciais no resultado.

A partir do primeiro trimestre de 2013, foram promovidas algumas alterações nos critérios de consolidação dos resultados gerenciais apresentados no intuito de refletir melhor a forma como a administração acompanha os números do banco. Esses ajustes alteram somente a abertura das linhas e, portanto, não afetam o lucro líquido divulgado. Por meio destas reclassificações, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca alinhar a forma de apresentação dos resultados e permitir maior comparabilidade e compreensão na avaliação do desempenho do banco.

Abaixo são descritas as principais reclassificações entre o resultado contábil e o gerencial:

Produto Bancário: O produto bancário considera em cada operação o custo de oportunidade. As demonstrações contábeis foram ajustadas para que o patrimônio líquido contábil fosse substituído por *funding* a preços de mercado. Posteriormente, as demonstrações contábeis foram ajustadas para incorporar as receitas vinculadas ao capital alocado a cada segmento. O custo das dívidas subordinadas e a respectiva remuneração a preços de mercado foram proporcionalmente alocados aos segmentos, de acordo com o capital econômico alocado.

Efeitos Fiscais do Hedge: Foram ajustados os efeitos fiscais do *hedge* dos investimentos no exterior – originalmente contabilizados nas linhas de despesas tributárias (PIS e COFINS) e de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – que são reclassificados para a margem. A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem por objetivo não permitir efeitos decorrentes de variação cambial no resultado. Para que seja alcançada essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos. A estratégia de *hedge* dos investimentos no exterior também considera o impacto de todos os efeitos fiscais incidentes.

Seguros: As receitas e despesas do negócio de seguros foram concentradas no Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização. As principais reclassificações de receitas referem-se às margens financeiras obtidas com as reservas técnicas de seguros, previdência e capitalização além da receita de administração de recursos de previdência.

Demais Reclassificações: As Outras Receitas, Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas, Resultado não Operacional, Participação no Lucro de administradores e as despesas do programa de recompensa de cartão de crédito foram reclassificados para as linhas que representam a forma como a instituição gere seus negócios, permitindo maior compreensão na análise de desempenho. Dessa forma, por exemplo, o resultado de equivalência patrimonial do investimento no Banco CSF S.A. (“Banco Carrefour”) foi reclassificado para a linha de margem financeira. Adicionalmente, para melhor comparabilidade com os novos critérios de consolidação, foram consolidados 100% dos resultados de parcerias (anteriormente consolidadas proporcionalmente) e foram reclassificadas as despesas de provisões associadas a títulos e valores mobiliários e derivativos (originalmente classificadas em Despesas não Decorrentes de Juros, para Despesa de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa).

Na coluna de ajustes são apresentados os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizadas na apresentação de informações por segmentos - que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas por instituições financeiras no Brasil, salvo os ajustes descritos acima - e os princípios aplicados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS. Os principais ajustes são:

- Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que no IFRS (IAS 39) devem ser constituídas quando constatada evidência objetiva de que operações de crédito estejam em situação de perda por

redução do seu valor recuperável (Perda Incorrida) e nas normas adotadas no Brasil é utilizado o conceito de Perda Esperada;

- Ações e cotas classificadas como investimento permanente foram mensuradas a valor justo no IFRS (IAS 39 e 32) e seus ganhos e perdas registradas diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado do período;
- Taxa efetiva de juros, os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, apropriando as receitas e os custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, emissão ou alienação pelo prazo da operação nas normas adotadas no Brasil o reconhecimento das despesas e das receitas de tarifa ocorre no momento da contratação destas operações.
- Combinação de Negócios é contabilizada pelo método da compra no IFRS (IFRS 3), no qual o preço de compra é alocado entre os ativos e passivos da empresa adquirida e o montante, se houver, não passível de alocação é reconhecido como ágio, não sendo amortizado, mas sujeito a teste de *impairment*.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/04 a 30 de Junho de 2015
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	17.711	6.008	1.620	25.339	1.563	26.902
Margem Financeira ⁽¹⁾	10.544	4.116	1.575	16.235	1.703	17.938
Receita de Prestação de Serviços	5.107	1.786	13	6.906	218	7.124
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	2.060	106	32	2.198	(573)	1.625
Outras Receitas	-	-	-	-	215	215
Perdas com Créditos e Sinistros	(3.099)	(1.658)	(15)	(4.772)	(227)	(4.999)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.732)	(1.773)	(15)	(5.520)	(229)	(5.749)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.005	128	-	1.133	2	1.135
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(372)	(13)	-	(385)	-	(385)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	14.612	4.350	1.605	20.567	1.336	21.903
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(8.640)	(2.608)	(444)	(11.692)	(1.061)	(12.753)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(7.576)	(2.315)	(356)	(10.247)	(979)	(11.226)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(1.064)	(293)	(88)	(1.445)	(241)	(1.686)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	159	159
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	5.972	1.742	1.161	8.875	275	9.150
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.079)	(471)	(111)	(2.661)	(555)	(3.216)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(78)	-	(2)	(80)	(9)	(89)
Lucro Líquido	3.815	1.271	1.048	6.134	(289)	5.845

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$14.795, receita de dividendos R\$ 13, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (336) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 3.466.

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 431, de amortização de R\$ 225 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 288.

Ativo Total ⁽¹⁾ - 30/06/2015	786.660	487.143	120.744	1.230.510	(96.612)	1.133.898
Passivo Total - 30/06/2015	749.430	448.914	93.722	1.128.029	(99.866)	1.028.163

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.001	-	2.179	3.180	1.027	4.207
Ágio	213	-	-	213	1.774	1.987
Imobilizado, Líquido	6.449	930	-	7.379	1.156	8.535
Intangível, Líquido	7.811	807	-	8.618	(2.399)	6.219

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/04 a 30 de Junho de 2014
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	16.259	4.886	973	22.118	1.160	23.278
Margem Financeira ⁽¹⁾	9.397	3.306	890	13.593	1.379	14.972
Receita de Prestação de Serviços	4.789	1.495	54	6.338	136	6.474
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	2.073	85	29	2.187	(455)	1.732
Outras Receitas	-	-	-	-	100	100
Perdas com Créditos e Sinistros	(3.124)	(572)	(15)	(3.711)	(645)	(4.356)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.836)	(614)	(15)	(4.465)	(646)	(5.111)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.179	55	-	1.234	-	1.234
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(467)	(13)	-	(480)	1	(479)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	13.135	4.314	958	18.407	515	18.922
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(8.493)	(2.208)	(349)	(11.050)	(502)	(11.552)
Despesas não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(7.500)	(1.978)	(369)	(9.847)	(487)	(10.334)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(993)	(230)	20	(1.203)	(163)	(1.366)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	148	148
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	4.642	2.106	609	7.357	13	7.370
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.592)	(685)	(29)	(2.306)	(221)	(2.527)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(77)	-	(1)	(78)	1	(77)
Lucro Líquido	2.973	1.421	579	4.973	(207)	4.766

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 13.923, receita de dividendos R\$ 100, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ 289 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 660.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 403, de amortização de R\$ 203 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 220.

Ativo Total ⁽¹⁾ - 31/12/2014	811.185	436.872	107.174	1.208.702	(81.499)	1.127.203
Passivo Total - 31/12/2014	770.528	399.544	86.897	1.110.439	(83.853)	1.026.586

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	982	-	2.117	3.099	991	4.090
Ágio	204	-	-	204	1.757	1.961
Imobilizado, Líquido	6.693	868	-	7.561	1.150	8.711
Intangível, Líquido	7.841	791	-	8.632	(2.498)	6.134

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 30 de Junho de 2015
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	34.908	11.806	3.571	50.285	(3.305)	46.980
Margem Financeira ⁽¹⁾	20.642	8.071	3.485	32.198	(3.258)	28.940
Receita de Prestação de Serviços	10.213	3.522	38	13.773	461	14.234
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	4.053	213	48	4.314	(1.063)	3.251
Outras Receitas	-	-	-	-	555	555
Perdas com Créditos e Sinistros	(5.977)	(3.642)	24	(9.595)	(454)	(10.049)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.235)	(3.824)	24	(11.035)	(460)	(11.495)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.989	204	-	2.193	6	2.199
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(731)	(22)	-	(753)	-	(753)
Margem Operacional	28.931	8.164	3.595	40.690	(3.759)	36.931
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(17.105)	(5.257)	(933)	(23.295)	(1.613)	(24.908)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(15.011)	(4.691)	(693)	(20.395)	(1.831)	(22.226)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(2.094)	(566)	(240)	(2.900)	(72)	(2.972)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	290	290
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	11.826	2.907	2.662	17.395	(5.372)	12.023
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.130)	(727)	(411)	(5.268)	4.962	(306)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(182)	-	(3)	(185)	(14)	(199)
Lucro Líquido	7.514	2.180	2.248	11.942	(424)	11.518

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 33.969, receita de dividendos R\$ 15, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ 1.329 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ (6.373).

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 830, de amortização de R\$ 436 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 569.

Ativo Total ⁽¹⁾ - 30/06/2015	786.660	487.143	120.744	1.230.510	(96.612)	1.133.898
Passivo Total - 30/06/2015	749.430	448.914	93.722	1.128.029	(99.866)	1.028.163

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.001	-	2.179	3.180	1.027	4.207
Ágio	213	-	-	213	1.774	1.987
Imobilizado, Líquido	6.449	930	-	7.379	1.156	8.535
Intangível, Líquido	7.811	807	-	8.618	(2.399)	6.219

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 30 de Junho de 2014
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	31.621	9.608	1.552	42.781	3.076	45.857
Margem Financeira ⁽¹⁾	18.267	6.417	1.397	26.081	3.394	29.475
Receita de Prestação de Serviços	9.267	3.004	124	12.395	280	12.675
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	4.087	187	31	4.305	(913)	3.392
Outras Receitas	-	-	-	-	315	315
Perdas com Créditos e Sinistros	(6.181)	(1.152)	(29)	(7.362)	(999)	(8.361)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.470)	(1.217)	(29)	(8.716)	(1.001)	(9.717)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	2.230	91	-	2.321	1	2.322
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(941)	(26)	-	(967)	1	(966)
Margem Operacional	25.440	8.456	1.523	35.419	2.077	37.496
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(16.463)	(4.422)	(629)	(21.514)	(1.418)	(22.932)
Despesas não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(14.540)	(3.972)	(640)	(19.152)	(1.269)	(20.421)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(1.923)	(450)	11	(2.362)	(372)	(2.734)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	223	223
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	8.977	4.034	894	13.905	659	14.564
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.067)	(1.301)	107	(4.261)	(859)	(5.120)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(136)	-	(6)	(142)	15	(127)
Lucro Líquido	5.774	2.733	995	9.502	(185)	9.317

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 27.208, receita de dividendos R\$ 112, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ 394 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 1.761.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 811, de amortização de R\$ 410 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 556.

Ativo Total ⁽¹⁾ - 31/12/2014	811.185	436.872	107.174	1.208.702	(81.499)	1.127.203
Passivo Total - 31/12/2014	770.528	399.544	86.897	1.110.439	(83.853)	1.026.586

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	982	-	2.117	3.099	991	4.090
Ágio	204	-	-	204	1.757	1.961
Imobilizado, Líquido	6.693	868	-	7.561	1.150	8.711
Intangível, Líquido	7.841	791	-	8.632	(2.498)	6.134

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

Abaixo seguem informações das receitas de intermediação financeira e os ativos não correntes por área geográfica:

	01/04 a 30/06/2015			01/04 a 30/06/2014		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira ^{(1) (2)}	32.101	5.036	37.137	27.972	2.310	30.282
Ativos não Correntes ⁽³⁾	13.699	1.055	14.754	13.872	973	14.845

	01/01 a 30/06/2015			01/01 a 30/06/2014		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira ^{(1) (2)}	56.840	7.092	63.932	54.137	4.833	58.970
Ativos não Correntes ⁽³⁾	13.699	1.055	14.754	13.872	973	14.845

(1) Inclui Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos e Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

(2) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem clientes que representem 10,0% ou mais das receitas.

(3) Os valores comparativos referem-se à 31/12/2014.

Nota 35 – Partes Relacionadas

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4a) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR) a Companhia E. Johnston de Participações S.A. (Acionista da IUPAR) e a ITAÚSA, acionistas diretos e indiretos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- As controladas não financeiras da ITAÚSA, destacando-se: Itautec S.A., Duratex S.A., Elekeiroz S.A., ITH Zux Cayman Company Ltd e Itaúsa Empreendimentos S.A.;
- A Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Fundação Bemgeprev, UBB Prev - Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social, entidades fechadas de previdência complementar que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro Di Perna, Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Itaú Viver Mais, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- Os investimentos na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e BSF Holding S.A.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO							
	Taxa Anual	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)			
		30/06/2015	31/12/2014	01/04 a 30/06/2015	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	-	(1)	-	-	-
Itaú Unibanco S.A.		-	-	(1)	-	-	-
Captações no Mercado Aberto		(198)	(142)	(7)	(3)	(14)	(7)
Duratex S.A.	99% a 101,5% do CDI	(72)	(100)	(3)	(3)	(6)	(6)
Elekeiroz S.A.	99% a 100% do CDI	(5)	(6)	-	-	-	(1)
Itautec S.A.	100% do CDI	(2)	(2)	-	-	-	-
Itaúsa Empreendimentos S.A.	99,5% a 100,5% do CDI	(96)	(26)	(3)	-	(6)	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.	100% da Selic	(10)	-	(1)	-	(1)	-
Outras		(13)	(8)	(1)	-	(1)	-
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas / Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços		(118)	(109)	(26)	1	(10)	-
Itaú Unibanco S.A.		-	-	(7)	-	-	-
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.		-	-	1	-	1	-
Itaúsa Empreendimentos S.A.		-	-	-	-	(3)	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.		(2)	-	(14)	-	(14)	-
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		(116)	(13)	(6)	9	2	17
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	2	1	3	2
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social		-	(93)	-	-	-	-
Outras		-	(3)	(1)	(9)	1	(19)
Receitas (Despesas) com Aluguéis		-	-	(14)	(12)	(27)	(25)
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.		-	-	(1)	-	(1)	-
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		-	-	(10)	(9)	(20)	(19)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	(3)	(4)	(6)	(7)
Outras		-	-	-	1	-	1
Despesas com Doações		-	-	(19)	(22)	(47)	(43)
Associação Itaú Viver Mais		-	-	(1)	(1)	(1)	(1)
Instituto Itaú Cultural		-	-	(19)	(21)	(46)	(42)
Despesas de Processamento de Dados		-	-	-	(68)	-	(130)
Itautec S.A.		-	-	-	(68)	-	(130)

Além das operações acima discriminadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, registraram em Despesas Gerais e Administrativas - Outros, o valor de R\$ 2 (R\$ 3 de 01/01 a 30/06/2014) em função da utilização da estrutura comum.

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- qualquer entidade controlada pela Instituição; ou
- qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostos conforme segue:

	01/04 a 30/06/2015	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Remuneração	77	85	233	182
Conselho de Administração	4	6	12	9
Administradores	73	79	221	173
Participações no Lucro	72	77	107	138
Conselho de Administração	-	5	-	6
Administradores	72	72	107	132
Contribuições aos Planos de Aposentadoria	2	1	5	3
Administradores	2	1	5	3
Plano de Pagamento em Ações - Administradores	51	46	105	87
Total	202	209	450	410

Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros

Risco de Crédito

1. Mensuração do Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor, da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é responsabilidade primária de todas as Unidades de Negócio e visa a manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece sua política de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico alocado; e fatores externos, relacionados ao ambiente econômico, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação do consumo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um processo estruturado para manter uma carteira diversificada considerada adequada pela instituição. O monitoramento contínuo do grau de concentração de suas carteiras, avaliando os setores de atividade econômica e maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

O processo de avaliação de políticas e produtos possibilita ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING identificar os riscos potenciais, a fim de certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido, por uma perspectiva econômica e de risco.

O processo centralizado de aprovação das políticas e validação de modelos de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING garante a sincronização das ações de crédito.

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos de todos os segmentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis, e os níveis de risco atribuídos pelos respectivos modelos de mercado.

Classificação Interna	PD	Classificação Externa		
		Moody's	S&P	Fitch
Baixo	Menor ou igual a 4,44%	Aaa até B2	AAA até B	AAA até B-
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%	B3 até Caa3	B- até CCC-	CCC+ até CCC-
Alto	Maior que 25,95%	Ca1 até D	CC+ até D	CC+ até D
<i>Impairment</i>	Operações <i>Corporate</i> com PD maior que 31,84% Operações em Atraso >90 dias Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias	Ca1 até D	CC+ até D	CC+ até D

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* e *behaviour score*. As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são continuamente monitorados, por uma estrutura independente. Excepcionalmente, também pode haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Os títulos públicos e outros instrumentos de dívida são classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura e normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovados pelo seu Conselho de Administração, aplicáveis às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

2. Gerenciamento de Risco de Crédito

O controle centralizado do risco de crédito é realizado pela área executiva independente responsável pelo controle de riscos, segregada das unidades de negociação, conforme exigido pela regulamentação vigente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

Como forma de controle do risco de crédito, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um normativo institucional que define as diretrizes gerais e responsabilidades relativas à utilização de garantias, além disso, cada unidade de negócio, responsável pela gestão do risco de crédito, formaliza a utilização das garantias em suas políticas de crédito.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações dotadas de risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Para que as garantias sejam consideradas como instrumento de redução de risco é necessário que cumpram as exigências e determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de Provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como *impairment* os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao Risco de Crédito

	30/06/2015			31/12/2014		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.325	22.650	30.975	7.875	15.206	23.081
Aplicações no Mercado Aberto	163.080	1.004	164.084	208.751	167	208.918
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	149.491	17.147	166.638	124.391	8.553	132.944
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	720	720	-	733	733
Derivativos	10.685	8.761	19.446	7.385	6.771	14.156
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	53.114	28.160	81.274	55.686	22.674	78.360
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	27.161	11.917	39.078	24.102	10.332	34.434
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	331.293	102.613	433.906	324.021	106.018	430.039
Outros Ativos Financeiros	41.976	5.493	47.469	44.072	9.577	53.649
<i>Off Balance</i>	284.089	25.874	309.963	280.640	25.708	306.348
Avais e Fianças	68.915	5.328	74.243	68.416	5.343	73.759
Cartas de Crédito a Liberar	12.365	-	12.365	11.091	-	11.091
Compromissos a Liberar	202.809	20.546	223.355	201.133	20.365	221.498
Crédito Imobiliário	7.897	-	7.897	9.087	-	9.087
Cheque Especial	80.178	-	80.178	78.461	-	78.461
Cartão de Crédito	107.408	912	108.320	103.092	873	103.965
Outros Limites Pré-Aprovados	7.326	19.634	26.960	10.493	19.492	29.985
Total	1.069.214	224.339	1.293.553	1.076.923	205.739	1.282.662

A tabela apresenta a exposição máxima em 30/06/2015 e 31/12/2014, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no Balanço Patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de avais e fianças e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos a liberar (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Consequentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior, a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos Mantidos para Negociação, Aplicações no Mercado Aberto, além de Avais, Fianças e Outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 86,3% das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna.
- somente 3,9% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda.
- 5,1% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros Segregados por Setor de Atividade

a) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

	30/06/2015	%	31/12/2014	%
Setor Público	5.213	1,1	4.389	1,0
Indústria e Comércio	118.663	25,8	116.506	25,7
Serviços	98.802	21,6	99.855	22,1
Setor Primário	23.646	5,2	23.345	5,2
Outros Setores	2.069	0,5	2.242	0,5
Pessoa Física	209.610	45,8	206.094	45,5
Total	458.003	100,0	452.431	100,0

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	30/06/2015	%	31/12/2014	%
Setor Primário	3.106	0,6	2.444	0,5
Setor Público	189.011	37,7	152.770	31,0
Indústria e Comércio	14.091	2,8	12.722	2,6
Serviços	86.093	17,1	90.630	18,4
Outros Setores	14.661	2,9	1.665	0,3
Pessoa Física	194	0,0	396	0,1
Financeiras	195.059	38,9	231.999	47,1
Total	502.215	100,0	492.626	100,0

(*) Inclui Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Derivativos, Ativos Designados a Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

c) Os riscos de créditos dos *Off Balance* (Avais e Fianças, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	30/06/2015				31/12/2014			
	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	324.683	3.870	-	328.553	324.908	4.042	-	328.950
Médio	79.585	7.136	-	86.721	81.994	6.989	-	88.983
Alto	12.472	6.932	-	19.404	11.439	5.853	-	17.292
<i>Impairment</i>	-	-	23.325	23.325	-	-	17.206	17.206
Total	416.740	17.938	23.325	458.003	418.341	16.884	17.206	452.431
%	91,0%	3,9%	5,1%	100,0%	92,5%	3,7%	3,8%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	30/06/2015					31/12/2014				
	Baixo	Médio	Alto	<i>Impairment</i>	Total	Baixo	Médio	Alto	<i>Impairment</i>	Total
Pessoas Físicas	100.772	63.405	13.148	9.773	187.098	102.184	62.020	12.022	9.727	185.953
Cartão de Crédito	37.534	12.833	2.566	3.314	56.247	39.417	14.234	2.338	3.332	59.321
Crédito Pessoal	7.701	8.888	8.832	4.111	29.532	7.253	8.932	7.882	3.886	27.953
Crédito Consignado	9.387	34.418	773	935	45.513	8.113	31.090	696	626	40.525
Veículos	16.947	4.898	926	1.100	23.871	20.570	5.791	1.053	1.633	29.047
Crédito Imobiliário	29.203	2.368	51	313	31.935	26.831	1.973	53	250	29.107
Grandes Empresas	129.196	5.911	-	10.034	145.141	132.866	8.295	-	3.749	144.910
Micros/Pequenas e Médias Empresas	56.703	14.384	5.197	2.959	79.243	56.917	15.171	4.599	3.225	79.912
Unidades Externas América Latina	41.882	3.021	1.059	559	46.521	36.983	3.497	671	505	41.656
Total	328.553	86.721	19.404	23.325	458.003	328.950	88.983	17.292	17.206	452.431
%	71,8%	18,9%	4,2%	5,1%	100,0%	72,7%	19,7%	3,8%	3,8%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação das operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro não Vencidos e Sem Evento de Perda, por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	30/06/2015				31/12/2014			
	Baixo	Médio	Alto	Total	Baixo	Médio	Alto	Total
I - Operações Avaliadas Individualmente								
Grandes Empresas	128.506	5.780	-	134.286	132.117	8.093	-	140.210
II - Operações Avaliadas Coletivamente								
Pessoas Físicas	98.981	58.193	8.169	165.343	100.252	56.890	7.746	164.888
Cartão de Crédito	37.042	11.681	1.592	50.315	39.097	13.385	1.632	54.114
Crédito Pessoal	7.635	8.330	5.858	21.823	7.186	8.447	5.469	21.102
Crédito Consignado	9.309	33.753	610	43.672	8.000	30.445	523	38.968
Veículos	16.245	3.088	89	19.422	19.616	3.509	104	23.229
Crédito Imobiliário	28.750	1.341	20	30.111	26.353	1.104	18	27.475
Micro/Pequenas e Médias Empresas	56.076	12.969	3.670	72.715	56.221	13.885	3.277	73.383
Unidades Externas América Latina	41.120	2.643	633	44.396	36.318	3.126	416	39.860
Total	324.683	79.585	12.472	416.740	324.908	81.994	11.439	418.341

6.1.1 As Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por portfólio de área e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento (Créditos Vencidos sem Evento de Perda):

	30/06/2015				31/12/2014			
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total
Pessoas Físicas	7.057	3.137	1.786	11.980	7.105	2.818	1.414	11.337
Cartão de Crédito	1.453	556	609	2.618	990	461	423	1.874
Crédito Pessoal	2.032	1.034	532	3.598	1.837	756	371	2.964
Crédito Consignado	489	237	179	905	631	176	126	933
Veículos	2.178	864	307	3.349	2.781	1.051	353	4.185
Crédito Imobiliário	905	446	159	1.510	866	374	141	1.381
Grandes Empresas	665	145	12	822	758	193	1	952
Micros/Pequenas e Médias Empresas	2.232	881	457	3.570	2.137	767	400	3.304
Unidades Externas América Latina	1.230	210	126	1.566	974	221	96	1.291
Total	11.184	4.373	2.381	17.938	10.974	3.999	1.911	16.884

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

30/06/2015							
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	195.059	166.626	720	19.396	79.420	39.078	500.299
Médio	-	11	-	47	489	-	547
Alto	-	1	-	3	1.348	-	1.352
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	17	-	17
Total	195.059	166.638	720	19.446	81.274	39.078	502.215
%	38,8	33,2	0,1	3,9	16,2	7,8	100,0

31/12/2014							
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	231.999	132.934	733	14.106	78.213	34.434	492.419
Médio	-	7	-	46	68	-	121
Alto	-	3	-	4	65	-	72
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	14	-	14
Total	231.999	132.944	733	14.156	78.360	34.434	492.626
%	47,1	27,0	0,1	2,9	15,9	7,0	100,0

6.1.3 Garantias de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

Efeito financeiro da garantia	30/06/2015				31/12/2014			
	(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia		(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia	
	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia
Pessoas Físicas	55.429	135.887	605	540	57.340	137.641	720	627
Crédito Pessoal	548	1.246	349	312	561	1.160	214	182
Veículos	23.169	59.081	220	198	27.869	66.366	458	403
Crédito Imobiliário	31.712	75.560	36	30	28.910	70.115	48	42
Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas	169.582	446.341	9.238	4.983	175.357	454.709	6.416	3.035
Unidades Externas América Latina	45.461	64.513	674	2	40.690	57.058	666	2
Total	270.472	646.741	10.517	5.525	273.387	649.408	7.802	3.664

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos R\$ 177.014 (R\$ 171.242 em 31/12/2014).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplemento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Pessoas Físicas

Crédito Pessoal - Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, com foco em avais e fianças.

Veículos - Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito Imobiliário - Os próprios imóveis são dados em garantia.

Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

7. Bens Retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período:

	01/04 a	01/04 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Imóveis Não de Uso	37	1	133	1
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	41	14	71	31
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	5	1	10	1
Outros (Veículos / Móveis / Equipamentos) - Dação	10	1	30	10
Total	93	17	244	43

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (commodities), entre outros índices sobre estes fatores de risco.

A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequadas.

A política institucional de Gerenciamento de Risco de Mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26/06/2007 do CMN e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no controle e Gerenciamento de Risco de Mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado pode ser visualizado no site www.italu-unibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia de gerenciamento de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e limites aprovados especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado. Esta estrutura de risco mercado inclui limites que envolvem o monitoramento dos indicadores (em nível de carteira) e ampliam a sua cobertura para níveis mais granulares (o nível individual da mesa de operações) com limites específicos, a fim de melhorar o processo de entendimento e monitoramento de risco e também de evitar a concentração de risco. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, tamanho do patrimônio, liquidez, complexidade e volatilidades de mercado e o apetite de risco da instituição. Os limites são monitorados e controlados diariamente e os excessos são reportados e discutidos por órgãos colegiados competentes. Além disso, relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. O processo de estabelecimento desses níveis de limites e notificação das violações segue a governança aprovada pelas políticas internas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada por órgãos colegiados. Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle e é revisada, no mínimo, anualmente.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação, monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, aplicação, análise e testes de cenários de estresse, reporte de resultados de risco para os responsáveis dentro das unidades de negócios de acordo com a governança estabelecida e monitoramento de ações necessárias para reajuste de posições e/ou nível de risco para fazê-los viáveis. Além disto, a área oferece apoio para o lançamento de novos produtos financeiros.

Para isto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece subsídios para acompanhamento dos órgãos colegiados, assim como para o atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza hedge de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado e a manutenção do enquadramento das operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de hedges. Nas situações em que essas operações se configuram como hedge contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do hedge (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de hedge contábil e econômico são regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O tema *hedge* contábil é tratado em detalhe nas notas explicativas das Demonstrações Contábeis.

A estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 3.464 e Circular BACEN 3.354 de 27/06/2007.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação.

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição. Tem, como princípios gerais, a não intenção de revenda e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco, que são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas às variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e *commodities*.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado, no mínimo, nas seguintes categorias: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros são tratados como um grupo de fatores de risco e recebem o mesmo tratamento dos outros fatores de risco, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, etc., e seguem a estrutura de governança de limites de risco adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para o gerenciamento de risco de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco calculada a valor de mercado ("*MtM - Mark to Market*"); e
- *VaR Estressado*: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (*GAPS*): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;

- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (Gregas): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O VaR Consolidado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é calculado, predominantemente, através da metodologia por Simulação Histórica. Esta metodologia efetua o reapreçamento integral de todas as posições, usando a real distribuição histórica dos ativos.

A tabela de VaR Total Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas subsidiárias no exterior, demonstrando onde se encontram as maiores concentrações de risco de mercado (subsidiárias no exterior: Itaú BBA *International* PLC, Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguai S.A., Banco Itaú Paraguai S.A. e Itaú BBA Colômbia S.A. – Corporación Financiera).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período.

De 01/01 a 30/06/2015, o VaR Total Médio em simulação histórica foi de R\$ 199,8 milhões ou 0,19% do patrimônio líquido total (em todo o ano de 2014 foi de R\$ 131,9 milhões ou 0,13% do patrimônio líquido total).

(em milhões de R\$)

	VaR Total (Simulação Histórica)							
	30/06/2015				31/12/2014			
	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total
Grupo de Fatores de Risco								
Taxas de Juros	127,5	93,4	169,1	137,1	92,4	37,0	161,8	124,8
Cupons Cambiais	86,9	75,1	102,6	86,5	60,4	21,1	93,2	83,6
Varição Cambial	54,6	20,0	118,6	49,1	36,1	3,6	141,2	26,5
Índices de Preços	123,4	103,9	145,6	145,6	99,1	45,9	162,9	115,7
Renda Variável	20,6	17,2	28,5	22,9	22,8	10,4	60,7	22,5
Unidades Externas ⁽¹⁾								
Itaú BBA <i>International</i> ⁽²⁾	2,0	1,0	4,3	1,9	1,1	0,4	2,3	1,6
Itaú Argentina ⁽³⁾	3,9	1,9	8,2	6,4	4,0	0,9	18,8	1,9
Itaú Chile ⁽³⁾	8,6	5,0	14,0	5,3	3,3	1,3	5,5	5,3
Itaú Uruguai ⁽²⁾	1,6	1,2	2,4	1,2	1,6	0,8	2,6	2,1
Itaú Paraguai ⁽²⁾	3,4	2,4	4,6	2,9	1,3	0,6	3,6	3,5
Itaú BBA Colômbia ⁽³⁾	1,2	0,7	1,7	1,4	0,4	0,1	1,2	0,5
Efeito de Diversificação				(235,5)				(194,9)
Risco Total	199,8	161,0	236,6	224,8	131,9	59,0	227,7	193,1

(1) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação de cada dia.

(2) VaR calculado na abordagem Paramétrica.

(3) VaR calculado por simulação histórica a partir do 1º Trimestre de 2015.

Taxa de Juros

A tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros agrupa por produtos o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo bastante utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de Contas Sujetas a Risco de Taxa de Juros ⁽¹⁾

	30/06/2015						31/12/2014					
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados	245.831	243.031	97.346	276.952	153.016	1.016.176	305.708	226.073	97.686	257.420	117.884	1.004.771
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	22.815	4.345	2.799	1.016	-	30.975	15.879	2.259	3.997	946	-	23.081
Aplicações no Mercado Aberto	75.889	84.311	3.884	-	-	164.084	146.898	62.020	-	-	-	208.918
Depósitos Compulsórios no Banco Central	55.958	-	-	-	-	55.958	59.714	-	-	-	-	59.714
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	13.886	23.919	17.430	63.750	47.653	166.638	10.142	25.770	17.539	57.074	22.419	132.944
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado	369	65	175	111	-	720	-	322	171	240	-	733
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.927	8.281	6.318	33.874	26.874	81.274	5.251	9.679	7.290	29.743	26.397	78.360
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	67	651	214	14.957	23.189	39.078	44	264	672	13.609	19.845	34.434
Derivativos	4.673	5.202	2.153	5.058	2.360	19.446	2.408	4.073	2.238	3.682	1.755	14.156
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	66.247	116.257	64.373	158.186	52.940	458.003	65.372	121.686	65.779	152.126	47.468	452.431
Passivos Remunerados	258.141	87.377	67.725	270.045	63.417	746.704	270.976	85.050	60.179	277.952	57.274	751.431
Depósitos de Poupança	113.974	-	-	-	-	113.974	118.449	-	-	-	-	118.449
Depósitos a Prazo	8.553	13.433	9.969	55.706	1.254	88.915	11.705	23.656	7.775	61.794	3.536	108.466
Depósitos Interfinanceiros	3.620	21.250	1.554	580	10	27.014	4.687	13.173	762	503	-	19.125
Mercado Aberto	119.450	12.076	16.882	115.882	16.370	280.659	125.663	11.280	15.150	120.639	15.951	288.683
Mercado Interbancário	7.837	31.422	28.592	45.505	12.197	125.553	8.043	31.076	29.699	44.367	9.401	122.586
Mercado Institucional	601	4.203	8.775	38.049	31.647	83.275	624	2.520	3.910	39.516	26.672	73.242
Derivativos	4.105	4.983	1.951	10.943	1.890	23.872	1.728	3.205	2.880	8.001	1.536	17.350
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	1	10	2	307	49	369	77	140	3	122	178	520
Passivos de Planos de Capitalização	-	-	-	3.073	-	3.073	-	-	-	3.010	-	3.010
Diferença Ativo/Passivo ⁽²⁾	(12.310)	155.654	29.621	6.907	89.599	269.472	34.732	141.023	37.507	(20.532)	60.610	253.340
Diferença Acumulada	(12.310)	143.344	172.966	179.873	269.472	34.732	175.755	213.262	192.730	253.340		
Índice da Diferença Acumulada para o Total de Ativos Remunerados	(1,2%)	14,1%	17,0%	17,7%	26,5%		3,5%	17,5%	21,2%	19,2%	25,2%	

(1) Prazos contratuais remanescentes;

(2) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre o vencimento de todos os ativos e passivos remunerados na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moeda

Ativo	30/06/2015				
	Dólar	Euro	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	5.257	-	905	3.689	9.851
Depósitos Compulsórios no Banco Central	217	-	235	4.620	5.072
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	18.538	-	1.180	2.932	22.650
Aplicações em Mercado Aberto	916	-	1	87	1.004
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	14.039	-	2.030	1.078	17.147
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	720	-	-	-	720
Derivativos	7.528	-	1.146	87	8.761
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	23.755	-	2.546	1.859	28.160
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	11.917	-	-	-	11.917
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	55.026	-	30.279	17.308	102.613
Total do Ativo	137.913	-	38.322	31.660	207.895

Passivo	30/06/2015				
	Dólar	Euro	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	54.280	-	21.284	34.262	109.826
Captações no Mercado Aberto	15.572	-	384	294	16.250
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	369	-	-	-	369
Derivativos	6.757	-	1.247	12	8.016
Recursos de Mercados Interbancários	43.568	-	2.492	604	46.664
Recursos de Mercados Institucionais	37.156	-	6.365	302	43.823
Total do Passivo	157.702	-	31.772	35.474	224.948
Posição Líquida	(19.789)	-	6.550	(3.814)	(17.053)

Ativo	31/12/2014				
	Dólar	Euro	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	6.607	-	656	2.872	10.135
Depósitos Compulsórios no Banco Central	292	-	303	4.035	4.630
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.274	1	1.055	1.876	15.206
Aplicações em Mercado Aberto	166	-	1	-	167
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7.469	-	144	940	8.553
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	733	-	-	-	733
Derivativos	5.632	-	1.030	109	6.771
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	18.897	-	2.435	1.342	22.674
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	10.332	-	-	-	10.332
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	63.371	-	26.490	16.157	106.018
Total do Ativo	125.773	1	32.114	27.331	185.219

Passivo	31/12/2014				
	Dólar	Euro	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	57.875	-	19.929	28.813	106.617
Captações no Mercado Aberto	14.913	-	181	250	15.344
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	520	-	-	-	520
Derivativos	5.402	-	1.088	28	6.518
Recursos de Mercados Interbancários	39.935	-	2.823	540	43.298
Recursos de Mercados Institucionais	31.519	-	4.425	286	36.230
Total do Passivo	150.164	-	28.446	29.917	208.527
Posição Líquida	(24.391)	1	3.668	(2.586)	(23.308)

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 7, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca garantir liquidez suficiente para suportar potenciais saídas de recursos em situações de estresse de mercado, bem como a compatibilidade entre as captações e os prazos e a liquidez dos ativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local ou estrangeira.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Liquidez.

O processo de mensuração do risco de liquidez faz uso de sistemas corporativos e de aplicativos próprios desenvolvidos internamente. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING administra sistemas de informática proprietários para atendimento aos processos de mensuração de risco de liquidez.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Em observância às exigências da Resolução nº 4.090, de 24/05/2012, do CMN e da Circular nº 3.393, de 03/06/2008, do BACEN, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação por meio de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de *Funding*

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 526,8 bilhões (R\$ 538,1 bilhões 31/12/2014), com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 34,9% do total, ou R\$ 183,8 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	30/06/2015			31/12/2014		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	176.686	280.443		183.574	294.773	
Recursos à Vista	50.540	50.540	9,6	48.733	48.733	9,1
Recursos de Poupança	113.974	113.974	21,6	118.449	118.449	22,0
Recursos a Prazo	8.552	88.915	16,9	11.705	108.466	20,2
Outros Recursos	3.620	27.014	5,1	4.687	19.125	3,5
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	3.482	52.175	9,9	3.959	47.750	8,9
Recursos de Emissão Própria ⁽²⁾	3.520	134.932	25,6	2.840	139.910	26,0
Dívida Subordinada	176	59.229	11,3	174	55.617	10,3
Total	183.864	526.779		190.547	538.050	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o período de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos – Livres, conforme quadro Fluxos Futuros - Ativos Financeiros) totalizavam R\$ 115,9 bilhões e representavam 63,1% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 22,0% do total de recursos e 14,4% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	30/06/2015	31/12/2014
	%	%
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes em até 30 dias ⁽²⁾	63,1	72,1
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes Totais ⁽³⁾	22,0	25,5
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Ativos Financeiros Totais ⁽⁴⁾	14,4	17,0

(1) Ativos Líquidos são: Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos - Livres. Estão detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros

(2) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes 0-30 dias)

(3) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes)

(4) Detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros, totalizam a valor presente R\$ 805.637 (R\$ 809.448 em 31/12/2014).

Adicionalmente, apresenta-se os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	30/06/2015					31/12/2014				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total
Ativos Financeiros ⁽¹⁾										
Disponibilidades	18.005	-	-	-	18.005	17.527	-	-	-	17.527
Aplicações em Instituições Financeiras	121.760	62.657	1.043	142	185.602	170.482	51.967	1.097	32	223.578
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada ⁽²⁾	51.437	-	-	-	51.437	74.275	-	-	-	74.275
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	47.281	55.436	-	-	102.717	80.085	45.512	-	-	125.597
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.042	7.221	1.043	142	31.448	16.122	6.455	1.097	32	23.706
Títulos e Valores Mobiliários	57.686	30.255	23.362	115.409	226.712	55.315	19.009	15.470	106.023	195.817
Títulos Públicos - Livres	46.496	-	-	-	46.496	45.587	-	-	-	45.587
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra	3.995	18.352	9.319	52.379	84.045	3.440	5.491	5.473	41.548	55.952
Títulos Privados - Livres	7.155	11.761	13.637	62.734	95.287	6.102	10.520	8.750	57.179	82.551
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra	40	142	406	296	884	186	2.998	1.247	7.296	11.727
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.980	6.312	2.173	4.377	16.842	2.408	5.342	1.167	3.719	12.636
Posição Bruta	-	-	-	20	20	-	-	-	19	19
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Ativa	-	-	-	824	824	-	-	-	560	560
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Passiva	-	-	-	(804)	(804)	-	-	-	(541)	(541)
Posição Líquida	3.980	6.312	2.173	4.357	16.822	2.408	5.342	1.167	3.700	12.617
Swaps	97	560	1.596	3.145	5.398	448	812	643	2.913	4.816
Opções	617	2.465	334	508	3.924	481	1.720	308	363	2.872
Contratos a Termo	2.728	1.353	-	-	4.081	846	1.548	-	-	2.394
Demais Derivativos	538	1.934	243	704	3.419	633	1.262	216	424	2.535
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ⁽³⁾	60.578	163.370	85.148	196.506	505.602	56.652	169.230	90.854	180.050	496.786
Total de Ativos Financeiros	262.009	262.594	111.726	316.434	952.763	302.384	245.548	108.588	289.824	946.344

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 60.157 (R\$ 63.106 em 31/12/2014) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBl e VGBl não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 30.

(2) Subtraído o valor de R\$ 7.589 (R\$ 5.945 em 31/12/2014), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&FBovespa S.A. e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao lojista R\$ 34.747 (R\$ 39.386 em 31/12/2014) e o valor das Obrigações Vinculadas a Cessão de Crédito R\$ 5.725 (R\$ 4.335 em 31/12/2014).

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	30/06/2015					31/12/2014				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Passivos Financeiros										
Depósitos	178.357	47.184	10.766	67.103	303.410	182.849	47.531	14.851	58.881	304.112
Depósito a Vista	50.540	-	-	-	50.540	48.733	-	-	-	48.733
Depósito Poupança	113.974	-	-	-	113.974	118.449	-	-	-	118.449
Depósito a Prazo	7.880	26.497	10.325	66.874	111.576	10.867	33.601	14.521	58.564	117.553
Depósito Interfinanceiros	5.963	20.687	441	229	27.320	4.800	13.930	330	317	19.376
Depósitos Compulsórios	(41.538)	(5.713)	(2.070)	(10.836)	(60.157)	(42.811)	(6.455)	(2.190)	(11.650)	(63.106)
Depósito a Vista	(8.767)	-	-	-	(8.767)	(7.404)	-	-	-	(7.404)
Depósito Poupança	(31.046)	-	-	-	(31.046)	(33.084)	-	-	-	(33.084)
Depósito a Prazo	(1.725)	(5.713)	(2.070)	(10.836)	(20.344)	(2.323)	(6.455)	(2.190)	(11.650)	(22.618)
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	146.715	33.427	95.222	58.031	333.395	164.309	28.544	57.449	108.099	358.402
Títulos Públicos	124.026	4.828	3.100	22.662	154.616	143.717	2.161	3.888	20.227	169.992
Títulos Privados	6.463	28.443	92.122	35.177	162.205	6.383	25.924	53.561	87.324	173.192
Exterior	16.226	156	-	192	16.574	14.210	460	-	548	15.218
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽²⁾	3.642	25.147	10.267	19.546	58.602	4.054	24.017	10.777	14.319	53.167
Obrigações por Empréstimos e Repasses ⁽³⁾	5.563	43.664	12.471	34.901	96.599	4.290	37.668	19.414	31.890	93.262
Dívidas Subordinadas ⁽⁴⁾	199	11.628	13.642	53.042	78.511	191	6.537	12.979	56.349	76.056
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.412	5.891	2.275	9.690	21.268	1.728	5.116	1.318	7.668	15.830
Posição Bruta	3	131	-	1	135	-	31	-	-	31
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Ativa	(693)	(1.043)	(12)	(52)	(1.800)	-	(969)	(10)	-	(979)
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Passiva	696	1.174	12	53	1.935	-	1.000	10	-	1.010
Posição Líquida	3.409	5.760	2.275	9.689	21.133	1.728	5.085	1.318	7.668	15.799
Swaps	261	1.655	1.721	8.317	11.954	241	1.761	778	6.754	9.534
Opções	506	2.665	401	521	4.093	431	1.853	353	420	3.057
Contratos a Termo	2.286	2	1	-	2.289	681	1	-	-	682
Demais Derivativos	356	1.438	152	851	2.797	375	1.470	187	494	2.526
Total Passivos Financeiros	296.350	161.228	142.573	231.477	831.628	314.610	142.958	114.599	265.556	837.723

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

Compromissos Off Balance	30/06/2015					31/12/2014				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Avais e Fianças	1.359	14.816	4.790	53.278	74.243	2.003	14.721	4.207	52.828	73.759
Compromissos a Liberar	77.343	44.145	21.682	80.185	223.355	73.356	60.785	17.980	69.377	221.498
Cartas de Crédito a Liberar	12.365	-	-	-	12.365	11.091	-	-	-	11.091
Compromissos Contratuais - Imobilizado e Intangível (Notas 15 e 16)	-	134	308	-	442	-	267	308	-	575
Total	91.067	59.095	26.780	133.463	310.405	86.450	75.773	22.495	122.205	306.923

Nota 37 – Informações Suplementares

Lei nº 12.973: em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 de 11/11/2013, que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida Lei nº 12.973/14 dispõe, entre outros assuntos, sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Estimamos que a referida Lei nº 12.973/14 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Nota 38 – Evento Subsequente

Em 17 de julho de 2015 foi autorizada pelo Estado de Delaware a dissolução da subsidiária Itaú Chile Holdings ("ICH"). Com isso, ocorrerá a transferência dos investimentos detidos pela ICH ao Itaú Unibanco Holding. Eventuais encargos relacionados a operação estão sendo avaliados pela Administração.